



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ALEXANDRE JUNIOR DE LIMA E SILVA

SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS EM PALMARES
FRENTE À REPRESSÃO.

Recife- 2012

ALEXANDRE JUNIOR DE LIMA E SILVA

SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS EM PALMARES

FRENTE À REPRESSÃO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Recife- 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S586s Silva, Alexandre Junior de lima e.
Sindicato de trabalhadores rurais em Palmares frente à repressão /
Alexandre Junior de Lima e Silva. – Recife: O autor, 2012
159 f. ; 30 cm.

Orientadora : Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Pós –Graduação em História, 2012.
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Usinas açucareiras. 3. Sindicalismo. 4. Sindicatos –
Trabalhadores rurais. 5. Repressão política. I. Dabat, Christine
Paulette Yves Rufino. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-143)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO ALEXANDRE JUNIOR DE LIMA E SILVA

Às 14h. do dia 31 (trinta e um) de agosto de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno Alexandre Junior de Lima e Silva intitulada “SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS EM PALMARES FRENTE À REPRESSÃO”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “APROVADO”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Orientadora), Maria do Socorro de Abreu e Lima e Luiz Anastácio Momesso. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 31 de agosto de 2012.

Prof^ª. Dr^ª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

RESUMO

A presente dissertação estuda o município de Palmares a partir de três eixos: a sociedade construída para atender a produção do açúcar; a luta dos trabalhadores rurais para formar as Ligas Camponesas, sindicatos e partidos de esquerda e o fechamento do sindicato com o golpe de 1964. O sindicato dos trabalhadores rurais deu continuidade às lutas iniciadas na década de quarenta e, tiveram na reforma agrária uma de suas reivindicações, experimentando no Congresso Camponês seu ápice. Ao mesmo tempo, procurou estender aos trabalhadores rurais os direitos alcançados pelos operários da indústria, combateu o analfabetismo e incentivou ampla participação política dos trabalhadores rurais. No que tange ao aspecto teórico, as obras de Karl Marx servem de referência aos atores sociais, mesmo que de modo velado em todas as discussões de apoio às argumentações. Em Palmares a luta de classe pode ser considerada a moldura sobre a qual foi travada uma disputa, interrompida com o golpe militar que, por sua vez, fechou o sindicato, prendeu seus membros e cassou mandatos políticos. As fontes utilizadas foram: os arquivos do Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região, disponíveis para a pesquisa, graças a um acordo entre o departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco e a Justiça do Trabalho; o Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, e seu anexo DOPS; os arquivos da Fundação Joaquim Nabuco. Houve, ainda, pessoas que testemunharam o movimento dos trabalhadores rurais e, gentilmente colocaram-se a disposição, contribuindo para a preservação da memória das lutas dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: sacaricultura, sindicalismo rural, repressão.

ABSTRACT

This dissertation studies the city of Palmares from three axes: a society built to meet the production of sugar, the struggle of farm workers to form peasant leagues, labor unions and leftist parties and the closure of the union with the 1964 coup. The rural workers union continued the battles started in the forties, and had land reform one of its claims, the Congress Peasant experiencing its apex. At the same time, sought to extend to rural workers rights achieved by industrial workers, fought illiteracy and encouraged broad political participation of rural workers. Regarding the theoretical aspect, the works of Karl Marx serve as reference for social actors, even so veiled in all discussions to support arguments. In Palmares class struggle can be considered the frame over which a dispute has been waged, interrupted by the military coup which, in turn, ended the union, its members arrested and stripped political mandates. The sources used were: the archives of the Regional Labor Court, 6th Region, available for research, thanks to an agreement between the Department of History at the Federal University of Pernambuco and the Labour Court, the Public Archives of the State of Pernambuco Jordan Emerenciano, DOPS and its annex; Fundação Joaquim Nabuco. There were also people who witnessed the movement of rural workers and kindly put up the layout, contributing to preserving the memory of the struggles of farm workers.

Keywords: sacaricultura, rural unionism, repression.

“É melhor morrer na luta do que morrer de Fome”.

Margarida Maria Alves

Agradecimentos

Antes de tudo, agradeço a Deus, criador do tempo, nossa ferramenta de trabalho.

Quero agradecer a Christine Rufino Dabat, orientadora desta dissertação, pois sem seu auxílio e incentivo, esta pesquisa não poderia ser levada a bom termo. Nas horas mais difíceis ela sempre esteve presente a incentivar e a fazer críticas valiosas e sugestões. Sua disposição para o trabalho contagia quem se aproxima. Mas sempre deixando a liberdade para que esta escrita fosse um aprendizado, mesmo no erro muitas vezes repetido. Agradeço pela sua paciência, bom senso e humanidade. Ela que chama carinhosamente os seus alunos da graduação de pequenos. Meu muitíssimo obrigado!

Também sou muito grato à professora Maria do Socorro de Abreu e Lima, minha primeira professora do mestrado, quando eu ainda era um aluno especial. Sua generosidade e senso de humanidade, além de sua militância e compromisso político estão presentes nesta dissertação.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Pós-graduação em História, em especial aos que compõem a linha de pesquisa Poder Político, Sociedade e Ambiente. Sou grato pelas sugestões que foram dadas pelos professores Marc Hoffnagel, Ana Maria Barros, Rosa Godoy, Carlos Miranda e Patrícia Pinheiro. E ao Professor Denis Bernardes do programa de Pós-graduação em Serviço Social. Contudo, sua importância é imensurável para esta dissertação, um mestre encantador.

Agradeço a Capes pelo fomento a pesquisa, sem a qual tudo ficaria mais difícil.

Não posso esquecer-me de Sandra Regina Albuquerque, secretária do curso de Pós-graduação em História, que sempre atende os alunos com bondade e atenção. Aos membros do Arquivo do TRT da Universidade Federal de Pernambuco, sob a direção do Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, pela acolhida. Também agradeço aos funcionários e estagiários do Arquivo do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, anexo DOPS.

Aos companheiros da turma de mestrado Rafael Leite, Anderson, Airton, Edmundo, Marcela, Lívia, Janaiara, José Marcelo, Hugo, Fred, Pedro, Lúcio e Felipe. Saudades de todos os momentos que passamos juntos. As estradas da vida serão nosso ponto de encontro.

Agradeço a Alexandre Melo e Artur Nascimento que trabalham no CEHIBRA, a partir deles agradeço à Fundação Joaquim Nabuco por colocar a disposição seu acervo a serviço da preservação da memória de Pernambuco. Aos nobres colegas da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, principalmente aos professores do departamento de história, meus professores e atualmente meus companheiros na luta da formação dos profissionais de educação, sendo estes: Vilmar Carvalho, Vera Lúcia, Rogério Dantas, Wagner Geminiano, Marlon Oliveira, José Gleidson, Marcondes Calazans, Jadiel Barbosa, Francisco Eupídio Câmara Silveira, Alexandre Caetano, Priscila Quirino, Iolita Domingos, aos quais tenho imensa alegria em chamar de amigos. E ao professor Alan Lira do departamento de matemática da FAMASUL, a quem devo correções valiosas do primeiro capítulo.

Aos amigos Agenaldo Lessa, Dom Genival Saraiva de França, padre Expedito Feitosa, padre Marcos Gomes, padre Benedito Badu, Manoel Antônio da Silva, Amaro Juvino, Amauri Cavalcante Caminha, Juan Lima, Souza Junior e tantos outros que tornaram esta pesquisa possível.

Homenagens póstumas a minha amiga Josineide, que faleceu na esperança de ingressar no mestrado em educação, a Elinaldo de Lima Silva, aluno de Matemática que foi morto por causa de uma motocicleta, um filho maravilhoso e um aluno exemplar. À sua noiva e família meus sentimentos e minha homenagem. Também aos meus falecidos, antepassados, sem exceção, especialmente minha única irmã, saudades.

Agradeço a minha família, minha mãe Lindacy de Lima Silva pelo exemplo de mulher forte e amável que muitas deu o melhor que tinha e outras vezes tudo de possuía e o que não possuía, chegando a ter dívidas para que eu chegasse até aqui. Ao meu pai José Vitor Silva que me deu sua atenção, mesmo com todas as suas limitações, ele se caracteriza como um homem do seu tempo.

E a minha esposa, minha companheira Edilayne Fernanda, o que dizer dela que suportou seu companheiro dividido entre o amor e a disciplina que a pesquisa exigiu durante

mais de dois anos. Foi ela quem estava comigo, vendo as angústias de um aprendiz, os medos escondidos dentro da cumplicidade do matrimônio. Além de corrigir muitos erros e atentados à língua portuguesa da presente dissertação. A ela o meu amor de esposo e de companheiro. Uma mulher admirável, isto a define bem.

LISTA DE GRÁFICOS

Página

Gráfico 1. População Urbana de Palmares: de 1950 a 1970	59
Gráfico 2. População Rural de Palmares: 1950 a 1970. Pagina 45	59
Gráfico 3. Estabelecimentos nos municípios de Água Preta, Catende, Joaquim Nabuco e Palmares.	65

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Página

Ilustração 1. Estação ferroviária de Palmares no ano de 1964	29
Ilustração 2. Mercado Público de Palmares. Fornecida pelo professor Vilmar Carvalho	79
Ilustração 3. Professor Brivaldo Leão de Almeida no centro da fotografia	83
Ilustração 4. Êxito no Congresso Camponês	110
Ilustração 5. Presidente Costa e Silva visitando na Câmara de Vereadores de Palmares em 1967	133
Ilustração 6. Prefeitura dos Palmares em 1964: No centro Elizeu Pereira e a sua direita Paulo Siqueira Marques	160
Ilustração 7. Quadro do Artista Plástico Abelardo da Hora, companheiro de cela de Luiz Portela no quartel da cidade de Olinda, Pernambuco em 1964.	163
Ilustração 8. Luiz Portela ao lado do senador Ermírio de Moraes durante a candidatura de Miguel Arraes.	164
Ilustração 9. Visita do presidente Costa e Silva à Câmara de Vereadores de Palmares em 1967.	171

LISTA DE MAPAS

Página

Mapa 1. Município de Palmares (situação e limites)

40

Mapa 2. Centro de Palmares e localização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

112

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 1. Estabelecimento e área, segundo a utilização das terras	42
Tabela 2. Culturas temporárias no município de Palmares	44
Tabela 3. Palmares: Estabelecimentos e áreas, segundo as classes de atividades econômicas (Dados de 1975)	46
Tabela 4. Concessão às usinas de Palmares	52
Tabela 5. Dados populacionais de Palmares e distritos	57
Tabela 6. Dados referentes a evolução populacional do Brasil	60
Tabela 7. Quanto à propriedade da terra	66
Tabela 8. Condição Legal das Terras	67
Tabela 9. Condição do responsável	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
a) Sobre a pesquisa	19
b) Sobre os três capítulos	23
c) A luta pela memória dos trabalhadores organizados em Sindicato de Trabalhadores Rurais.	27
PRIMEIRO CAPÍTULO: SOCIEDADE AÇUCAREIRA PALMARENSE	29
1. Entre a Cana de açúcar e a Usina.	34
1.1 Usina e a formação das cidades da Zona da Mata	36
a) Usinas de Palmares.	40
b) Culturas Temporárias no município de Palmares	43
c) Sobre as Usinas ou processo de substituição dos engenhos em usinas	47
d) Usinas Subvencionadas pelo Estado: Dados de Palmares	52
2 População	55
3 A Questão da Terra	62
3.1 Quanto à propriedade da terra (Água Preta, Catende, Palmares e Joaquim Nabuco)	64
3.2 Condição Legal das Terras	67
4 Estradas de Ferro e as Usinas	70
5 Direito trabalhista	73
6 A Política Palmarense a partir da Câmara de Vereadores	77
Segundo Capítulo: COMUNISMO, LIGAS CAMPONESAS E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMARES	83
1 Situação do homem do campo em Pernambuco	85
1.1 Inflação e custo de vida	88
1.2 Barracão, pulo da vara e o peso da balança da Usina	90
2 Tentativas de Mudança	93
3 Comunismo em Palmares	96
3.1 Palmares a Moscouzinho da Mata Sul	97
4 Congresso Camponês	101
5 Liga Camponesa	111
5.1 Solidariedade entre a Mata Sul e o Engenho Galiléia	115
6 Vigilância estatal	119
7 Ganhos Trabalhistas.	121
7.1 “Imbruíra. Eu agora tenho dinheiro pra comprá carne”: O Partido Comunista e as vitórias parciais de sessenta	122
8 Sindicato Rural dos Palmares e suas relações sociais	129

TERCEIRO CAPÍTULO: O GOLPE MILITAR DE 1964 E A REPRESSÃO AOS SUBVERSIVOS	133
1 O golpe militar	137
a) O medo como tática	141
b) O golpe em Palmares	144
c) Perseguição política em Palmares	146
d) Justiça civil-militar: Um julgamento político	147
2 O papel das testemunhas em um processo de cartas marcadas: o fim da Moscousinho da Mata Sul pernambucana.	150
3 A disputa disfarçada ou um jogo de cartas marcadas	159
3.1 Processo judicial de Luiz Portela de Carvalho	163
4. A consolidação do Golpe	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	176

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo estudar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares. O período a que se dedica esta pesquisa foi marcado por uma efervescência dos movimentos democráticos em todo o território nacional. Também foi de caráter nacional a repressão aos que eram considerados subversivos e perigosos, de maneira nenhuma exclusiva ao golpe militar de 1964.

O golpe foi resultado de uma ação orquestrada pelas elites brasileiras para chegar ao poder através dos militares. Sendo assim, o golpe foi resultado de ações realizadas nos bastidores do cenário político, social e econômico brasileiro em consonância com interesses do capital internacional, de modo mais preciso os Estados Unidos¹ que disputavam com a União Soviética. Todas as questões políticas, ideológicas, econômicas, militares etc. No que passou a se chamar de Guerra Fria².

O Mundo estava dividido entre duas potências, uma capitalista e a outra comunista, ou se estava de um lado ou de outro. E o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos, aderindo ao capitalismo e expurgou tudo o que representasse a potência comunista neste país. Assim, explica-se o tratamento recebido pelo partido comunista, tantas vezes fechado, seus deputados cassados, organizações estudantis fechadas ou controladas pelo Estado. Os sindicatos também foram vigiados pelo Estado porque era necessário atender as normas do Ministério do Trabalho para funcionar legalmente³.

Durante a Guerra Fria foram realizadas alianças políticas no Brasil que deram sustentação a repressão aos partidos de doutrina socialista ou qualquer segmento grupo

¹ Ver COELHO, Fernando. 1964. *O golpe de Estado, Ditadura e Guerra Fria*. Recife: Bagaço, 2010.

² Nesse cenário global de catástrofe iminente, que se estendeu do pós-guerra até a implosão do império soviético, a Guerra Fria nunca deixou de estar presente, como pano de fundo, nos acontecimentos políticos mais importantes ocorridos também no Brasil. Desde o seu início. Da queda de Vargas, em 1945, à destituição de João Goulart, em 1964. Com o PCB – alinhado à URSS e seguindo disciplinadamente a orientação de Kominform –, encarnando no plano nacional a “ameaça comunista próxima e insidiosa”. “A ser combatido todo tempo, sem desfalecimento” – como as Forças Armadas faziam questão de lembrar anualmente, nas homenagens aos mortos na “intentona” de 1935. Refletindo o sentimento antissoviético dominante na oficialidade. COELHO, Fernando. 1964. *O golpe de Estado, Ditadura e Guerra Fria*. Recife: Bagaço, 2010, p. 84.

³ Sobre o anticomunismo no Brasil ver em SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 22.

organizado que ameaçasse a estabilidade política brasileira. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil encontrava-se forçado a combater o comunismo e, as forças armadas estavam envolvidas diretamente nos episódios de derrubaram dois presidentes da república: “em 1954 o presidente Vargas cometera suicídio devido a uma conspiração militar semelhante à que selou a sorte de Goulart”⁴. Skidmore chegou a definir a ação do exército na política brasileira como “a palavra definitiva”⁵, ou seja, o exército brasileiro interferiu sumariamente na deposição de Goulart e colocou um fim no período de redemocratização iniciado em 1945.

A ação contra os comunistas, ou melhor, contra as pessoas e as instituições alinhadas a URSS chegava a todo território nacional. E a economia açucareira mesmo não sendo a força econômica mais expressiva do Brasil⁶, não podia ser posta nas mãos de subversivos, como era o caso da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Naquela região nasceu à primeira Liga Camponesa do Estado de Pernambuco, no Engenho Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão⁷ e que depois se tornaria uma força política capaz de levantar a questão da reforma agrária em nível nacional⁸.

Durante o processo de desapropriação de Galileia ficou claro que o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, não permitiria que outros engenhos, ainda que de fogo morto, passassem por um processo semelhante ao que aconteceu com os moradores daquele engenho. E é neste contexto anticomunista que aconteceram os movimentos dos trabalhadores rurais de Palmares até culminar na fundação de seu Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1962.

Tendo a cultura da cana de açúcar⁹ como eixo norteador desta reflexão⁹, Vilmar Carvalho utilizou a expressão “desenho urbano impactado pelo transporte ferroviário”¹⁰ para

⁴ Idem. p, 22.

⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p, 25.

⁶ Idem. p, 23.

⁷ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p, 59.

⁸ Sobre Ligas Camponesas Julião ver em: JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990; JULIÃO, Francisco. *Cambão: A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009; PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1972. AUED, Bernadete Wrublevski. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1955-64)*. Florianópolis: UFSC, 1986. AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁹ A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa

definir a influência da ferrovia para a elevação de vila para cidade, e ainda suas marcas nos edifícios públicos e particulares. É importante, contudo, perceber a interconexão existente entre estes três elementos acima citados, pois os mesmos fazem parte da estrutura que foi sendo implantada para dar sustentação à produção canavieira.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares estava inserido neste contexto açucareiro porque se localizava num município polo da produção canavieira do Estado de Pernambuco. Este mesmo sindicato herdou da Liga Camponesa da cidade da Água Preta sua diretoria.

Na década de 60, o mesmo sindicato alcançou um número de aproximadamente 45 mil sócios¹¹, tornando-se uma espécie de união de delegacias sindicais que abrangia 21 municípios da região (Palmares, Gameleira, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Bezerros, Gravatá, Camacituba, São Joaquim do Monte, Bonito, São Caetano, Angelim, Panelas, Cupira, Belém de Maria, Catende, Maraiá, São Benedito, Quipapá, Cortês e Barra de Guabiraba)¹². Talvez isto explique um número tão expressivo de membros, uma vez que o município, segundo o Censo Demográfico de 1960, apontava Palmares com um número 36.696 de habitantes, ou seja, havia mais pessoas no sindicato que no município.

Dentro desta conjuntura, que tinha a cana de açúcar por base e o sindicato como um órgão de classe rural, a câmara de vereadores podia ser considerada como um órgão catalizador de opiniões, principalmente da burguesia política, religiosa e econômica municipal. Um exemplo disto foi revelado da seguinte forma pelo “vereador Severino de

investigação começa com a análise da mercadoria. MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 57. A expressão princípio norteador está no fato da mercadoria, a cana-de-açúcar, ser a base material a partir da qual vão ser implantados o sistema da Plantation e seus derivados histórico-sociais.

¹⁰ Ver CARVALHO, Vilmar Antônio. *Letrados e Ufanos: História do Clube Literário de Palmares (1882-1910)*. Recife: Bagaço, 2011, p. 9.

¹¹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora da UFPE, 2005, p. 41.

¹² Idem, p. 40.

Aguiar Pereira para informar que está se movimentando um sindicato para defesa dos direitos dos trabalhadores rurais cujo número de seus associados atingirá uns cinquenta mil”¹³.

Chegava-se à conclusão de que os avanços seriam muito diminutos se a luta sindical não adentrasse na política partidária para chegar ao poder e, a partir daí, desenvolver políticas que pudessem sanar as carências dos trabalhadores rurais. Era um período favorável, conhecido como os tempos de Arraes. E o sindicato fazia parte de uma frente popular que conseguiu eleger o prefeito e o vice-prefeito de Palmares.

Naquele período, o trabalhador rural, conseguiu melhorar um pouco sua qualidade de vida tendo acesso a bens e serviços que iam além da fronteira rural. Eles podiam comprar na feira, como será visto no segundo capítulo desta dissertação.

a) Sobre a pesquisa

Esta pesquisa enfrentou algumas dificuldades que teve seu início em 18 de junho de 2010 na cidade de Palmares, quando as águas do rio Una inundaram a cidade causando a maior cheia na história daquele município, destruindo os arquivos da Casa da Justiça, os registros da Cúria Diocesana, os prontuários do Hospital Regional, os boletins de ocorrência da delegacia de polícia, que se pretendia aproveitar para a presente pesquisa, além das anotações já efetuadas sobre o tema que também sucumbiram à força da natureza. Além, das atas do Sindicato Rural de Palmares, o que quase impossibilitou o andamento da pesquisa. Restando apenas algumas fotografias digitalizadas das atas da Câmara Municipal de vereadores, do livro de tombo da Diocese e de alguns processos da Vara Criminal de Palmares. Mesmo assim, fica a gratidão ao Juiz responsável pela Vara Criminal, pois foi quase a única coisa que restou a respeito do tema inicial que era em torno do sindicato dos trabalhadores rurais e a Igreja católica local.

¹³ Palmares, Câmara Municipal de Vereadores, 1963.

Ou seja, a pesquisa iniciada em 2008, com o Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, que tratou sobre o processo legislativo municipal da cassação do vice-prefeito Brivaldo Leão de Almeida levantou alguns elementos a serem estudados. Como por exemplo, das causas sociais que levaram a cassação, uma que vez que no processo só havia a menção da presença de movimentos subversivos como a causa mais importante da cassação, mas o texto não discriminava esses movimentos subversivos.

Por conta disso, a pesquisa foi reorientada a partir das fontes que estavam disponíveis na cidade do Recife, no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, de modo especial no anexo DOPS. Isto representou por um lado um ganho na construção da história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, mas por outro havia o perigo de uma produção histórica dos trabalhadores rurais sob ótica da vigilância estatal.

Foi a partir dos arquivos do DOPS que se viu o impacto na sociedade palmarenses daquele sindicato dos trabalhadores rurais, que lograram alcançar vitórias políticas contra uma burguesia conservadora. É por este motivo que o eixo norteador desta pesquisa está em torno das relações históricas que foram sendo construídas a partir deste sindicato.

O tema foi retirado de três fontes: a primeira foi extraída do livro de tombo da diocese dos Palmares onde Dom Acácio Rodrigues Alves, bispo diocesano escreveu o seguinte: “02 de Abril de (1964). Sábado: às sete horas celebrou no abrigo. Continua o clima de incertezas diante da Revolução Militar. O prefeito dos Palmares, Luiz Portela foge para a Europa. É nomeado um interventor”. A segunda fonte que nos conduz para o advento do golpe militar foi inspirada nas atas da Câmara Municipal, que apontava para movimentos subversivos e perigosos. E, por fim a terceira foi referente ao Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, que possibilitou a ótica de um aparelho de segurança do Estado sobre a organização dos trabalhadores rurais de Palmares.

As razões da escolha do tema ainda estão ligadas à história dos movimentos políticos envolvendo trabalhadores rurais em Palmares, dando a esta cidade o nome de “Moscouzinho”, segundo arquivo disponível na Delegacia de Ordem Política e Social. Entretanto, foram sendo

esquecidas paulatinamente de tal maneira que não se falava mais dos acontecimentos que envolveram o golpe de 1964. Um processo histórico que culminou na prisão de Luiz Portela e na cassação do vice Prefeito, Brivaldo Leão de Almeida por ser considerado inapto para exercer o cargo.

No entanto, não se fala mais do medo que havia de ser punido (nos anos sessenta) por ser considerado um subversivo, um comunista em um período marcado pela ausência de memória sobre o período de ruptura do processo democrático que começou com o golpe civil-militar de 1964. Os monumentos, escolas e praças públicas atestam uma história de heróis ligados ao patriotismo e a ditadura.

Por esta razão, a motivação desta pesquisa foi a esperança de manter viva a memória da luta pela construção da democracia alavancada por uma classe que era considerada analfabeta e sem consciência política. E, desta maneira, tornar-se uma voz a indicar a existência de possibilidades coletivas para a solução de problemas tais como a reformar agrária e a redistribuição da riqueza.

Esta dissertação procurou responder à seguinte questão: por que a repressão desenvolvida em 1964 ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares e seus aliados políticos foi tão intensa? A resposta foi dividida em três capítulos. O primeiro que tratou do layout industrial e urbano em torno da cana de açúcar; o segundo se propôs a estudar a situação do trabalhador rural e os movimentos de tentativa de mudança que teceram articulações do Partido Comunista a partir da década de quarenta, culminando com o Congresso Camponês de Palmares. A Liga Camponesa da cidade da Água Preta também foi de grande importância para responder à questão, uma vez que ela participou do processo de desapropriação do engenho Galileia e da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares. O segundo capítulo ainda trata da vitória nas eleições municipais no início dos anos 60 no século XX. O terceiro capítulo teve como função analisar a repressão aos líderes sindicais e aos políticos e, conseqüentemente, a afirmação do golpe como governo e reafirmação das elites brasileiras e locais.

A moldura conceitual que será utilizada para o arcabouço desta dissertação se baseia em Marx e na literatura marxista, tais como Thompson, Sidney Mintz, Ciro Flamarion Cardoso e Gramsci. A escolha destes teóricos para a construção desta dissertação parte do princípio de que estes nos oferecem uma leitura histórica possível acerca da classe trabalhadora.

Peter Burke ao analisar a contribuição de Thompson para os estudos sobre a classe operária afirmou que a utilização do estudo de história é de fundamental importância para o auxílio da “auto identificação”¹⁴ da classe operária e para esta dissertação a classe operária campesina. Manuel Correia de Andrade escreveu sobre o processo de proletarianização dos trabalhadores rurais que trabalhavam na produção açucareira, realizando um estudo comparativo entre as transformações do tipo de engenho banguê em central e deste em usinas. Sem, contudo, dar a entender que se tratava de um movimento linear e sem contradições, mas pelo contrário, o autor mostra as contradições desta implantação e como as usinas reafirmaram a unidade do processo de produção açucareiro, de certo modo colocado em cheque com a proposta de separação entre o campo e a indústria no modelo de engenho central.

No que tange ao aumento de interesse sobre a História do Trabalho, Ciro Flamarion Cardoso associou ao aumento das influências socialistas nos historiadores profissionais¹⁵. No Brasil, a história do trabalho também ganha cores socialistas e comunistas em sua escrita, tornando-se assim, um elemento a ser considerado na manutenção da memória das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho alinhados a reformas de base, tais como a da saúde, educação, transporte, moradia etc.

Ainda refletindo sobre o Brasil, a classe trabalhadora está vinculada ao período de redemocratização pós 1985 e à necessidade de revisitar o período ditatorial iniciado em 64 sob a ótica dos perseguidos pelo regime ditatorial de 1964.

¹⁴ Idem, p, 60.

¹⁵ Ver CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campos, 1987. 5ª ed., 1997, p, 81.

O conceito de classe operária¹⁶, desenvolvido por Thompson, foi utilizado como um “fenômeno histórico”¹⁷, constituída por “relações históricas”¹⁸. Este tema é de grande importância porque o sindicato de trabalhadores rurais de Palmares era visto como um órgão de classe, dialogando com outras forças da sociedade ou se engajando em uma frente ampla, proposta pelo Partido Comunista para a eleição de Miguel Arraes.

Prosseguindo a reflexão sobre a classe, Thompson dá a entender que queria “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão obsoleto”. Esta dissertação não tem a pretensão de ir tão fundo, mas não se esquivou do esforço de resgatar também o Cambiteiro, o sindicalista fugindo para não ser preso, ou ainda de uma mulher que teve seu noivo preso por “crime político” e seus livros confiscados por serem considerados perigosos pela repressão pós 31 de março de 1964.

Objetivou-se trazer à luz da discussão historiográfica um Sindicato de Trabalhadores Rurais que inicialmente lutou contra problemas pontuais como salário, direitos e talvez uma morte digna para seus pares, familiares etc, até desembocar na luta pela reforma agrária e participação na política partidária através da qualificação de eleitores a partir da alfabetização e apoio a um candidato majoritário para a prefeitura de municipal de Palmares, logrando a vitória nas urnas no início da década de 60.

b) Sobre os três capítulos

Partiu-se do estudo das relações de produção de riqueza nas sociedades, a qual Marx se propôs a analisar. Sendo assim, no primeiro capítulo, “*Sociedade Açucareira Palmarensense*”,

¹⁶ Evidentemente, a questão é como o indivíduo veio a ocupar esse “papel social” e como a organização social específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Essas são questões históricas. Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. Thompson, E.P. A Formação da Classe Operária I : A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p, 10-11.

¹⁷ Idem, p, 9.

¹⁸ Ibidem.

foram estudadas as relações criadas a partir da “plantation”¹⁹ como sistema de produção açucareira implantada, não só no Brasil, mas em toda a América, seja ela sob o domínio português ou de outras potências europeias.

A usina representou, a partir do século XX, o centro catalizador da produção açucareira. E, os senhores de engenho que não possuíam dinheiro suficiente para montar instalações modernas, tornaram-se fornecedores de cana, quando não tinham seus engenhos comprados pelas usinas. As usinas também foram responsáveis pela criação de cidades, como foi o caso de Catende, mas de um modo geral, como a cidade de Palmares, a cana-de-açúcar foi a razão social pela criação das cidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Este surto de urbanização foi possível porque a usina possuía uma estrutura bem mais complexa do que os engenhos e engenhocas ou outras formas de produção agrária. De um modo geral o Brasil passava por um processo de transição de uma situação nacional com a maioria da população rural migrar para os centros urbanos. E, por fatores que são peculiares a Zona da Mata Sul, Palmares também teve sua população em processo de migração para cidade na década de 60. No entanto, no período a que se atêm esta dissertação, a população rural é predominante.

Dentro desta conjuntura de maior concentração populacional no campo, a questão da terra é de suma importância para este capítulo, no qual foi analisada a partir do Censo Agrário de 1960 que revelou uma concentração fundiária nas mãos de um pequeno grupo de pessoas abastadas financiadas pelo Estado. Estes conseguiram financiamento governamental, o que não impediu que muitas usinas fossem a falência em tempos de crise internacional.

Também foram estudados neste primeiro capítulo a questão dos direitos trabalhistas e os mecanismos de espoliação do trabalhador a partir dos arquivos disponíveis no Centro de Filosofia e Ciências Humanas ligado ao departamento de Pós-graduação em História em

¹⁹ Em primeiro lugar, as plantações do Novo Mundo utilizavam, quase que inteiramente, mão-de-obra coagida, geralmente trabalhadores africanos escravizados, no período que vai de seu estabelecimento, no começo do século XVI, até a abolição da escravidão, no século XIX. MINTZ, Sidney W. “Produção Tropical de Massa: um comentário histórico”. In: MINTZ, Sidney W. *O poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora da UFPE, 2010, p. 46.

parceria com a Justiça do Trabalho de Pernambuco que possibilita um estudo sobre processos trabalhistas em Pernambuco, no tocante a esta pesquisa, Palmares.

Além da realidade trabalhista, no que refere aos direitos, há outra realidade que tem mais proximidade com a justiça comum e os direitos humanos, os crimes no campo. Infelizmente era algo que estava ligado à história da insegurança e a história do medo no campo, mas não de modo sazonal, mas intrínseco a ela, segundo Manuel Correia de Andrade. Dentro deste quadro, o trabalhador rural, o pobre era quem mais sofria, era quem mais morria. O discurso em torno do crime e do medo da população era arma contra os mesmos trabalhadores, que apareciam nas manchetes policiais como incendiários, bandidos e coisa do gênero. Além de ser violentado pela fome, e muitas vezes até pela nudez, o trabalhador rural era exposto à difamação pública pela imprensa pernambucana.

Por fim, a análise sobre a política palmarensense encerra este primeiro capítulo. A fonte central foram os arquivos da Câmara Municipal de Vereadores, pois nela, podiam ser encontrados elementos que indicavam quais eram os problemas mais emergentes enxergados por aquela casa legislativa entre decênios de 50 e 60.

O segundo capítulo, “*Comunismo, Ligas Camponesas e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares*”, tratou das articulações que tornou possível a fundação do Sindicato Rural de Palmares. Foi criada uma “frente ampla” de ações que passava necessariamente pelo Partido Comunista em Palmares em meados da década de 1940 abrangendo quadros da cidade e do campo.

Em seguida tratou-se da vigilância estatal. Os agentes de segurança do Estado davam seus pareceres e a respeito daqueles que eram considerados perigosos. É evidente que a vigilância não era total, porque muitas vezes a pessoa ou grupos vigiados não faziam parte de nenhuma agremiação que pudesse desequilibrar o sistema ou possuíam, ainda, uma postura que dissimulava a investigação, mesmo quando eram presos. Mesmo assim, sua ação representou para muitas famílias, movimentos, partidos políticos o alicerce para julgamentos, sejam eles em tribunais civis-militares ou execuções sumárias realizadas por grupos do Estado disfarçados sob a insigne de grupo de extermínio.

Na terceira parte do segundo capítulo, tratou-se da formação da Liga Camponesa da cidade da Água Preta como movimento que deu origem ao sindicato de trabalhadores rurais de Palmares. É de suma importância apresentar o movimento histórico do sindicato porque ele nasce na periferia de Água Preta, no engenho Limão. Geograficamente à margem do centro urbano, marginal das relações de força que regem a política “água-pretense” e posteriormente palmareense.

Vale salientar que houve ações por parte dos trabalhadores, que não eram organizados em Liga. Isto mostra a influência da Liga no meio rural, por um lado e a impossibilidade de coordenar de maneira mais efetiva o caráter espontâneo de protesto contra a situação de miséria em que se encontravam milhares de trabalhadores rurais de Palmares, Água Preta e região, por outro.

O segundo capítulo ainda tratou da liga da Água Preta e dos primeiros momentos do sindicato em Palmares. Contudo preferiu-se dar destaque ao conjunto do movimento histórico que privilegiasse, mesmo que em curta duração, a ação do Partido Comunista, o nascimento da liga e a sua transformação em sindicato rural no início dos anos sessenta.

O terceiro capítulo “*O Golpe Militar de 1964 e a Repressão aos Subversivos*” se ateu ao golpe militar de 1964 na cidade de Palmares e suas consequências para as pessoas que estavam envolvidas no processo de participação popular, nos partidos políticos de esquerda. Ou seja, a repressão que veio em forma de prisões, cassações de mandatos para políticos, afastamento de cargos públicos e sequestros contra os inimigos da nova ordem econômica instaurada com ascensão dos militares ao poder.

Entretanto, convém deixar explícito que o fenômeno da repressão estatal e por parte das oligarquias locais não se configurou como uma realidade exclusiva dos regimes ditatoriais no Brasil, tanto em 30 como em 64. Mas, pelo contrário, se mostrou uma realidade perene na vida pública brasileira.

c) A luta pela memória dos trabalhadores organizados em Sindicato de Trabalhadores Rurais

A dimensão da memória, no estudo sobre Palmares, foi elemento crucial da pesquisa porque muitas coisas que aconteceram foram relegadas ao esquecimento. Por esta razão, o estudo desta memória histórica, e, de modo especial, a que era referente aos trabalhadores rurais, consistiu em uma oportunidade de perceber os mecanismos de esquecimento coletivo, por parte dos militares, tais como a censura dos jornais, revistas, televisão, manifestações lúdicas, professores vigiados em sala de aula, além de outros inúmeros mecanismos que ao longo do tempo foram apagando da lembrança do povo as realidades vividas e que não foram repassadas para as gerações futuras. Um dos mecanismos mais eficazes foi o de nomear praças, escolas e outros edifícios públicos com o nome de pessoas que apoiaram a instauração e a manutenção da ditadura militar de 1964.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²⁰

“Na sua forma mais elementar, escrever é constituir uma frase percorrendo um lugar supostamente em branco, a página”²¹. E, é na tentativa de reescrever e de revisitar a história vivida, e silenciada, que este trabalho se insere como uma tentativa de historiar sobre a luta desenvolvida por trabalhadores rurais em forma de sindicato na cidade de Palmares, que culminou com a vitória nas eleições municipais no início da década de 60.

Os arquivos da Câmara Municipal, Livro de Tombo da Diocese, Arquivo Público e da Fundação Joaquim Nabuco apontavam para um momento mais amplo na história do Brasil. A partir da década de cinquenta havia organização popular cada vez mais intensa: no campo as Ligas Camponesas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e nas cidades os sindicatos

²⁰ LE GOFF, Jacques. História e memória. Unicamp. Campinas: 1990, p, 427.

²¹ CERTEU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p, 17.

lutavam cada vez mais para alcançar direitos que a burguesia brasileiras nunca cedeu, a não ser sob forte pressão da classe operária.

Embora o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares tivesse nascido da Liga Camponesa da Água Preta, em nenhum momento quis-se reduzi-la a uma antessala do Sindicato de Palmares, mas simplesmente apontar para elementos em comum entre ambas as instituições de trabalhadores rurais. A primeira mais ligada aos moradores de engenho e o sindicato tendo os trabalhadores rurais que não moravam mais na propriedade rural (engenho, fazenda ou sítio), como seu centro de interesse.

Outro tema que permeou este texto foi a importância da imprensa como mecanismo de apelo de massa. Gramsci utilizou a expressão, “transformáveis”, ao se referir aos leitores dos jornais. Entretanto este elemento não está isolado, o mesmo autor associou dois elementos: o primeiro se refere à capacidade econômica de comprar os números do veículo de imprensa e o segundo era a de estimular que outras pessoas também se tornassem consumidoras do jornal. Sendo assim, pode-se perceber que a capacidade de mudança que a imprensa pode ter sobre o leitor é muito frágil, uma vez que dependia que o comprador se tornasse um freguês assíduo deste produto e que servia ao mesmo tempo como aparelho ideológico do Estado ou de instituições.

O Processo iniciado nas ligas Camponesas e continuado no Sindicato Rural dos Palmares foi interrompido em 31 de março de 1964. Contudo, jamais poderia ser esquecido da memória do povo e da escrita dos historiadores e profissionais afins. Portanto esta dissertação se propôs a não deixar no esquecimento a lutas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais organizados em sindicatos que se levantou contra a oligarquia açucareira, uma oligarquia que teve séculos para se estruturar paralelamente à construção do Estado brasileiro.

PRIMEIRO CAPÍTULO

SOCIEDADE AÇUCAREIRA PALMARENSE

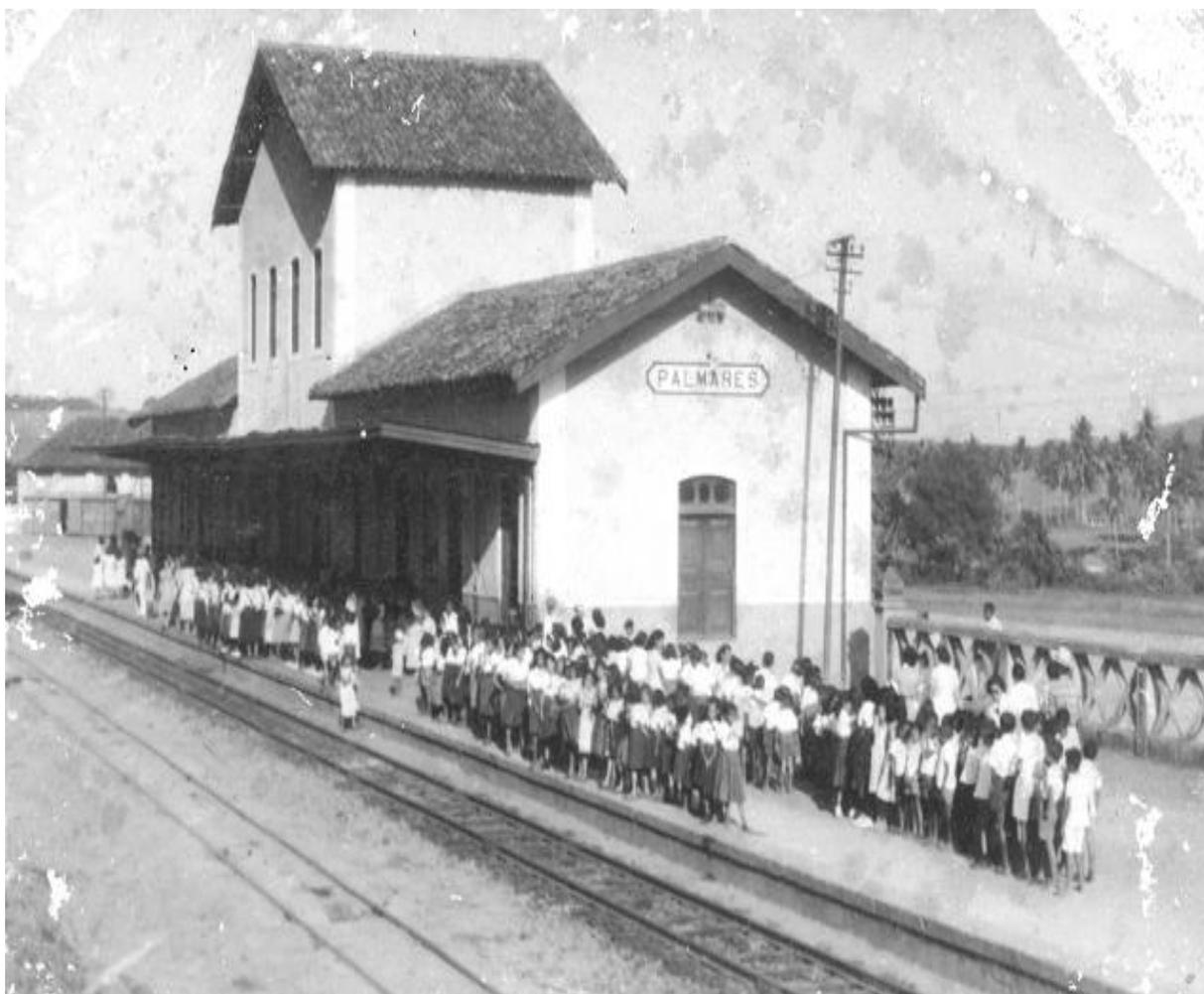


Ilustração 1. Estação Ferroviária de Palmares: 1964

SOCIEDADE AÇUCAREIRA PALMARENSE

Este capítulo tem como finalidade estudar a cidade de Palmares a partir das relações com a produção açucareira em larga escala (*plantation*) integrada ao grande sistema de produção açucareira mundial²². Ao mesmo tempo, criador de uma sociedade que conseguiu imprimir na região de Palmares um estilo de vida baseado em relações capitalistas e nocivas aos trabalhadores rurais, antes escravo e, posteriormente, trabalhador rural e morador de condição.

Este capítulo representa um esforço para levantar elementos que propiciarão uma melhor compreensão sobre o processo de formação espacial e organização da cidade de Palmares, e conseqüentemente, o contexto no qual foi escrita a história de luta e resistência que teve como protagonistas trabalhadores rurais que se organizaram para criar novas possibilidades para uma realidade insalubre.

O novo mundo foi construído em duas categorias bem distintas de pessoas, que são “Os senhores e seus prepostos de um lado, e os africanos escravizados e seus descendentes, do outro”²³. Esta estrutura foi perpetuada de certa maneira na figura do proprietário de capital de um lado e os trabalhadores que possuem apenas sua força de trabalho²⁴, do outro. E, no caso do escravo essa relação entre trabalhador e bens, na ótica do senhor é de identificação. Sendo assim, Palmares foi construída em torno de um “lugar social”²⁵ que permitia a construção de uma determinada “atmosfera” prejudicial àqueles que não eram detentores do capital, os trabalhadores assalariados, desempregados etc. Sua história foi escrita sobre os corpos²⁶ de inúmeras pessoas escravizadas e livres, espoliadas em torno da produção açucareira.

²² Sobre o processo de globalização ver MINTZ, Sidney W. “Produção Tropical de Massa: um comentário histórico”. In: MINTZ, Sidney W. *O poder Amargo do Açúcar*. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: UFPE, 2010, p. 39.

²³ Idem, p. 46.

²⁴ Idem, p. 141.

²⁵ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

²⁶ Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América “Latina”. Idem, p. 8.

Seria justo dizer que a maioria dos africanos escravizados e transportados até o Novo Mundo foram trazidos por conta das plantações e, mesmo após a emancipação, muitas centenas de milhares – talvez milhões - de trabalhadores livres sob contrato foram submetidos à tamanha dureza (ver, por exemplo, Chinese Emigration, The Cuba Commission 1790 [1876]). Embora outras safras como o fumo, o algodão e o café, fossem, eventualmente, figurar de forma importante na paisagem de plantação, durante séculos as mais importantes de todas foram as plantações de cana-de-açúcar²⁷.

A cana-de-açúcar foi o tipo de plantio escolhido para a Zona da Mata pernambucana, em sua grande maioria, a fim de abastecer o mercado europeu, marcando profundamente o processo de formação daquela região. Deste modo, a mão-de-obra coagida foi mantida como uma espécie de herança da escravidão, da qual a terra não ficou imune, sendo igualmente espoliada e tratada com igual dureza²⁸.

Partindo da formação histórica/territorial do Nordeste²⁹, percebem-se elementos que foram sendo plasmados ao longo do tempo a partir da implantação do modo de produção que privilegiou o modelo das grandes plantações de produtos voltados para a exportação³⁰. O Açúcar foi com certeza, um dos produtos que motivou as grandes potências mundiais - século XIV ao XVII- a criar uma verdadeira empresa que tinha como objetivo principal capturar e

²⁷ MINTZ op, cit, p, 46.

²⁸ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.p, 66.

²⁹ A plantation, iniciada em Pernambuco e na Bahia na primeira metade do século XVI, foi dedicada sobretudo à cana-de-açúcar, ativando o desmatamento e implantando os engenhos que fabricavam o açúcar bruto, a rapadura e a aguardente. Movidos no início à força humana, posteriormente os engenhos utilizaram a tração animal – bois e éguas – ou a água. Havia engenhos dos mais diversos portes e importância, convivendo com os chamados engenhos reais e as engenhocas. Em geral, os proprietários eram sesmeiros ligados aos donatários das capitâneas e recebiam o financiamento de comerciantes europeus, sobretudo de judeus sefarditas que haviam sido expulsos de Portugal e se instalado na Holanda. Daí a ação holandesa, invadindo o Nordeste do Brasil quando entrou em guerra com a Espanha, dominando a região de 1580 a 1640, para garantir os capitais investidos e os lucros advindos do comércio açucareiro. A sociedade daí advinda foi estruturada em classes, de forma rígida, ficando no ápice a nobreza, dita da terra, os grandes comerciantes e os altos funcionários reais que detinham o poder econômico e político. Essa classe era seguida de outra, denominada média, formada por sítiantes, pequenos proprietários e prestadores de serviços, e de uma classe baixa, constituída por pessoas pobres que também prestavam serviços, mas de forma ocasional, muitas vezes gratuito. Era a gente “sem eira nem beira”, como se dizia, então. Finalmente havia a grande massa de escravos, em sua maioria africanos adquiridos no Continente negro mediante escambo com fumo e aguardente, trazidos pelos tumbeiros para o país, onde eram comercializados. Nos primeiros séculos, ainda havia escravos indígenas, os chamados “negros da terra”; após a sua libertação, ficavam eles aldeados, prestando serviços gratuitos ou quase gratuitos aos proprietários de terra. ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco*. Estudos avançados. São Paulo: IEA/USP, 2001, p, 271.

³⁰ MINTZ, Sidney W. “Produção Tropical de Massa: um comentário histórico”. *O poder Amargo do Açúcar*. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: UFPE, 2010.p, 46.

transformar milhões de pessoas (índios e africanos) em ‘commodities’ para abastecer a lavoura da cana de açúcar de mão de obra³¹.

Em primeiro lugar, as plantações do Novo Mundo utilizavam, quase que inteiramente, mão-de-obra coagida, geralmente trabalhadores africanos escravizados, no período que vai de seu estabelecimento, no começo do século XVI, até a abolição da escravidão, no século XIX. O nascimento do Haiti, que se desmembrou de São Domingos colonial, libertou os escravos³².

Sendo assim, esta sociedade foi criada³³ a partir de uma situação de dependência ao capital internacional e associado³⁴.

A formação econômica e social do Nordeste foi comandada por uma sociedade que ainda apresentava, em Portugal, características de domínio de uma casta guerreira, formada pelo rei e pela nobreza ibérica, mas já altamente infiltrada pela influência burguesa de comerciantes judeus, italianos e de outras áreas do continente europeu. Por ocasião do povoamento das ilhas do Atlântico e do Brasil nos séculos XV e XVI, os reis de Portugal estavam profundamente comprometidos com a atividade comercial que enriquecia a sua corte, em Lisboa³⁵.

Em torno da mão de obra escrava era necessário montar um esquema de segurança que impedisse que o escravo fugisse pudesse construir uma sociedade diferente.

Dessa forma, a plantação personificava, em si, a labuta agrária de massas coagidas a tarefas intensivas em mão-de-obra, de um lado; do outro, uma organização de poucos, intensiva em capitais, consciente da dimensão temporal, industrial e técnica. Qualquer que seja o ângulo de visão, essas organizações eram incomuns para sua época³⁶.

³¹Ibidem.

³²Ibidem.

³³É muito importante dar ênfase ao caráter criacional da sociedade brasileira. Uma vez que sob a égide da dependência é que ela foi edificada desde o período colonial. É também de fundamental importância deixar bem claro que se tratava de uma realidade brasileira, dita aqui nesta dissertação de tal modo a valorizar uma realidade peculiar da Zona da Mata Pernambucana.

³⁴A região não partiu de uma situação de riqueza e opulência para uma situação de estagnação e até de involução. A região teve sua gênese no quadro da formação colonial brasileira, o que equivale a dizer que ela é uma criação subordinada do capital mercantil em processo de acumulação primitiva. É a dinâmica deste processo que a constituiu e lhe marcaram os contornos, tanto geográficos, econômicos e políticos. SUDENE. Fórum do Nordeste. Conferência proferida pelo prof. Dr. Denis Bernardes: *A questão do Nordeste: uma breve abordagem histórica*. Recife, 31 de agosto de 1982.

³⁵ AZEVEDO citado por ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e Tempo na Agroindústria de Pernambuco. Estudos avançados. São Paulo: IEA/USP, 2001.p.271.

³⁶MINTZ, Sidney. “Produção Tropical de Massa: um comentário histórico”. O poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Universitária da UFPE, 2010.p, 47.

Esta necessidade de segurança foi ampliada a partir do exemplo de São Domingos³⁷, hoje Haiti, que se sublevou e tomou o poder de seus dominadores. Outro exemplo é o que aconteceu em Palmares, um quilombo que alcançou grandes proporções e começava a se tornar um entrave para a expansão da economia açucareira, no que se chama hoje de Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas.

A concentração de terras para garantir a existência da lavoura de extensão, somada a escravidão imposta aos inúmeros negros, índios e degredados da Europa e a repressão para impedir o perigo de novas revoltas, são fatores que em seu conjunto ajudam a entender o cenário sobre o qual as relações de trabalho, as condições de vida dos camponeses e, sobretudo a dos trabalhadores da palha da cana, podem ser estudadas.

A zona canavieira apresenta um rendimento econômico vultoso, porém a concentração de renda nas mãos de uma pequena burguesia gerou milhões de subnutridos em todo seu território³⁸. Além disso, os prejuízos que os plantadores de cana-de-açúcar (donos de engenho) somavam ao longo da cadeia de produção e venda para as usinas, era automaticamente repassado para os trabalhadores rurais³⁹.

Não é descabido de fundamentação afirmar que os trabalhadores são a sustentação da produção do açúcar. Porque além de ser uma mão-de-obra barata, havia também o repasse dos prejuízos da propriedade e os salários eram rebaixados ao sabor do mercado, mas o contrário não acontecia, se isto não fosse o suficiente, também existia coação ao trabalhador.

³⁷Ver o caso do Haiti em ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver também MINTZ, op. cit, p. 46.

³⁸As estimativas para a renda per capita do Nordeste variam de US\$ 50 a US\$ 140 por ha. Esses números são falhos para traduzir as enormes disparidades na distribuição da renda entre os setores da população. Cerca de 2,5 por cento das pessoas no Nordeste recebem 40 por cento da renda total da região. A propriedade e distribuição da terra são balanceadas de modo semelhante. Um levantamento feito em 1963, no estado de Pernambuco, revelou que 690.000 famílias do meio rural estavam vivendo numa terra adequada para a manutenção de somente 110.000 famílias. PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve*. O Nordeste do Brasil: 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972. p. 31.

³⁹Ver a utilização do termo proletário rural em ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural*: Lutas, partidos, projetos. Recife, Editora da UFPE, 2005, p, 24. Ainda nesta citação ver a argumentação sobre o repasse do prejuízo para os proletários da cana-de-açúcar.

1. Entre a cana de açúcar e a usina

As relações que foram construídas dentro do processo de transformação dos antigos engenhos do tipo banguê em engenhos centrais e usinas afetou a estrutura populacional da cidade de Palmares, seguindo a tendência nacional⁴⁰. Esse município foi paulatinamente deixando de ser predominantemente rural, nos anos cinquenta, para, depois de um período de vinte anos, ter maioria urbana⁴¹.

O processo de extinção dos engenhos banguês e a sua substituição por usinas e engenhos centrais iniciado no último quarto do século XIX foi lento a princípio. Posteriormente houve tal aceleração, que em 1914 já colocara em funcionamento cerca de 56 usinas. Os engenhos centrais foram fechados ou transformados em usinas após a proclamação da República e produziram, na safra 1913-14, 2.403.000 t de açúcar, ou 40.050 sacas de 60 kg. A média de produção por usina foi de 42.910 sacas e as maiores safras foram as das usinas Catende (130 mil t), Cruanji e Tiúma (100 mil t cada uma)⁴².

Desde seu início, as usinas geraram um crescimento na concentração fundiária devido a sua capacidade de moer cana ser maior do que a produtividade de suas terras e fornecedores, para tentar resolver esta questão, a usina a adquiria mais terras ou comprava outras usinas de menor porte que estavam ao seu redor⁴³. Manuel Correia de Andrade explica o movimento de expansão das usinas, não só a partir da sua capacidade de moagem, acrescentando a malha férrea como um elemento de logística de escoamento da produção⁴⁴.

Além da questão da terra, o problema da mão de obra e sua remuneração, ou compensação similar⁴⁵, por sua vez, foram objetos de discussões que vão desde o período

⁴⁰ GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. *A população brasileira de 1872 a 1970: Crescimento e composição por idade e sexo*. CEBRAP, São Paulo. (não há menção de ano), p, 35. Ver também Anuário Estatístico do IBGE de 1972.

⁴¹ IBGE. *Censo Demográfico de 1960*; comparar com IBGE. *Censo Demográfico de 1970*.

⁴² ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço e Tempo na Agroindústria de Pernambuco*. Estudos avançados. São Paulo: IEA/USP, 2001, p, 273.

⁴³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. p, 117.

⁴⁴ Também a estrada de ferro quer particular, quer da antiga Great Western, atual Rede Ferroviária do Nordeste, muito contribuíram para aumentar o poder expansivo das Usinas, já que permitiam que as canas fossem para elas transportadas de grandes distâncias. Idem. p, 117. Na cidade de Palmares havia duas estações ferroviárias, a primeira pertencia a Great Western e a segunda a Usina Santa Terezinha, que possuía sede no município da Água Preta.

⁴⁵ Refiro-me às formas de pagamento não monetárias.

colonial até os dias em que esta dissertação está sendo apresentada. Isto se verá com mais apreço no segundo capítulo, onde serão apresentadas algumas discussões que envolviam trabalhadores e patrões em torno do preço do açúcar e suas relações com o aumento do salário mínimo.

A mão-de-obra era importada, sobretudo para trabalhar nas plantações que, com o tempo produziram açúcar, melão, rum, fumo, algodão, índigo, café e outros bens para mercados consumidores europeus... Os diversos produtos agrícolas, essas substâncias duradouras, sintetizavam o que era inicialmente uma maneira recém-modelada no ultramar de fundir produção e processamento, campo e fábrica, e de combinar em pares colônia e metrópole, produtor e consumidor, europeu e outro, escravo e proletário, trabalhador rural e operário de fábrica, súdito colonial e cidadão⁴⁶.

Geraldo Gomes afirmou que algumas cidades chegavam a confundir suas histórias com as das usinas de açúcar. A usina Catende e a Central de Barreiros, são exemplos mais claros deste fenômeno⁴⁷. Porque a usina exigia uma estrutura muito mais complexa do que os engenhos de açúcar⁴⁸, por esta razão é que surgiram algumas cidades em torno das usinas.

Sendo assim, as usinas se tornaram centros de aglutinação de pessoas que trabalhavam direta ou indiretamente nesta na usina, gerando um pequeno centro populacional que foi crescendo desordenadamente nos morros ou muito próximos aos rios, construindo boa parte do desenho urbano das cidades da Mata Sul pernambucanos.

A economia canavieira só veio a consolidar-se em Palmares no século XVII, devido à presença de quilombos⁴⁹ na região, e da invasão holandesa, que de certa maneira desarticulava o sistema canavieiro na zona da Mata Sul do Estado⁵⁰. Entretanto, o surto de modernização devido inicialmente aos engenhos e posteriormente às usinas, não trouxe investimentos que

⁴⁶ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, Testando Teorias Desafiadora: a Região do Caribe como Oikoumené”. In: MINTZ, Sidney W. *O poder Amargo do Açúcar*. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: UFPE, 2010, p. 80.

⁴⁷ GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Massangana, 2006./ Documentário anexo: Cultura do Açúcar. Recife: Massangana, 2006.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Salientamos a fuga, porque, apesar de se afirmar que sempre o negro suportou com paciência, sem reação, o cativo, o fato é que ele sempre estava a fugir para o mato, a organizar quilombos, a suicidar-se, a reagir, enfim, das formas mais diversas contra a prepotência dos seus senhores. ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011, p. 91-92.

⁵⁰ Sobre este tema ver em FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981, p. 17- 19.

modificassem, em grande medida, o trato da cana-de-açúcar. Chama a atenção no Censo Agrícola de 1960, o uso na cidade de Palmares de 2.820 bois para o trabalho agrícola dentro de um total de 76 estabelecimentos com declaração⁵¹.

1.1 Usinas e a formação das cidades da Zona da Mata

O que conhecemos como Palmares aparece na carta de doação ao capitão-mor Estevão Pais Barreto em 1678, relatada por Pereira da Costa. E “há indicações, ademais, de que nesta sesmária doada pelo então governador da Capitania de Pernambuco, Aires de Souza Castro, que surgiram as primeiras frentes de ocupação e suas respectivas unidades de produção, os engenhos”⁵².

Assim, uma combinação de fatores físicos e humanos provocou o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e a sua expansão durante quatro séculos, plasmando uma sociedade e uma civilização. Entre os fatores de ordem física podemos salientar a posição geográfica, ou seja, a distância do mercado europeu em relação a outras áreas do país, as condições de solo e de clima e o sistema da agricultura açucareira, trazida das ilhas do Atlântico na ocasião em que o capitalismo comercial presidia à expansão europeia pelos continentes que iam sendo “descobertos” e conquistados (Prado Júnior, 1942).

Palmares nasceu especialmente das relações que foram sendo estabelecidas entre as orações na capela de Nossa Senhora da Conceição dos Montes⁵³, o canavial, a estrada de ferro e as usinas. E foi em torno dessas realidades que este município teve uma economia voltada para a cultura da cana-de-açúcar e seus subprodutos. Entretanto, concomitante a esta riqueza concentrada nas mãos de uma pequena burguesia rural, a maioria da população rural ou urbana viviam em condições sub-humanas.

⁵¹ FUNDAÇÃO IBGE. Censo Agrícola de 1960. Volume II, tomo VI – 2ª parte. p, 45.

⁵² Ibidem.

⁵³ FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981, p, 23.

A história de Palmares não está desligada dos “caminhos” da América⁵⁴, mas ao contrário, ela fez parte do sistema de colonização implantado. Por este motivo, o capital internacional marcou profundamente a sociedade brasileira, pernambucana e palmarenses, de modo mais contundente com a economia açucareira.

Embora esta cultura tenha raízes seculares na própria Palmares, quis-se, por uma questão de método, analisar a economia canavieira tendo em vista o estudo do contexto no qual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares está inserido. Por este motivo, os silêncios da história, principalmente as relações entre o escravo e o trabalhador rural estarão em evidência durante boa parte desta dissertação.

Os espaços em branco, o silêncio da escrita local quanto à continuidade existente entre a realidade vivida pelos antigos escravos e os herdeiros da escravidão formam o contexto daquilo que não pode ser dito pelos meios ordinários de comunicação social. E, “o não-dito é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tornaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz, e a eliminação de um lugar ou de uma força que se articula numa linguagem”⁵⁵. Ou seja, que as relações entre escravos e senhores se perpetuaram de certo modo no senhor de engenho e na figura do trabalhador rural.

A história de Palmares foi escrita inicialmente a partir do olhar da casa grande; e o município recebeu o adjetivo de “canção da natureza”, ou melhor, a história foi elaborada a partir do olhar de uma burguesia abastada pelos rendimentos provenientes dos canaviais. Assim, era possível uma visão bucólica.

Na conjunção dos seus canaviais, a alma verde da gleba está latente, como esperança que riqueza traz, tornando o solo forte e independente [...] Engenhos, casas-grandes lá de outrora, que existem pelos campos em Palmares, são marcos a lembrar, somente agora, as tradições de fases seculares [...] Palmares é Canção da Natureza, -

⁵⁴ Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas europeias do sentido e tendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a América Índia, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos. 1 Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América “Latina” CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 8.

⁵⁵ Idem, p. 75.

Exortou, certa vez, Silva Jardim. - É terra de cultura e de grandeza, no mundo não havendo igual assim!⁵⁶.

A riqueza proveniente dos canaviais não é associada ao amargo do açúcar⁵⁷, nem a devastação que foi causada pelo sistema plantation⁵⁸ de agricultura. “Seria justo dizer que a grande maioria dos africanos escravizados e transportados até o novo mundo foi trazida por conta das plantações”. A canção da natureza é um adjetivo que contempla uma natureza virgem e intocada, mas o que existe é um canavial, regado ao sabor da safra, ditando o ritmo do engenho.

Essas plantações eram empresas onde imperava uma consciência aguda do tempo. A maquinaria utilizada para moer a cana, extrair o sumo e reduzir o caldo a um xarope semicristalino por meio de evaporação causada pelo calor, era complicada e cara. Portanto, a fase de processamento na operação da plantação era de natureza industrial e moderna para o seu tempo. Dessa forma, a plantação personifica, em si, a labuta agrária de massas coagidas a tarefas intensivas em mão-de-obra, de um lado; do outro, uma organização de poucos, intensiva em capitais, consciente da dimensão temporal, industrial e técnica. Qualquer que seja o ângulo de visão, essas organizações eram incomuns para sua época⁵⁹.

A visão do senhor de engenho foi colocada à luz da historiografia contemporânea de um modo bastante funcional a partir dos estudos de Thomas Rogers, que utilizou o termo ‘*labouring landscape*’ para analisar o cenário que formava a propriedade rural. O proprietário desta, a veria como um conjunto de elementos que iria trabalhar para ele. Ou seja, as pessoas haviam se confundido com os elementos da paisagem e dela se tornaram parte, isto é, não eram vistos como pessoas, mas como coisas.

“senhores de engenho e os porta vozes deles na elite intelectual veem, no domínio do engenho, um território que trabalha exclusivamente para eles e sobre o qual mandam. Além disso, incluído no território está o poder produtivo dos trabalhadores. Então, os senhores tratam dos elementos da paisagem sem perceber distinções: mata, rio, canavial, trabalhador. Os trabalhadores, por outro lado, veem no ambiente uma paisagem definida por poder, sim, mas ainda como espaço para suas vidas. Nos interstícios do poder do senhor, existe história, tradição, cultura: os elementos de vidas particulares”⁶⁰.

⁵⁶ Hino do Município de Palmares - PE.

⁵⁷ Ver MINTZ, Sidney W. “O poder do Doce e a Doçura do Poder”. In: MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar*: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: UFPE, 2010, p, 109.

⁵⁸ Idem, p, 139.

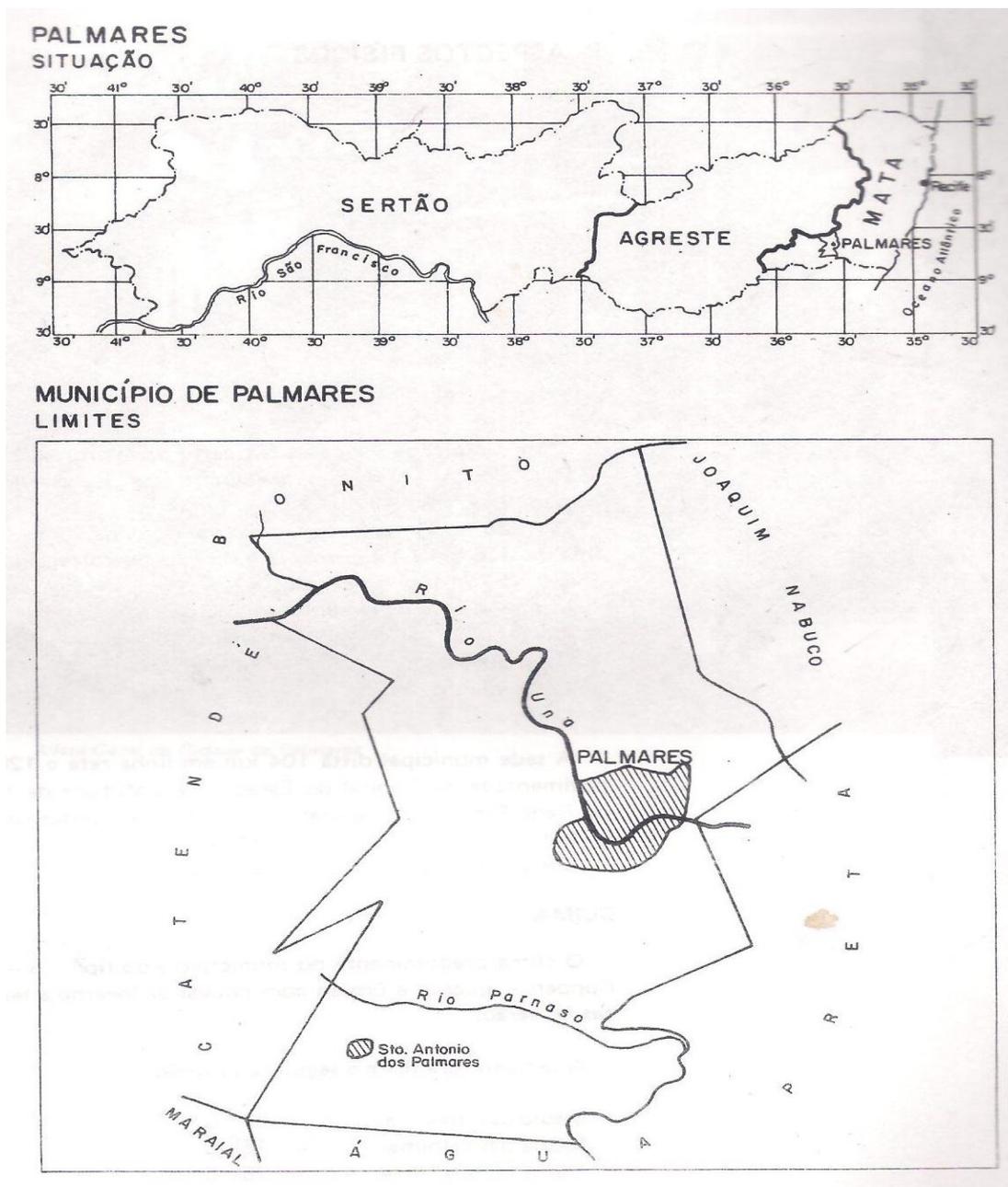
⁵⁹ Idem, p, 47.

⁶⁰ ROGERS, Thomas. Imaginário paisagístico em conflito na zona da Mata Pernambucana; *Cadernos de História*. N.º 6. Recife: Universitária da UFPE, 2010, p, 13-28.

O conceito de paisagem não será utilizado aqui a partir dos termos da história ambiental, mas será visto a partir da história do trabalho segundo os pressupostos expostos em Peter Burke⁶¹. Observamos que os moradores dos engenhos, futuros membros de Ligas Camponesas e de Sindicato de Trabalhadores Rurais foram considerados elementos constitutivos de um quadro no qual eles eram mais um elemento no processo produtivo do açúcar.

⁶¹ A perspectiva de uma “história vista de baixo” possibilitará estudar pessoas comuns, não observadas pelas abordagens historiográficas fundamentadas no “paradigma tradicional”. Peter Burke afirma que “nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros ministros ou generais”. Isto nos traz novas possibilidades na pesquisa e na escrita da história vista a partir de horizontes de amplas dimensões. Neste sentido, há uma publicação de James Harvey Robinson, citada por Burke que “inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem faz sobre a terra”. BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP. 1992, p, 22.

a) Usinas de Palmares



Mapa 1. FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. Palmares. Recife: – FIDEPE, 1981.p, 12.

A sociedade se estruturou com bases em diferenças econômicas e sociais; o sistema de poder foi mantido pelos proprietários da terra e de canais de uma forma em que o industrial do açúcar – o senhor de engenho nos três primeiros séculos e o usineiro no último formavam o núcleo de poder econômico e político local, mesmo que os grandes proprietários de terras não continuassem próximos ao núcleo do poder.

Neste sentido, cidade e cana de açúcar surgem como um binômio na zona canavieira a partir dos engenhos e, posteriormente, da implantação das usinas de açúcar. José Murilo de Carvalho utiliza o termo “sacarocracia” para explicar as relações entre a cana-de-açúcar, modo de produção⁶² e construção da sociedade.

Sendo assim,

a utilização desses rios, embora atendessem de imediato às necessidades produtoras ligadas à economia do açúcar e, posteriormente, às indústrias implantadas, vem sendo prejudicada, em termos de abastecimento das populações urbanas e rurais, situadas às suas margens, em decorrência da poluição das águas pelos despejos, em seu leito, das caldas das usinas e de outros resíduos industriais⁶³.

O processo de introdução das usinas de Palmares (Treze de Maio, Pirangy, Serro Azul e Catende⁶⁴) deu segmento a substituição dos engenhos do tipo banguê, pelos engenhos centrais e, posteriormente, pelas usinas. Em 1914 Palmares possuía 8 engenhos a água, 22 engenhos a vapor e 1 engenho com tração animal. Ainda contava com 81 fornecedores de cana. Estes, por sua vez, segundo Manuel Correia de Andrade, enfrentavam sérios problemas com os senhores de engenho durante o período da safra (moagem da cana) e do posterior pagamento, o que dificultava investimentos para os anos subsequentes, agravando cada vez mais a situação dos fornecedores⁶⁵.

Esta substituição (de engenhos em usinas) não excluiu a instituição “engenho” da geografia de Palmares e região canavieira, mas resinificou este estabelecimento rural a partir

⁶² José Murilo de Carvalho citado por GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Massangana, 2006/ Documentário anexo: Cultura do Açúcar. Recife: Massangana, 2006.

⁶³ DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981, p, 17

⁶⁴ Ver dados em: Usinas subvencionadas pelo Estado: dados de Palmares.

⁶⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011, p, 92.

da necessidade da usina. Sendo assim, a questão da terra também ficara voltada para as usinas e assim o engenho que não fora comprado pela usina se tornava fornecedor.

A tabela abaixo mostra a relação entre estabelecimento, área e a utilização das terras. A importância dos dados consiste em verificar quantitativamente a utilização das terras. Se a maioria da população brasileira vivia na zona rural e, Palmares não era exceção a regra, o manejo destas terras é de interesse capital para a estabilização econômica e social do Brasil.

Tabela 1. Estabelecimento e área, segundo a utilização das terras.

Palmares possui uma área total de 316 km² (31,600 ha⁶⁶)⁶⁷ ou seja, menor que a área plantada de acordo com o Censo Agrícola de 1960, o que na realidade não seria possível. Mas, existe possibilidade de interpretação da tabela abaixo, uma vez que a área pode ter sido contabilizada mais de uma vez, devido a metodologia utilizada em áreas que com culturas temporárias, para o mesmo terreno. E assim, para cada cultura, a mesma área foi somada mais de uma vez, gerando esse dado errôneo. Há ainda, a possibilidade de que tenha havido erro de cálculo. Mesmo assim existe uma concentração no uso da terra em torno de 97%.

Estabelecimentos	Área Total	Lavouras Permanentes	Área ha	Lavouras Temporárias	Área ha	Pastagens	Área Há
131	40.099 (ha)	74	743	131	21.422	78	5.487

Fonte: IBGE. Censo Agrícola de 1960.

O Censo Agrícola de 1960 aponta 40.099 (ha) da área utilizada para a agricultura e agropecuária, ou seja, 100%⁶⁸ das terras utilizadas eram destinadas para a agropecuária. Isto é questionável uma vez que a cana-de-açúcar vem sendo a atividade econômica principal daquele município⁶⁹. O Censo também indica a colheita da cana-de-açúcar em 543.548

⁶⁶ Conversão de Km² em ha realizado pelo autor.

⁶⁷ FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981, p. 11.

⁶⁸ IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Volume II. Tomo VI- 1ª parte. Estabelecimento e área, segundo atividade predominante, p. 56.

⁶⁹ FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*.

toneladas, ocupando uma área de 18.318 ha, quase a metade da área plantada voltada para o cultivo canavieiro, a outra grande parte (21.422 ha) estava sendo utilizada para lavoura temporária.

Não foram encontrados dados que forneçam informações sobre o caráter “híbrido” da produção açucareira, ou seja, se havia alguma rotatividade entre o pasto, a lavoura voltada para víveres e o canavial afim de não desgastar a terra, mas o que se observa é a utilização do método de “soca” para continuar o cultivo canavieiro. Sendo assim, as culturas temporária, ligadas diretamente à alimentação não possuíam expressão e era “quase ausente” das estimativas do censo devido ao seu pequeno número⁷⁰.

b) Culturas temporárias no município de Palmares

A tabela abaixo serve como indicativo da relação existente entre a lavoura destinada à produção de açúcar e aquela que possuía a função de produzir víveres para a população local, no que se refere ao abastecimento dos centros urbanos ou da lavoura de subsistência que completaria a alimentação do trabalhador rural que morava no engenho.

Sobre culturas temporárias, ficou clara a ausência de uma cota significativa de produção de alimentos. Esses dados são tão significativos quanto o que foi produzido, porque integra o quadro de alimentos que estaria à disposição da população. Esse quadro revela-se importante porque sua configuração irá determinar a utilização ou não da importação de alimentos, para abastecer um município, cuja base econômica era agricultura.

Recife: – FIDEPE, 1981, p, 33.

⁷⁰ Ver o método utilizado no *Censo Agrícola de 1960*

Tabela2. Culturas temporárias no município de Palmares

Cultura	Quantidade	Área
Algodão	- ⁷¹	-
Feijão	1 t	-
Mandioca	3.711	892 ha
Milho	-	7 ha
Abacaxi	2.740 (cento)	-
Aipim	-	-
Arroz	-	-
Batata Doce	-	-
Cebola	-	-
Fava	-	-
Fumo	-	-
Inhame	-	-
Mamona	-	-
Tomate	-	-

Fonte: Censo Agrícola de 1960.

A mandioca, feijão e o abacaxi representam a maior produção alimentar da região, mas mesmo assim, não era o suficiente para abastecer uma população 40.023 de habitantes⁷² no ano de 1960. A mandioca é matéria prima para a confecção de farinha, muito utilizada na alimentação local. Curioso, que não apareça na tabela, acima a produção da manga e da jaca porque é um dos alimentos da população menos abastada. A manga foi considerada como o

⁷¹ Conceito segundo o IBGE. *Censo Agrícola de 1960*: O dado de acordo com a declaração do informante, não existe.

⁷² FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981, p, 23.

pão do pobre⁷³ e a jaca é utilizada para fazer um tipo de sopa com suas sementes, além de ser consumida crua.

⁷³ O autor desta dissertação viu em sua infância muitas mulheres de Palmares consumir a manga e a sopa de Jaca como elemento importante da alimentação.

Tabela 3. Palmares: Estabelecimentos e áreas, segundo as classes de atividades econômicas (Dados de 1975)

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	%	Área Total	%
Agricultura	244	97,6	35.586	99,1
Pecuária	2	0,8	298	0,8
Horticultura e floricultura	2	0,8	1	-
Avicultura	2	0,8	10	-

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁷⁴.

A tabela acima, mostra a quantidade de terra utilizada para a agricultura, ou seja, mantem-se a destinação que já havia em 1960. Ou seja, 99,1% das terras utilizadas para atividades econômicas estavam sendo utilizadas para a agricultura. Confrontados com os dados da tabela anterior, vê-se que embora houvesse a existência predominante do uso da terra para atividades agrícolas, a alimentação, não era distribuída de tal forma que pudesse atender as necessidades locais, embora o açúcar também seja um alimento⁷⁵.

A pecuária, horticultura e floricultura e avicultura somam apenas 2,4% da área total. Estes dados impressionam pela disparidade. A Geografia da fome é uma realidade construída pelo método da vida negativa, ou seja, pela ausência de planejamento alimentar e por uma supervalorização a agricultura de exportação, a Zona da Mata Sul Pernambucana, marcada pela presença abundante de água e solos férteis é uma região marcada pela fome e condições sub-humanas.

O quadro acima apresentado aponta para uma realidade marcada pela monotonia em duas dimensões: A monotonia alimentar e a monotonia da paisagem que na região canavieira se materializaram na fome, uma realidade vivida pela maior parte da população da região.

⁷⁴ FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981, p. 33.

⁷⁵ A questão de fundo não é o tipo de alimento plantado, mas o método da plantação: a lavoura de extensão ou *plantation*.

Christine Dabat utilizou o termo paisagem defunta⁷⁶ para reconstruir de modo imagético a concentração fundiária e a utilização da cana como produto principal a ser plantado. Mais adiante a mesma autora se utiliza de Josué de Castro com a seguinte citação: “ o desenvolvimento da cana-de-açúcar, como todos os seus nocivos exauros de planta individualista, com sua hostilidades quase mórbida por outras espécies vegetais”⁷⁷. A fome é o amargo do açúcar, uma realidade que não é exclusiva das sociedades açucareiras, mas uma triste reinvenção local⁷⁸ e desvelada para o mundo com a obra *Geografia da Fome*⁷⁹.

c) Processo de substituição dos engenhos em usinas

Há um elemento a ser considerado, neste mosaico de significado, a relação entre os fornecedores de cada e a usina, um ponto essencial na cadeia de produção açucareira que deve ser visto ao lado do uso da terra, uma vez que a interdependência entre plantio e industrialização passa pela questão do pagamento ao fornecedor. Estas relações entre fornecedores de cana-de-açúcar e a usina faz parte do movimento de substituição, do centro de poder, para as mãos dos usineiros. Isto não quer dizer que os engenhos terminaram, mas o que está em questão é a substituição do centro gravitacional do poder ou dos poderes.

Será realizada uma breve contextualização histórica desta transmutação de engenhos para usinas. O que será abordado não representava uma realidade homogênea, formada por grupos uniformes que podem ser enquadrados sob uma mesma ótica, mas pelo contrário, há movimentos contraditórios cuja imagem poder ser representada por um mosaico com muitas situações internas.

⁷⁶ DABAT, Christine. Trabalhadores em sociedades açucareiras. Cadernos de História. In: Açúcar e Trópico: uma equação ‘natural’ justificando um modelo. Recife: Universitária da UFPE, 2010, p. 57.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Castro, Josué. *Geografia da Fome*: o dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

⁷⁹ Ver documentário Josué de Castro, cidadão do mundo.

As usinas representam um aumento considerável na capacidade de moer a cana produzida. Manuel Correia de Andrade apresenta uma pesquisa sobre as safras das recém-implantadas usinas no estado de Pernambuco da seguinte maneira:

O processo de extinção dos engenhos banguês e a sua substituição por usinas e engenhos centrais iniciado no último quarto do século XIX foi lento a princípio. Posteriormente houve uma tal aceleração, que em 1914 já colocara em funcionamento cerca de 56 usinas. Os engenhos centrais foram fechados ou transformados em usinas após a proclamação da República e produziram, na safra 1913-14, 2.403.000 t de açúcar, ou 40.050 sacas de 60 kg. A média de produção por usina foi de 42.910 sacas e as maiores safras foram as das usinas Catende (130 mil t), Cruanji e Tiúma (100 mil t cada uma). Em 1934, 20 anos depois, apesar da crise dos anos 20, o número de usinas elevou-se a 66, indicando certo dinamismo no processo usineiro⁸⁰.

As usinas Bom Destino, posteriormente chamada de Treze de Maio, Catende, Pirangy Assú somadas à estrada de ferro que ligava o litoral ao interior do território serviram de base para que surgisse um aglomerado urbano que posteriormente seria a cidade de Palmares. Segundo Vilmar Carvalho, através da linha férrea a “cidade e os seus engenhos estavam, por diante, conectados, às antigas distâncias do mundo moderno. O espaço e o tempo rompiam antigas memórias e linguagens, mas não o suficiente para transformar de vez a paisagem, seus homens, coisas e palavras”⁸¹. E esta paisagem cada vez mais tomada pelo verde do canavial uma vez que as usinas tendiam a expandir continuamente suas plantações ao longo do tempo, inclusive com o auxílio do Instituto do Açúcar e do Alcool-IAA.

Após o início da república até o início dos anos 30 do século XX, houve no Estado de Pernambuco diversas tentativas de organização dos produtores⁸² e dos exportadores de açúcar e álcool. A questão em debate era a postura adotada diante da atuação do Estado na economia e os grupos se debatiam para ver qual a postura ideal a ser tomada pela classe produtora-industrial açucareira. Estes eram, grosso modo, divididos em dois blocos, que se distinguiam, a princípio, a partir do seu poder de capital. O primeiro era composto por grandes usineiros e industriais desejavam uma maior liberdade de ação em relação ao Estado.

⁸⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco*. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, 2001, p, 273.

⁸¹ CARVALHO, Vilmar Antônio. *Letrados e Ufanos: História do Clube Literário de Palmares (1882-1910)*. Recife: Bagaço, 2011, p, 13.

⁸² Termo utilizado para identificar os usineiros, proprietários dos engenhos do tipo banguê e fornecedores de cana-de-açúcar que tinham por objetivo abastecer o mercado nacional.

Antônio F. da Costa Azevedo, proprietário da Usina Catende, a maior do Estado, declarava, na reunião da Associação dos Usineiros Fabricantes de Açúcar de Pernambuco realizada em 29 de outubro de 1929, que não necessitaria de um apoio governamental depois de obter financiamento do Governo Federal, redução de impostos e fretes marítimos e ferroviários propostos na reunião, não se precisando do Governo para mais nada⁸³. Ou seja, o governo do Estado daria o suporte necessário para a indústria açucareira sem nenhum compromisso social ou contrapartida do proprietário em relação à sociedade pernambucana⁸⁴.

As usinas produziram, na safra 1953-54, 8.985.242 sacas de 60 kg, o equivalente a 169.532 sacas por usina. A diferença de capacidade entre elas era acentuada: as três maiores safras foram registradas nas usinas Central Barreiros (733.400 sacas), Catende (676.024) e Santa Teresinha (535.384), enquanto as menores em Regalia (1.720 sacas), Nossa Senhora de Lourdes (6.000) e Crauatá (6.657). No que diz respeito à produção de álcool, que foi de 77.361.628 litros, a Destilaria Central Presidente Vargas, estatal, contribuiu com 19.795.068 litros, ou 25,58% da produção do estado⁸⁵.

O segundo grupo, composto por pequenos “usineiros, bangueseiros, fornecedores de canas de alguns médios e grandes industriais de Pernambuco foi favorável ao projeto de Campos”⁸⁶. Este grupo divergia dos primeiros, que apoiavam a livre concorrência. Esses pequenos industriais que formavam o segundo grupo, não tinham condições de sobreviver no regime de livre concorrência frente aos empresários mais abastados e, por este motivo, viam na intervenção estatal sua única tábua de salvação⁸⁷.

Nesse período de crise, porém, acentuaram-se as disputas entre usineiros, fornecedores de cana e lavradores, levando o governo a criar o Instituto do Açúcar e do Alcool para disciplinar e regionalizar a agroindústria, além de promulgar leis que regulamentavam as relações entre os grupos sociais integrantes do processo (Carli, 1992; Andrade, 1989). A produção total do ano foi de 3.219.124 sacas de 60 kg, correspondentes a 48.744 sacas por usina. À época, numerosas usinas não possuíam destilarias de álcool e vendiam melão para aquelas mais próximas ou continuavam

⁸³ BANDEIRA, Élcia de Torres. Os Usineiros Pernambucanos e a Intervenção Estatal na Agroindústria Canavieira (1889-1933). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, nº13. Recife: UFPE, 1990, p, 124.

⁸⁴ Esta temática é bem mais ampla do que este exemplo utilizado apenas para apontar a existência de relações entre os proprietários das usinas de açúcar e o governo do estado de Pernambuco.

⁸⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco*. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, 2001, p, 273.

⁸⁶ BANDEIRA, Élcia de Torres. Os Usineiros Pernambucanos e a Intervenção Estatal na Agroindústria Canavieira (1889-1933). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, nº13. Recife: UFPE, 1990, 125.

⁸⁷ Idem, p, 125.

a produzir aguardente em suas antigas destilações; o melaço era também utilizado na alimentação de animais⁸⁸.

Este segundo grupo que insistia na atuação do Estado, na economia açucareira (considerada por máquina de matar)⁸⁹, prevaleceu de tal maneira que tornou possível a criação do IAA⁹⁰ que regulava o fomento, produção e escoamento do produto no mercado interno e externo. Inclusive a taxaço artificial do preço da saca de açúcar que era comprado nas usinas e nos banguês. O álcool ganhou um maior valor agregado, no mesmo período com a sua utilização como bio-carbureto.

Entretanto, “monocultura açucareira (e) monocultura alimentar”⁹¹ era a realidade que insistia em permanecer, por conta de fatores que já foram vistos neste capítulo e que escondia sobre a “doçura do poder”⁹².

Josué de Castro resume em poucas palavras o que significou a cultura canavieira no Nordeste e por conseguinte em Palmares deste modo:

Poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às conseqüências de seu atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar⁹³.

⁸⁸ ANDRADE, op. cit, p, 273.

⁸⁹ “Killing machines”. Ver, ROGOZINHSK, Jan. A Brief History of the Caribbean: From Arawak and Carib to the Present. New York: Plume, 2000, p, 140. Apud MINTZ, Sidney W. Three Ancient Colonies. Caribbean, Themes and Variations. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 2010 apud DABAT, Christine Rufino. Açúcar e Trópico: Uma equação 'natural' justificando um modelo social perene, *Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. Cadernos de História*. Universitária da UFPE, 2011, p, 54.

⁹⁰ Criado para descongestionar o mercado interno e efetivar uma defesa permanente do produto e não apenas uma valorização artificial, o IAA passou a determinar quotas de produção para as usinas de açúcar incumbindo-se também de fixar preços e unificar as políticas públicas de incentivo e controle da produção de açúcar e de álcool no país através do CDPA com a Comissão de Estudos sobre o Álcool-Motor (CEAM), mediar as relações entre fornecedores de cana e usineiros e financiar a produção. BANDEIRA, op. cit, p, 126.

⁹¹ LINHART, Roberto. O Açúcar e a Fome. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.52. Citado por DABAT, Christine Rufino. Açúcar e Trópico: Uma equação 'natural' justificando um modelo social perene. *Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. Cadernos de História*. Recife: UFPE, 2009, p, 59.

⁹² Ver em MINTZ, Sidney W. O poder do Doce e a Doçura do Poder. In: MINTZ, Sidney W. *O poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora da UFPE, 2010, p, 109.

⁹³ Castro, Josué. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Antares, 1984, p, 112.

Porém, este desequilíbrio que afetou pessoas e ambiente foi financiado em grande parte pelo Estado. Uma vez que não havia uma ação reguladora, a fim de planejar e equilibrar a economia local, então predominou a falta de planejamento tal que existiram empreendimentos que foram financiados e nem chegaram a ter início, ou seja, a usina foi declarada inativa sem mesmo ter sido construída.

É o que se verá, logo na tabela que se segue, referente à cidade de Palmares no fim do século XIX, isso significa dizer que o IAA é mais uma etapa do processo de financiamento estatal às usinas de açúcar iniciado com a República.

d) Usinas subvencionadas pelo Estado: dados de Palmares

Tabela 4. Concessão às usinas de Palmares.

Usina		Catende	Pirangy Assú	Treze de Maio
Concessionário		Dr. Joaquim José Coimbra	Dr. Joaquim José Coimbra	Dr. João Zeferino Pires de Lyra
Data	Da Concessão	24 de Março de 1891 24 de setembro de 1895	24 de setembro de 1895	24 de setembro de 1895
	Do Contrato	13 de abril de 1891 28 de setembro de 1895	28 de setembro de 1895	27 de setembro de 1895
Produção Diária Conforme contractos		400 sacas de açúcar para 10 de álcool	275 sacas de açúcar para 6 de álcool	257 sacas de açúcar para 6 de álcool
Auxílio	Parcial	1500:000\$000 réis	-	
	Total	1.050:000\$000 réis	750:00\$000 réis	-700:000\$000 réis
Prestações	Recebidas	1.050:000\$000 réis	750:00\$000 réis	-700:000\$000 réis
	Observações	-	-	-

FONTE: PERES, Apollonio e PERES, Gaspar. A indústria Assucareira em Pernambuco, Recife: CEPE, 1991.p, 103.

A empresa açucareira, de modo particular em Pernambuco, recebeu incentivos governamentais através de concessões e financiamentos a juros módicos até chegar ao perdão das dívidas não pagas. A parceria entre usineiro e Estado acontece desde a concessão para o funcionamento da usina até o capital necessário para sua manutenção, mas com prazos longos

e juros baixos. Esta concentração de capital, na Mata Sul pernambucana, aumentou ainda mais a disparidade entre a burguesia rural e industrial, e a maior parte da população, que se encontrava em extrema pobreza devido a alta concentração fundiária.

Analisando a tabela a partir da nomenclatura das usinas pode-se ter uma visão distorcida da realidade porque esta não revela o caráter, muitas vezes pessoal, da concentração de renda e de terras. Um exemplo expressivo é o que ocorreu em Palmares na última década do século XIX quando o proprietário da usina Catende e Pirangy Assú recebeu mais de dois terços da renda destinada para as usinas de Palmares. Portanto, se nestes dados fossem levados em conta apenas a propriedade, a partir do conceito de estabelecimento, estaria esta pesquisa incorrendo em erro, porque esconderia a relação que havia entre pessoas física e jurídica.

A questão da concentração de terras produtivas⁹⁴ nas mãos de poucas pessoas causou um desequilíbrio social. A implantação das usinas foi um elemento que acentuou a tendência para o predomínio do latifúndio, desde o fim do século XIX e o século XX. E, de modo especial, em Pernambuco.

Em 1914 a Usina 13 de Maio⁹⁵, considerada como meio aparelho, estava parada e a usina Cuyambuca⁹⁶ estava desmontada. Embora, segundo dados da tabela acima havia recebido uma quantia de 700:000\$000 réis no fim do século dezenove que segundo a tabela foi pago sem prestações. O que se sabe, a partir dos dados é que esta usina aparece nos anos cinquenta do século XX como ativa, no entanto não há mais registros referentes à usina Cuyambuca.

No Estado de Pernambuco as usinas tiveram uma política de aumento da sua capacidade de moagem da cana-de-açúcar. Em Sergipe, as usinas (geralmente de pequeno poder de

⁹⁴ Os dados do INCRA para 1986 permitem identificar os traços da situação fundiária devido a sua pequena mobilidade. Os imóveis de 100 ha. Ocupam em média 76,95% do território considerado pelo INCRA. Em certos municípios, particularmente na região sul da Zona da Mata, esta dominação torna-se quase absoluta, pois as taxas de ocupação na área rural variam na faixa superior aos 90%: 99,25 em Gameleira, 96,76 em Sirinhaém, 96,25 em Ipojuca, 95,73 em Palmares, 93,40 em Cortês etc. DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Universitária da UFPE, 2007.p, 61. Embora os dados sejam de um período posterior, eles indicam uma continuidade da concentração fundiária, mesmo fazendo a ressalva de ser outro período histórico.

⁹⁵ As usinas Treze de Maio de Cuyambuca não receberam referências sobre a existência de malha férrea, segundo PERES, Apollonio e PERES, Gaspar. *A indústria Assucareira em Pernambuco*. Recife: CEPE, 1991, p, 165.

⁹⁶ Ibidem.

moagem) foram formadas a partir dos engenhos banguês alcançando o número de 70 em 1920, no entanto,

A produção das 36 usinas sergipanas, na safra de 1945-46, ter sido de 785.613 sacos e, na safra de 1955-56, ter sido de 785.613 sacos e, na safra de 1955-56, ter sido de 716.765 sacos de 60 quilos, enquanto a Catende, então a maior usina de Pernambuco, teve nesses dois anos, respectivamente, as seguintes safras: 761.884 e 886.277 sacos. Também a Central de Barreiros, em 1955-56, teve sozinha maior produção que as 36 usinas sergipanas reunidas – 842.390⁹⁷.

Não é objetivo fazer qualquer tipo de apologia às usinas de açúcar, mas se quer apontar para o potencial de produção que as usinas de Pernambuco possuíam na metade do século XX. Entretanto, convém ressaltar que este surto de produção também é resultado de uma falta de planejamento, o que ocasionará em uma excessiva oferta do produto e uma consequente diminuição do preço do açúcar no varejo.

As usinas, ao serem instadas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção – dentro das condições técnicas então dominantes – dos engenhos a elas vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender à fome de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas, elas iriam acentuar cada vez mais a concentração fundiária⁹⁸.

Concomitante ao crescimento das usinas havia o investimento em ferrovias para o escoamento da produção. Catende possuía estação ferroviária no povoado que levava o mesmo nome da usina, esta ainda possuía 95 quilômetros de estradas de ferro. A Usina Frei Caneca era proprietária de uma estação de trem em Colônia Leopoldina- AL, com 25 quilômetros de linha férrea; a usina Pirangy também era dona de estação ferroviária em povoado homônimo.

Isto contribuiu, não só para o escoamento da produção, mas a população também foi privilegiada com isso, uma vez que também eram disponibilizados vagões para passageiros, como foi dito por Vilmar Carvalho, conectou o campo à cidade⁹⁹.

⁹⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p, 116.

⁹⁸ Idem, p, 117.

⁹⁹ CARVALHO, Vilmar Antônio. *Letrados e Ufanos: História do Clube Literário de Palmares (1882-1910)*. Recife: Bagaço, 2011, p, 13.

2. POPULAÇÃO

Segundo o Censo Demográfico Brasileiro de 1960¹⁰⁰, a cidade de Palmares contava com 36.696 habitantes, sendo 20.235 homens e 19.461 de mulheres. Dentre estes, 13.551 eram economicamente ativos e 26.145 não faziam parte desta categoria. Ou seja, a população economicamente ativa de Palmares era de 36, 92% da população. Comparando com a cidade do Recife ver-se-á à primeira vista que a situação de Palmares não é tão diferente da capital pernambucana que possuía apenas 29, 12% de sua população economicamente ativa, isto é, inserida no mercado formal de trabalho.

Boa parte da população economicamente ativa estava ligada a atividades agropecuárias e extrativas era, em Palmares, de 8.511 e cujos dependentes perfaziam cerca de 11.265 pessoas. Ou melhor, 62, 80% da população economicamente ativa de Palmares, estava ligada a atividades voltadas para o campo, sem contar com a mão-de-obra de outros municípios circunvizinhos que trabalhavam para as usinas, engenhos ou outros estabelecimentos rurais que possuíam sede no município de Palmares e, por este motivo, não foram contabilizadas.

Quanto às atividades ligadas à indústria, 1.258 pessoas (8,32%) foram consideradas economicamente ativas enquanto que 2.947 não foram enquadrados nesta categoria. Para tanto, este Censo não discriminou os motivos pelos quais um número tão expressivo de pessoas não estava ativo na indústria. Entende-se que a indústria de Palmares se resume praticamente a usina, então 72, 38% da população estava ligada ao sistema da *plantation*. Ainda havia outro grupo formado por 3.782 pessoas que exerciam outras atividades econômicas.

No que se refere à situação da alfabetização da população de Palmares, a Atenas Pernambucana¹⁰¹ possuía 11.194 pessoas (36, 50%) que sabiam ler e escrever¹⁰², segundo o Censo Demográfico de 1960, sendo 5.211 estudantes, 63,5 % da população era analfabeta. O número total de pessoas que não sabia ler quase coincidia com o número da população ativa

¹⁰⁰ BRASIL. Fundação IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Censo Demográfico de 1960. Volume II. Tomo VI, vol. 1, p. 86.

¹⁰¹ Este termo aparece no hino do município de Palmares.

¹⁰² Idem, p. 88.

do município. Isto significa dizer que boa parte da mão-de-obra não era qualificada para trabalhos que exigissem maior escolarização.

O número de homens à frente das famílias¹⁰³ em Palmares no Censo de 1960 ainda era muito alto. De um total de 8.218 famílias¹⁰⁴, 7.353 homens (89,47%) aparecem como chefes de família enquanto que 8.685 mulheres (10, 52%) assumem esta função. Uma vez que o Censo não classificou a população economicamente ativa por sexo, não se pode afirmar que há uma relação direta entre o número de homens e a chefia da família palmarenses. Estas famílias ocupavam 8.206¹⁰⁵ residências, sendo que 1.954 eram próprias e 1.326 alugadas e 4.926 se encontravam em outra condição.

Sobre o abastecimento de água potável apenas 946 estavam ligadas à rede geral e 1.966 tinham acesso à água através do poço. Chama a atenção para o fato de que 1.863 residências possuíam iluminação elétrica. Porém, não há informações se estas casas estavam sendo abastecidas pelas hidrelétricas das usinas de açúcar.

¹⁰³ Idem. p.104.

¹⁰⁴ BRASIL. Fundação IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Censo Demográfico de 1960. Volume II. Tomo VI, vol.1, p, 104.

¹⁰⁵ Os dados referentes aos domicílios estão em: Idem, p, 120.

Tabela 5. Dados populacionais de Palmares e distritos.

Municípios e Distritos	1872	1890	1910	1920	1940	1950	1960	1970	1980
PALMARES ¹⁰⁶	7.85	25.228	25.000	38.102	30.430	38.318	40.023 ¹⁰⁷	50.995	58.621
Catende	-	-	-	7.058	-	-	-	-	-
	-	-	-	6.645	-	-	-	-	-
Joaquim Nabuco	-	-	-	3.742	5.458	7.328	-	-	-
Maraial	-	-	-	2.957	-	-	-	-	-
Santo Antônio das Trempes	-	-	-	-	-	-	5.257	-	-
Santo Antônio dos Palmares	-	-	-	-	-	-	-	5.396	4.878

Fonte: PERNAMBUCO. Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. Palmares. Recife: FIDEPE, 1981.p, 23.

O município de Joaquim Nabuco foi desmembrado de Palmares em 1950. Por esta razão ele não aparece nos dados de 1960 e 1970. A população de Joaquim Nabuco passou de 5.458 em 1940 para 7.328 em 1950 e, mesmo com desmembramento deste distrito, a população de Palmares subiu de 38.318 em 1950 para 40.023 em 1960, ou seja, um aumento populacional de 104.449% entre 1940 e 1960. Apontando uma tendência de crescimento populacional urbano, sem, contudo romper com a estrutura agrária vigente na região: a cana-de-açúcar. Este dado é muito importante porque mostra um movimento de crescimento populacional expressivo para uma cidade até a década de 60 do século XX, formada por um contingente populacional predominante rural que acompanhou a tendência nacional que tornaria o Brasil a partir de 1970 um país de predominância populacional urbana.

¹⁰⁶ Em 1872 a povoação era denominada Paróquia de N. S. da Conceição dos Montes, passando a ser denominada de Palmares pela lei nº 1093, de 24 de maio de 1873. FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981, p, 23.

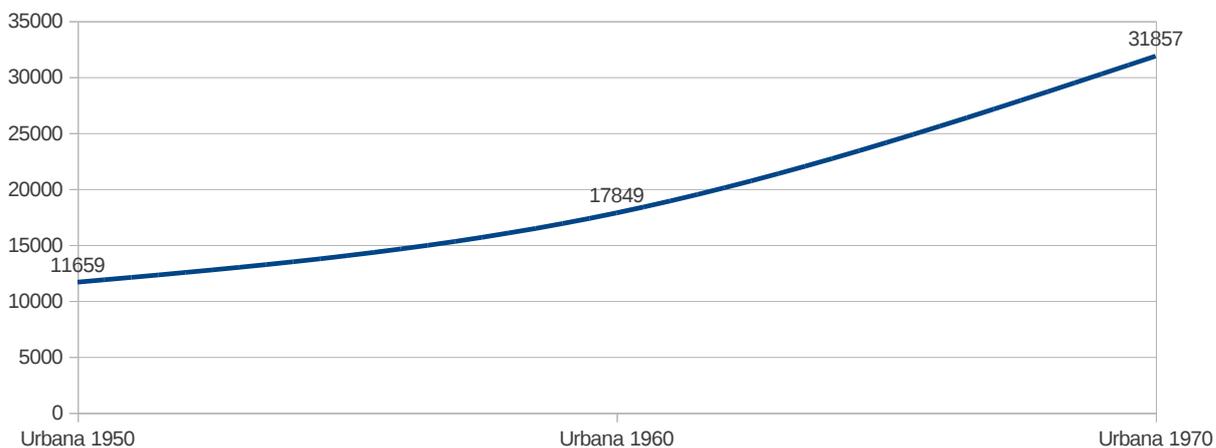
¹⁰⁷ Há uma diferença entre os dados encontrados na Fundação IBGE e os encontrados em: BRASIL. Fundação IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Censo Demográfico de 1960. Volume II. Tomo VI, vol. 1, p, 28.

Em 1960 a população rural de Palmares (22.174) ainda é superior ao número de pessoas que moravam na cidade (17.849), o que tornou a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares mais contundente nesta década porque se o campo estivesse organizado em busca de direitos e disposto a resistir contra o patronado, para alcançar este fim, o município estaria, em número de habitantes, sob a liderança deste sindicato. E assim, uma revolta que porventura viesse do meio rural, colocaria por terra os acordos políticos feitos até então.

Há uma tendência de crescimento da população urbana em detrimento da rural. Os gráficos abaixo explicitam esta tendência que vêm desde a década de cinquenta, mas que toma um ritmo bem mais acelerado ente às décadas de 60 e 70. Alguns autores consideram a saída da morada rural para a urbana um elemento essencial do processo de proletarização do trabalhador rural¹⁰⁸.

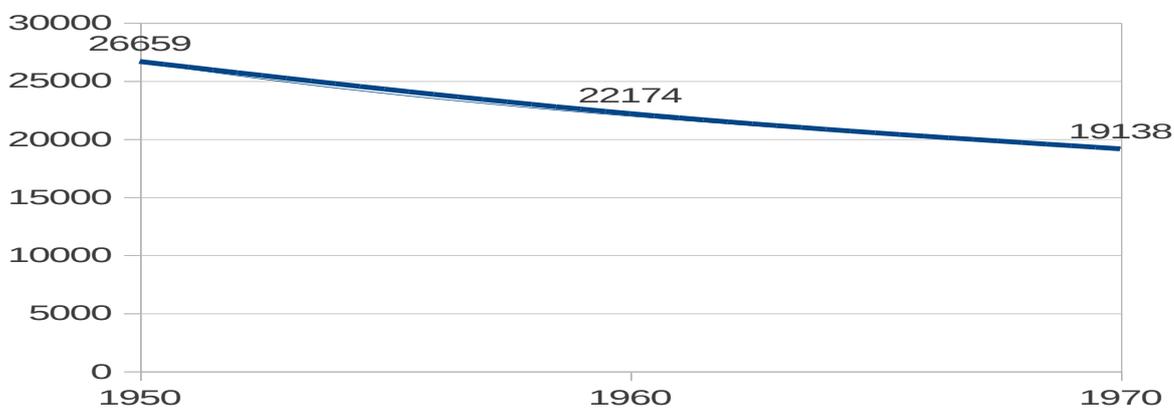
¹⁰⁸ DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora da UFPE, 2007, p, 23.

Gráfico 1. População Urbana de Palmares: de 1950 a 1970



Fonte: PERNAMBUCO. Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. Palmares. Recife: FIDEPE, 1981.p, 28.

Gráfico 2. População Rural de Palmares: 1950 a 1970



Fonte: PERNAMBUCO. Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. Palmares. Recife: FIDEPE, 1981.p, 28.

Os gráficos acima (evolução da população urbana e involução da população rural) mostram uma tendência de crescimento acentuado da população urbana em Palmares entre as

décadas de 50 a 70. Os números mostram que em vinte anos a população urbana superou a população rural, mas mesmo assim, a população rural representava um número bastante expressivo para a estabilidade política daquela cidade.

Os estudos mostram, ainda, que esta tendência de saída da zona rural para a urbana, a partir da década de 60. Os moradores de engenho foram coagidos a migrar para a zona urbana, mesmo com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 que garantia direitos aos trabalhadores rurais semelhantes aos seus companheiros industriais¹⁰⁹. Talvez este seja um dos fatores que contribuíram para esta mudança na curva de mobilidade populacional de Palmares entre as décadas de 60 e 70 do século XX. No entanto, convém afirmar que embora tenha havido uma passagem domiciliar da zona rural à urbana, o emprego para a maioria destas pessoas continuava sendo em zona rural.

Este processo de urbanização não é exclusivo de Palmares ou da Mata Sul de Pernambuco, mas foi uma tendência nacional. A partir do Censo de 1970, pela primeira vez a população urbana, no Brasil, é superior a rural, ratificando o que foi dito anteriormente.

Tabela 06. Dados referentes a evolução populacional do Brasil

População	1940	1950	1960	1970
Urbana	31.24 ¹¹⁰	36.10	45.08	55.98
Rural	68.76	63.84	54.92	44.02

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1972.

A tabela mostra que em 30 anos a população urbana do Brasil cresceu em 24.74 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE. Um impacto considerável nas cidades que não

¹⁰⁹A partir do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) foram garantidos aos empregados agrícolas direitos trabalhistas enquanto assalariados, comparáveis, senão iguais àqueles de seus colegas urbanos e de seus vizinhos industriais. A criação de órgãos de classe os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, federados nos âmbitos estadual e nacional, bem como a multiplicação das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, permitiram, em certa medida, o exercício desses direitos. DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora da UFPE, 2007, p. 23.

¹¹⁰ Os dados são referentes a milhões de habitantes.

planejaram este processo, gerando periferias em todo território nacional. De modo particular na Zona pernambucana o antigo morador de engenho se tornou morador de “ponta de rua”, morando na periferia das cidades em condições de extrema pobreza, no entanto, este trabalhador poderia procurar emprego aonde quisesse. Livre dos laços que os ligava a propriedade rural.

3. A QUESTÃO DA TERRA

Sidney W. Mintz trata a fazenda e a plantação como tipos de organização sociais rurais envolvidas no contexto da cultura da cana de açúcar¹¹¹. Para esta pesquisa, interessa o estudo sobre a plantação e o modo pelo qual, este tipo de organização social era administrada, embora se reconheça que há um sistema de caráter histórico e cultural que os liga, o modo de produção capitalista, que integrou esta região na distribuição mundial do trabalho¹¹².

Decidimos que plantação significará uma propriedade agrícola operada por proprietários dominantes (geralmente organizados numa empresa) e uma força de trabalho dependente, organizada para suprir um mercado em larga escala, com uso de capital abundante, onde os atores de produção empregados primeiramente para promover a acumulação de capital, sem relação com as necessidades de status dos proprietários¹¹³.

A plantação foi o modelo implantado na Zona da Mata Sul de Pernambuco para atender a demanda do açúcar no mercado europeu e, posteriormente no mercado interno. Ao lado do sistema da plantação, estudou-se a resistência e a organização dos trabalhadores da cana-de-açúcar, ora em forma de sindicalismo rural, ora em forma de revolta na tentativa de sobreviver ou melhorar as condições de vida e de trabalho.

Segundo dados referentes à Conferência Açucareira de 1905, “no seu conceito para a grande lei de democratização do solo não soou o momento social de aplicação aqui, podendo atrophiar à vida econômica tanto nos latifúndios”¹¹⁴. Ou seja, o tema da democratização da terra é recorrente na história do Brasil, entretanto predominou o regime da grande propriedade e nem mesmo o decreto nº 750 de 5 de setembro de 1890 surtiu algum efeito prático esperado, uma vez que a resistência e a força política dos grandes proprietários de terra impediu que o tema da reforma agrária seguisse adiante .

¹¹¹ MINTZ, Sidney W. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. *O Poder Amargo do Açúcar*: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife, Editora Universitária UFPE, 2010, p, 169.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ PERES, Gaspar e PERES, Apollonio. *A Indústria Assucareira em Pernambuco*. Recife: CEPE, 1991, p, 39.

Segundo Christine Dabat, no Estado de Pernambuco no ano de 1964, de um total de 24.237 das propriedades, 49 usinas ocupavam em média 10.000 ha. Sem contar as terras que eram registradas nos nomes dos donos das usinas em questão. “89% das propriedades agrícolas de > 100 ha. ocupavam 18% das terras; 9% das terras agrícolas de > 100 a 1.000 ha. ocupavam 64% das terras; 0,66 das propriedades agrícolas de > 1.000 ha. ocupavam 18% das terras”¹¹⁵. Ainda segundo Dabat, as propriedades de mais de 100 ha com apenas 10% dos proprietários ocupavam 82% das terras Pernambucanas¹¹⁶.

A questão da terra é uma reivindicação dos movimentos de esquerda. Em 05 de novembro de 1948, a Folha Socialista¹¹⁷, em primeira página, trouxe o tema:

“A questão Agrária [...] O fazendeiro destrói a pátria centímetro a centímetro, em extensão e profundidade. Forma-se no Brasil, novas nações, que não conseguem solidez histórica, - É preciso arrancar o homem do campo do abandono, da ignorância e da miséria”¹¹⁸.

As relações sobre a questão fundiária e a situação do trabalhador rural, a qual será estudada com mais atenção no próximo capítulo, são de caráter inversamente proporcional no que tange a relação entre latifúndio, de um lado e qualidade de vida deste mesmo trabalhador, do outro.

O modelo de concentração de terras e o tipo de mão-de-obra utilizada para o plantio da cana-de-açúcar não exigia investimentos em educação porque o trabalho não carecia de especialização intelectual, talvez esta seja uma das causas da falta de investimentos em educação.

O analfabetismo também limitava a cidadania porque era vetada a pessoa que se encontrava, nesta condição, o direito ao voto¹¹⁹. Além do latifúndio, o censo de 1980¹²⁰

¹¹⁵ DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Universitária da UFPE, 2007, p, 59.

¹¹⁶ Ainda com os dados de 1960 a 1967, conclui-se que dos 12.487.000 trabalhadores rurais, 42,7% são assalariados; 34,2% mini-fundistas; 23,1% arrendatários, parceiros ou posseiros. GOMES, Ângela Maria de Castro et al. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano, vol. 10: "*Sociedade Política (1930-1964)*". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p, 148.

¹¹⁷ Folha Socialista. São Paulo, 05 de novembro de 1948.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Dabat, op. cit, 77.

¹²⁰ Mesmo que esta pesquisa trabalhe com um escopo temporal de 1940 a 1964, pretende-se mostrar uma

aponta para o analfabetismo aproximadamente em 80% da população. No que se refere a metodologia utilizada pelo censo, foram consideradas alfabetizadas as pessoas que sabiam simplesmente seu nome. Em 1960, a população de Palmares beirava os 63%.

Este modelo de propriedade encontrado na década de 60 e revisto em 1980 por alguns historiadores é algo que vem sendo perpetuando ao longo da história do Brasil e desembocará na reação do MST e uma frente ampla de esquerda, inclusive setores de esquerda católica, que hodiernamente vêm tentando continuar a tradição de reivindicação por reforma agrária.

3.1 Quanto à propriedade da terra (Água Preta, Catende, Palmares e Joaquim Nabuco)

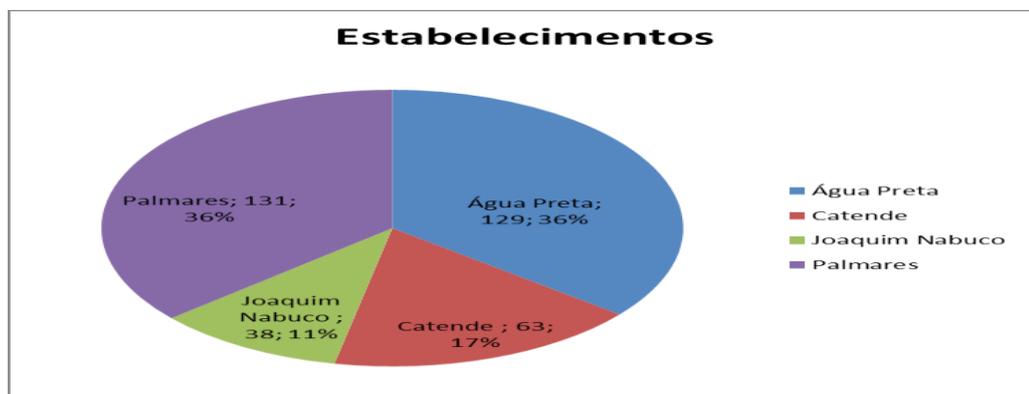
Quanto ao total das propriedades, englobando Água Preta, Catende, Joaquim Nabuco e Palmares correspondiam a 131.048 hectares, ratificando cada vez mais a política do latifúndio na Zona da Mata Sul de Pernambuco e de modo especial a região ao redor de Palmares. Sendo que 159 propriedades estavam em nome de um só proprietário e ocupavam uma área total de 43.393 hectares, ou seja, cada proprietário ocupavam em média cerca de 272,911 ha.

No que tange a pequena propriedade ou uma possível plantação de subsistência dentro da propriedade, isso não aparece de modo discriminado no Censo Agrícola de 1964, mas podem ser percebido nos detalhes dos dados. Um exemplo disto é a plantação de milho que exista em três propriedades, sem uma produção total declarada e, ocupando uma área de sete hectares no município de Palmares¹²¹. Ou seja, pequena quantidade de terra quando se compara ao cultivo da cana-de-açúcar.

permanência estrutura agrária e educacional do município de Palmares.

¹²¹ BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2ª parte. p. 99. Para dados posteriores quanto aculturas temporárias em Palmares ver em FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. Palmares. Recife: – FIDEPE, 1981, p. 36.

Gráfico 3. Estabelecimentos nos municípios de Água Preta, Catende, Joaquim Nabuco e Palmares.



FONTE: BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2ª parte. p, 17.

Tabela 7. Quanto à propriedade da terra

Municípios		Água Preta	Catende	Joaquim Nabuco	Palmares
Total	Estabelecimentos ¹²²	129	63	38	131
	Área (ha) ¹²³	58.426	18.849	13.674	40.099
Individual	Estabelecimentos	67	9	15	68
	Área (ha)	28.927	387	4.025	10.054
Condomínio e sociedade de pessoas	Estabelecimentos	9	5	10	18
	Área (ha)	5.467	989	3.754	10.676
Sociedades anônimas, sociedades limitada e cooperativa.					
Estabelecimentos		9	5	12	41
Área (ha)		23.952	989	5.595	18.247

FONTE: BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2ª parte. p, 17.

¹²² Estabelecimento – considerou-se estabelecimento “todo terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processava uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com cultura permanente ou temporária, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de gado; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais”. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e as hortas domésticas. As áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (Próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente) foram consideradas como único estabelecimento. As áreas sob a mesma administração, quando não confinantes, bem como as explorações pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideram-se também regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros. BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2ª parte. XI.

¹²³ Área Total- Compreende a totalidade das terras que formam o estabelecimento, considerada a situação existente em 1o de setembro de 1960. O Estabelecimento cuja área se estende a mais de um município, foi incluída por inteiro no Município em que se achava localizada a respectiva sede ou, na falta desta, naquele em que se situasse a maior parte de sua área. Os dados referentes à área são apresentados em hectare, procedendo-se as conversões das várias unidades de superfície ainda em uso no território nacional. [...] No Censo Agrícola de 1950 a concentração de área total foi idêntica ao do Censo de 1960. Ibidem.

3.2. Condição Legal das Terras¹²⁴

Tabela 8. Condição Legal das Terras.

Municípios			Água Preta	Catende	Joaquim Nabuco	Palmares
Total	Próprias	Estabelecimento	104	54	32	118
		Área (ha)	50.858	18.663	11.744	36.326
Arrendadas		Estabelecimento	24	8	5	10
		Área (ha)	6.368	164	1.610	2.677
Ocupadas		Estabelecimento	-	-	1	1
		Área (ha)	-	-	320	121
Próprias e arrendadas		Estabelecimento	-	-	-	1
		Área (ha)	-	-	-	175
Próprias e ocupadas		Estabelecimento	1	-	-	-
		Área (ha)	1.400	-	-	-
Arrendadas e ocupadas		Estabelecimento	-	-	-	1
		Área (ha)	-	-	-	600

FONTE: BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2ª parte. p, 20.

A questão da concentração de terras produtivas¹²⁵ somada à implantação das usinas foi um elemento que acentuou a tendência para o predomínio do latifúndio. E, de modo especial,

¹²⁴ Condição Legal das Terras - Investigou-se a constituição dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, de acordo com a seguinte discriminação: próprias (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse), arrendadas (mediante quantia fixa em dinheiro ou quota-parte da produção), ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário) próprias e arrendadas, próprias e ocupadas, e arrendadas e ocupadas. [...] O Censo de 1950 efetuou a investigação de maneira idêntica. BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2a parte, p, XII.

em Pernambuco. Os dados sobre condição do responsável pela propriedade rural são muito importantes para que se entenda melhor o processo de acumulação de capital nas mãos de um pequeno número de latifundiário de um lado e o empobrecimento dos pequenos agricultores, moradores de condição que pagavam o foro seja através de dinheiro ou de produtos, do outro.

O Censo Agrícola de 1960 quanto à condição do responsável nos indica o seguinte para a cidade de Palmares a seguinte tabela:

Tabela 9. Condição do responsável

Total		Proprietário		Arrendatário				Ocupantes		Administrador	
Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Pagamento em dinheiro		Pagamento em produtos		Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
131	40.099	65	10.554	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área	1	121	53	25.447
				7	2.590	4	887				

FONTE: BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2ª parte. p, 23.

Chama a atenção que neste período ainda foi encontrado um *ocupante*, no município de Palmares, à frente de uma propriedade de 121 hectares, uma extensão de terra considerável, que em quase nada afetava o quadro de concentração de terra naquele município onde predomina a figura do proprietário ou do administrador da propriedade (um empregado a

¹²⁵ Os dados do INCRA para 1986 podem talvez permitir inferir os grandes traços da situação fundiária dez ou vinte anos antes. Os imóveis de 100 ha e mais ocupam em média 76,95% do território considerado pelo INCRA e em certos municípios, particularmente na região sul da Zona da Mata, esta dominação tora-se quase absoluta, pois as taxas de ocupação na área rural variam na faixa superior aos 90%: 99,25 em Gameleira, 96,76 em Sirinhaém, 96,25 em Ipojuca, 95,73 em Palmares, 93,40 em Cortês etc. Idem.p.61.

serviço do proprietário e que poderia ser demitido como qualquer outro funcionário da propriedade rural) ¹²⁶.

Encontrou-se no censo agrícola de 1960 algumas formas alternativas à opção monetária¹²⁷ de pagamento do foro, tal como o pagamento em produtos oriundos da propriedade cedida, arrendada ou sob outra forma de contrato pelo uso. Este tipo de pagamento pode remeter a relações de transição entre a escravidão e o processo de proletarianização do trabalhador rural, inclusive o morador de engenho ou de condição, podendo ser uma continuidade, mesmo que opaca no Brasil.

¹²⁶ O administrador era uma espécie de herdeiro da figura do feitor-mor dos antigos engenhos banguês. Mas estes eram apenas funcionários dos senhores de engenho.

¹²⁷ BRASIL. FUNDAÇÃO IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil*. Censo Agrícola de 1960. Volume II. Tomo VI - 2a parte.

4. ESTRADAS DE FERRO E AS USINAS

O canavial parecia um mar que se movia perto da moagem da cana e que delimitava a fronteira entre a vida da cidade e do campo. A linha férrea que a cortou um dia a Mata Sul Pernambucana como uma forma de integração entre Recife e o interior do território, estava também integrada às usinas, como um meio para escoar a produção canavieira a partir do fim do século XIX.

Estas estradas de ferro delimitavam o poderio das usinas, as quais disputavam com seus trilhos o manejo de engenhos mais prósperos¹²⁸.

Também as estradas de ferro, quer particulares, quer da antiga Great Western, atual rede ferroviária do Nordeste, muito contribuíram para aumentar o poder expansivo das usinas, já que permitiam que as canas fossem para elas transportadas de grandes distâncias¹²⁹.

A implantação da estrada de ferro na cidade de Palmares em 1862 transformou o povoado no centro de escoamento da produção dos engenhos para a cidade do Recife e para o interior do Estado. Com isto, o comércio da região teve um grande impulso.

A segunda estrada de ferro do país foi, quando o governo imperial e provincial garantiu à empresa inglesa do Recife and San Francisco Railway Company Limited, 7% do seu capital e um monopólio de noventa anos para que construíssem uma linha férrea de Recife para o sudoeste até a junção dos rios Una e Pirangy¹³⁰.

Segundo Vilmar Carvalho, as três primeiras máquinas que os Palmarenses conheceram foram “o trem, a tipografia e a usina”¹³¹, que mesmo não tendo o poder de transformação necessário para instaurar um estilo de vida urbana dava novas possibilidades de arranjos sociais e criava, ao mesmo tempo, novas formas de trabalho seja como operário da usina, da tipografia ou do trem.

¹²⁸Ver ANDRADE, Manoel Correia. *A Terra e o Homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 116.

¹²⁹ Idem, p. 117.

¹³⁰CARVALHO, Vilmar Antônio. *Letrados e Ufanos: História do Clube Literário de Palmares (1882-1910)*. Recife: Bagaço, 2011, p. 10.

¹³¹Idem, p. 13.

Em conversa com alguns moradores da cidade da Água Preta, local onde iria passar originalmente a linha férrea, pode-se constatar que graças a esta modificação Palmares, antigo povoado de Água Preta, desenvolveu-se.

A literatura que se atém aos operários da indústria da zona canavieira de Pernambuco é relativamente escassa. Lopes chegou a afirmar que mesmo os estudos sobre a “*plantation*” não abordam de maneira mais expressiva estes operários¹³². Esta concentração em torno do trabalhador rural, segundo o autor não se justificaria, porque a indústria é parte integrante do processo de produção do açúcar, mesmo nas propriedades rurais.

A oposição sindical (sindicato da indústria açucareira) parece ter dominado o sindicato somente por ocasião da conjuntura de 62/63, quando então a entidade passou a ter uma atuação relativamente mais agressiva no que diz respeito à defesa dos direitos trabalhistas, tendo tido participação na greve geral na cana-de-açúcar ocorrida em fins de 63, ocasião em que se deu a união dos operários dos trabalhadores da parte agrícola, os quais tinham o maior peso da iniciativa da luta, parando toda a área da cana e ameaçando diretamente o poder secular dos usineiros e proprietários¹³³.

O trabalho é tão exaustivo e espoliador quanto o trabalho do campo. Durante a safra a jornada de trabalho poderia ser de horas diárias com folgas a cada quinze dias. O princípio de unidade entre trabalhadores rurais e da usina de açúcar está no sistema “*plantation*” que une todos em uma só cadeia de produção¹³⁴.

Leite Lopes chama os trabalhadores da usina de Operários do açúcar¹³⁵ pois identifica as atividades industriais da produção do açúcar similares a qualquer outro processo de industrialização.

Através da planta fabril de uma usina pode-se inferir a existência espacialmente diferenciada de, por um lado, operários trabalhando na fabricação propriamente dita do açúcar, no edifício principal da fábrica: e, por outro lado, de outros operários trabalhando em diversas oficinas anexas. Além disso, as estatísticas das usinas nos

¹³² Ver em: LOPES, José Leite. *O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 6.

¹³³ Idem. p. 5. Nesta mesma página o autor faz menção às Usinas Treze de Maio e Cerro Azul, que estando em crise no pós 64 foram 'auxiliadas' pelo sindicato da indústria no sentido de ter suas relações com os trabalhadores atenuadas pelo sindicato da indústria açucareira.

¹³⁴ LOPES, José Leite. *O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 6.

¹³⁵ Idem, p. 19.

informam sobre a existência de operários temporários, que trabalham durante a moagem e são dispensados durante a entressafra¹³⁶.

Manuel Correia de Andrade ilustrou os engenhos centrais em primeiro lugar e posteriormente as usinas, como uma tentativa de unir em uma só empresa o processo de produção da matéria prima e o seu processo de industrialização do açúcar¹³⁷. Têm-se então duas realidades que são sintetizadas na figura da usina, uma formada por trabalhadores rurais e trabalhadores em condições afins, sendo moradores ou não, e operários da indústria que também estão integrados no sistema “plantation”.

Na usina Treze de Maio, o escritório fazia parte do conjunto arquitetônico da indústria, o que dava a entender que na usina existia o controle real entre os departamentos da indústria e do campo, cada um com seu respectivo gerente. Por outro lado, o escritório dos fornecedores de cada também ficava muito próximo à usina, o que facilitava diálogos mais intensos entre o usineiro e seus fornecedores.

Segundo entrevista com uma ex-funcionária do departamento de pessoal da Usina Treze de Maio, as funções realizadas nos engenhos e sistematizadas por ela eram as seguintes:

Administrador, apontador: boletim diário do engenho que apresenta uma planilha das atividades realizadas no engenho; Cabo: medição; Cambiteiro: só na moagem; vigilante; Barraqueiro: Independente (era financeiramente independente da propriedade); Tratorista e Motorista. Quanto às atividades voltadas para o plantio e a colheita da cana-de-açúcar eram as seguintes: Preparação para o plantio: limpa, cavar sulco, adubar, semear; Queima e Corte (safra): antes do corte é feito um 'aceiro': um corte da cana de aproximadamente dois metros que impedia que o fogo se alastrasse e queimando assim o canavial inteiro, o que forçaria uma colheita mais rápida para não perder a qualidade da cana; Cambito (transporte de cana-de-açúcar com o uso do animal: burro ou boi); Transporte (uso do trem)¹³⁸.

E, para a safra subsequente, o ritmo era mais simples. Porque era composto de: Limpa de soca: limpeza do canavial com o uso da enxada (trabalho manual), que pode ocorrer várias vezes sem que a cana necessite ser plantada outra vez e adubar a cana.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o Homem do Nordeste*. Contribuição da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011, p, 113.

¹³⁸ Entrevista concedida por Lindacy de Lima Silva. Rua Coronel Izácio, Centro, 850. Palmares 16 de março de 2010.

5. DIREITO TRABALHISTA

A temática do direito trabalhista a partir dos arquivos do TRT 6ª Região é de grande importância para esta dissertação, porque de certo modo, contribui para uma melhor compreensão da situação do trabalhador rural. A justiça do trabalho oferece elementos de pesquisa sobre as relações entre patrões e empregados, de modo especial quando se trata de processo de reclamação ou homologação contratual.

A liturgia processual é um elemento a ser considerado porque, aparentemente o trabalhador letrado, e o analfabeto, são tratados da mesma forma, sendo o ritmo processual um mecanismo que nivelaria esses dois tipos de trabalhadores. Mas, havia uma conotação política em torno das questões que envolviam direitos. O direito trabalhista, mesmo revestido de legalidade não estava imune ao seu contexto, por este motivo, Montenegro, ao justificar a importância do estudo dos processos trabalhistas mostra-nos que:

Pesquisar os processos na Justiça do Trabalho é conhecer uma outra dimensão da luta que os trabalhadores desenvolveram em Pernambuco, sobretudo porque há alguns anos vimos tendo acesso a documentação do DOPS-PE, que revela a intensa perseguição policial de que os trabalhadores tornavam-se alvos fáceis, - por serem nomeados de comunistas – ao reivindicarem seus direitos trabalhistas¹³⁹.

Dos 230 processos na Junta de Conciliação e Julgamento do Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho¹⁴⁰ referentes ao ano de 1964 para a cidade de Palmares¹⁴¹, pode-se observar que 137 pessoas sabiam pelo menos “assinar” enquanto 93 pessoas mal sabiam “desenhar o nome”, ou seja, 40,43% eram totalmente analfabetas.

Certamente a assinatura de uma pessoa que sabia ler e interpretar a leitura, como as pessoas de nível superior, era baseada no que estava escrito, logo a digital de uma pessoa que

¹³⁹ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 32.

¹⁴⁰ Quando em 2004 um grupo de professores do Programa de Pós-graduação (PPG) em História tomou conhecimento que um grande lote de processos trabalhistas iria ser incinerado e iniciou uma peregrinação pelo salvamento dessa documentação, não seria capaz de imaginar que essa iniciativa se associaria a outros movimentos semelhantes em plano regional e nacional. Este gesto em defesa do salvamento dessa preciosa documentação da história do trabalho recente de Pernambuco e da própria história da justiça do trabalho no estado resultou na assinatura de um convênio entre a UFPE e o TRT 6ª Região, que na época teve o irrestrito apoio do seu presidente em exercício, Dr. Fernando Cabral. Idem, p. 31.

¹⁴¹ Pesquisa realizada por Christine Rufino Dabat e José Marcelo Marques Ferreira Filho.

simplesmente “assinava” sua demissão, tinha que confiar nas informações dadas por pessoas que sabia ler e decodificar os termos processuais, ou da opinião de outros. Por este motivo, pode-se traçar uma relação entre o analfabetismo e a garantia de direitos na Justiça do Trabalho.

Se no período de 1945 a 31 de março de 1964 podia-se encontrar litígios trabalhistas, como caso de polícia, exceto “no tempo de Arraes”¹⁴², quanto mais em Pleno golpe militar instaurado em 1964. O modo mais comum de processos trabalhistas encontrados na vara de Palmares era rescisão de contrato, seguido de homologação. E a homologação contratual era realizada a partir de acordos perante a Justiça do Trabalho, que fundamentava, na forma da lei, os acordos. Entretanto, não há documentação disponível nos arquivos da justiça do trabalho referente a Palmares que expliquem como de fato estes acordos eram elaborados em sua miudeza.

Usinas e senhores de engenho eram realmente os verdadeiros beneficiados neste processo de homologação que era na verdade um processo de espoliação, o que não negava a possibilidade do trabalhador ser atendido em algum ponto ou em geral não perdia seus direitos totalmente, o que representava certo avanço se comparado com a realidade dos engenhos banguês e da escravidão. Porque, pelo menos, havia certa compensação, minguada que fosse¹⁴³. Isto porque, segundo Manuel Correia de Andrade, os lavradores e outros funcionários de engenho quando eram colocados para fora do estabelecimento por qualquer motivo, não tinham a oportunidade de serem indenizados pelas benfeitorias por eles realizadas¹⁴⁴.

Usina Catende S.A. por seu representante abaixo assinado, com Sede na Cidade do Recife e estabelecimentos Agrícolas e indústrias no município de Catende (PE.), vem requerer a justiça do trabalho, pelo seu órgão Competente, seja homologada e

¹⁴² Período que compreende o curto mandato de Miguel Arraes de Alencar como governador do Estado de Pernambuco eleito em 1962 e cassado pelo regime militar em 31 de março de 1964.

¹⁴³ Apenas se quer fazer uma relação entre as pessoas que eram demitidas e através da intervenção da justiça do trabalho recebiam algum tipo de indenização e a realidade, apontada por Manuel Correia de Andrade, que era vivida por trabalhadores rurais e moradores de engenho que quando eram expulsos da propriedade, não recebiam nada em troca, quando não eram coagidos a permanecer nela seja por dívida ou autoridade do senhor. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o Homem do Nordeste*. Contribuição da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011, p, 92.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

despedida de José Augusto de Andrade, que exercia as funções de trabalhador rural do engenho Souza, tendo resolvido de maneira irrevogável e sem coação ou constrangimento, solicitado sua demissão, em face de motivos de seu particular interesse e a que aludiu na sua carta que foi endereçada a peticionária¹⁴⁵.

“Sem coação ou constrangimento”¹⁴⁶, para quem quer que fosse a fórmula se tornara igual para todos, iletrados e letrados, sujeitos aos arranjos em torno do cumprimento dos direitos trabalhistas. Havia uma separação muito clara entre os detentores do capital e aqueles que prestavam qualquer tipo de serviço para o capitalista. É a extensão do processo da mais valia estudada por Marx, que extrapola as relações de trabalho e se estendem à justiça do trabalho¹⁴⁷.

O contraste está no exemplo de um médico da Usina Santa Terezinha, do município da Água Preta, tratado com algumas semelhanças (fórmula processual preestabelecida, renúncia aos direitos, pagamento conforme homologação contratual) com o trabalhador rural, entretanto não se pode colocar na mesma balança um profissional liberal com o trabalhador que certamente não teria o mesmo número de possibilidade de emprego que o médico.

No entanto não há como negar que, cada um desempenhando sua função, estavam dentro do sistema da produção açucareira, uma mercadoria¹⁴⁸.

Concordo com a minha demissão, declaro que conferi a conta acima certa, razão porque recebi- Cr\$ 684.619,50 (seiscentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e dezenove cruzeiros e cinquenta centavos) pelo que dou à referida Empresa, por livre e espontânea vontade, minha plena geral e irrevogável quitação do meu tempo de serviço e de quaisquer outros direitos oriundos do meu contrato de trabalho, declarando que nada mais tenho a reclamar ou exigir em tempo algum, sob qualquer fundamento ou pretexto, pondo-a salvo e a paz de quaisquer dúvidas e responsabilidades futuras, por este a exonero¹⁴⁹.

A usina Serro Azul, fundada em 1929 por Piauhyllino de Mello conseguiu erguer em torno de si um povoado com o mesmo nome da usina com cinema, escola, mercado, clube de

¹⁴⁵ JUSTIÇA DO TRABALHO. *Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares*. Arquivo do TRT – UFPE, Centro de Filosofia e de Ciências Humanas, UFPE. Pasta Palmares.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Primeiro Livro: Processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 220.

¹⁴⁸ Marx apresenta a mercadoria como forma elementar de riqueza em: *Idem*. p.57.

¹⁴⁹ JUSTIÇA DO TRABALHO. *Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares*. Arquivo do TRT – UFPE, Centro de Filosofia e de Ciências Humanas, UFPE. Pasta Palmares.

festas, campo de futebol, posto médico, quadra esportiva e vila operária, conhecida como arruado da usina. Este arruado possui uma particularidade, as casas eram projetadas a fim de ter sua arquitetura compatível com o cargo exercido pelo funcionário da indústria ou do campo¹⁵⁰. Mas, mesmo assim, a usina não foi capaz de garantir direitos básicos como o pagamento de salário e a justa remuneração na justiça do trabalho.

Ilmos. Sr. [...] Usina Serro Azul [...] Palmares - PE. [...] Prezados Senhores: Com o presente comunico a V.Sa. Que exercendo as funções de trabalhador rural no engenho Camevou de propriedade da Usina Serro Azul, e desejando me retirar do serviço por minha livre e espontânea vontade, solicito seja concedida a minha demissão [...] Declaro que vv.ssa. A partir desta data estão eximidos de toda e qualquer obrigação trabalhista e que nada tenho a reclamar sob/ qualquer título [...] Sem mais para o momento subscrevo-me atenciosamente [...] José Brasileiro Clementino Filho¹⁵¹.

Há de se destacar a tentativa de imparcialidade do formulário, que antes de tudo, imprime uma liturgia processual favorável ao empregador duplamente. Em primeiro lugar nas relações de trabalho anteriores, que espolia o trabalhador e *a posteriori* na justiça, quando o trabalhador renuncia a todos os seus direitos. Vale a ressalva que este tratamento não é privilégio da condição de trabalhador rural, mas é algo ordinário na liturgia processual do trabalho, no que tange a rescisões contratuais.

Chama a atenção, o tom irônico de que não houve nenhum tipo de coação sobre o trabalhador rural, segundo o texto de rescisão de contrato. Mas, vale o depoimento de uma pessoa que foi preposta de uma usina da Mata Sul que não quis se identificar porque revelou que havia um código nas cartas de recomendação que os engenhos e as usinas davam aos seus trabalhadores para que eles fossem admitidos em outra empresa. Se esta carta começasse assim: “a quem interessar possa” queria dizer que aquele candidato à vaga de emprego havia denunciado algum patrão na justiça do trabalho e se tornava quase impossível que o mesmo conseguisse emprego em usina ou engenho da região.

¹⁵⁰ Este modelo foi adotado não só pela usina Serro Azul, mas pode ser observado nas Usinas Treze de Maio, Pumaty, Pirangy, Cucaú, Catende, Central de Barreiros e Trapiche.

¹⁵¹ JUSTIÇA DO TRABALHO. *Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares*. Arquivo do TRT – UFPE, Centro de Filosofia e de Ciências Humanas, UFPE. Pasta Palmares.

6. A POLÍTICA PALMARENSE A PARTIR DA CÂMARA DE VEREADORES

Neste ponto que trata da política palmarense a partir da Câmara de Vereadores será visto como o medo e a reação a ele existiu a partir de decretos que afastassem pessoas e instituições consideradas perigosas e subversivas.

Esta casa legislativa também era uma espécie de caixa de ressonância do que estava antecedendo nas esferas nacional e internacional. Pois nela também acontecia o embate entre as forças que eram a favor do capitalismo representado pelos Estados Unidos e favoráveis ao socialismo real encabeçado pelo Partido Comunista em consonância com a União Soviética. Se no mundo a disputa se encontrava, de certo, modo, equilibrada, o mesmo não se podia afirmar desta câmara municipal composta por uma grande maioria conservadora e liberal.

A Câmara Municipal é um espaço de decisão local, com arranjos políticos peculiares ao seu contexto. Era uma casa de edição de leis rodeada de interesses por todos os lados. E foi nesta perspectiva que se observou os jogos de poder que se manifestavam através dos discursos. Porque, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorarmos”¹⁵².

Os interditos, as rupturas de significados, o que não era permitido ser dito, ou ainda o que era velado nas disputas, nos apadrinhamentos tão constantes e muitas vezes acima das disputas políticas e ideológicas desta Casa Legislativa tinham um significado. O poder legislativo possuía atributos institucionais que tinham a propriedade de transformar as realidades. E, que podem ser expressos através de discursos que apareciam em formas de votos de aplausos, reflexões e finalmente leis que regulamentam a vida das pessoas.

A formação do poder legislativo denotava outro poder que o transcendia, uma vez que os seus membros eram associados a atividades que os mesmos desempenhavam na cidade. E, que muitas vezes eram ligadas a grupos de influência como usineiros, senhores de engenho ou

¹⁵² FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural do College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996, p. 10.

grandes comerciantes. Então, ela se tornava um lugar privilegiado onde as forças hegemônicas da cidade plasmavam seus interesses. E através deste dispositivo democrático montaram uma estabilidade que se manteve quase que inalterada, apesar dos levantes dos trabalhadores rurais e do Partido Comunista.

Havia uma dialética em torno dos interesses que se modificavam sem uma ordem pré-estabelecida, segundo a situação dos interesses. Mas, as palavras estavam articuladas dentro de realidades que emergiam num contexto bem específico: as relações em torno da propriedade da terra e a manutenção do poder nas mãos das elites locais.

Na Câmara de Palmares também circulavam assuntos que exprimiam o estilo de vida interiorano e muito próximo da vida rural, predominante naquele município. A presença de animais em dia de feira livre e era um exemplo claro deste estilo de vida rural. E aquela casa legislativa deveria resolver este tipo de questões ao longo de sua legislatura.

O segundo é no sentido desta Casa encaminhar ao chefe do Executivo um pedido para que sua excelência proíba terminantemente a colocação de animais nos dias de feira, nas ruas da cidade, a fim de evitar consequências desagradáveis em face que está causando aos transeuntes, com o acúmulo de animais nas artérias movimentadas pela feira¹⁵³.

¹⁵³ PALMARES. *Câmara Municipal de Vereadores*. 13 de março de 1964.



Ilustração 2. Foto do Mercado Público de Palmares, fornecida pelo professor Vilmar Carvalho.

A Palmares com animais no perímetro urbano, chamando mais atenção na área comercial, um município em que predomina uma burguesia rural a tal ponto que conseguiu imprimir seu estilo de vida no cotidiano. Os animais também representam a opulência da região, onde pessoas do alto dos seus cavalos viam a cidade de cima¹⁵⁴.

A cidade de Palmares possuía uma dificuldade que só aparecia no período chuvoso, mas que logo era esquecida pelas autoridades durante a estiagem, a necessidade de um plano diretor que regulamentasse sem desenho urbano. Os alagamentos da Rua Frei Caneca e da

¹⁵⁴ Em toda região estruturou-se, nesse período, uma sociedade aristocrática dividida em classes. No ápice aparecia a figura do senhor-de-engenho com um prestígio de poder que eram tanto maiores quanto maior fosse a extensão de suas terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuísse. Para salientar a posição, construía a casa-grande assobrada ou com calçada alta sobre uma colina ou uma encosta, de onde continuava a falar do alto àqueles a quem dava ordens. Daí a comum paixão por cavalos que como ainda hoje se diz, “andam de meio a baixo”. ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição para o estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 90. Mesmo que a citação não fale diretamente sobre o período, a referência à figura do uso do cavalo como ostentação ainda era válida naquele período, como ainda é durante a escrita desta dissertação.

Praça Santo Amaro eram muito frequentes e ainda são durante a escrita desta dissertação porque estão praticamente construídas ao nível do Rio Una, que pelo menos uma vez por ano transbordava e alagava estas localidades.

...requerimento do vereador José Pretestado de Santana no sentido de ser enviado ao Chefe do Executivo, por esta Câmara, veemente apelo para que sua excelência tome as necessárias providências para solução urgente dos problemas de alagamento das ruas: frei Caneca, (ilegível) e Praça Santo Amaro¹⁵⁵.

Mas não era apenas em questões cotidianas que a câmara se dirigia, em torno da figura do governador surgiam questões como a do “locaute”, onde a classe patronal se recusava a fornecer as ferramentas necessárias para a realização do trabalho. E, o governador Miguel Arraes interferiu na questão no sentido de tentar resolve-la. A bancada a favor de Arraes se manifesta a favor com votos de aplausos.

(terceiro) ...pedido para ser enviado em voto de aplausos e solidariedade ao Exmo. Sr. Governador do Estado pela maneira equilibrada, com que agiu na solução do “locaute” das classes produtoras, que a serviço dos interesses impatrióticos, tentam intranquilizar a nação divulgando notícias desajustadas com a situação de Pernambuco¹⁵⁶.

No entanto, houve uma reação dos representantes da classe patronal na Câmara através do Vereador Elizeu Pereira, um dos primeiros a apoiar publicamente o golpe e em consequência disto tornou-se prefeito nos primeiros pós 31 de março de 1964. Para este vereador o voto de aplauso ao Governador Miguel Arraes poderia insuflar a população e, de modo, especial à parte organizada em partidos, Ligas Camponeses e outros movimentos considerados por subversivos.

...este foi bastante (ilegível) discutido e debatido pelo vereador Elizeu Pereira de Melo que não conseguiu concordar com seu conteúdo por acha-lo sujamente político e, sobretudo provocativo, sem elementos para construir e sim para destruir e alimentar o ódio e paixões de ambos os lados partidários¹⁵⁷.

Havia pareceres em que mais o importante era quem estava fazendo o requerimento e seu objeto final, não importava se ele atendia as exigências legais ou não, muito menos a

¹⁵⁵ PALMARES. *Câmara Municipal de Vereadores*. 13 de março de 1964.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem.

necessidade da população. A cassação do Vice Prefeito, Brivaldo Leão de Almeida¹⁵⁸ nos primeiros dias do golpe de 64 pode muito bem ser enquadrada neste quesito. A qual foi deferida em nome da democracia dentro de um “regime de exceção” (golpe) imposto a partir de um golpe militar. São problemáticas certas afirmações que possuem em si mesmas uma contradição intrínseca, mas que soavam em bom tom para quem havia conquistado o poder em 31 de março de 1964, com cores de normalidade e de legalidade naquele contexto específico que vivia a nação.

Entretanto, não bastava apenas legislar a favor das elites ou silenciar diante dos reclames do povo, também eram agradáveis aos ouvidos desta parcela da sociedade os louvores às autoridades, principalmente àquelas que pudessem trazer algum benefício ou simplesmente não lhes causar nenhum tipo de dano nas horas de dificuldade. Neste sentido é que se apresentou o voto de louvor e de gratidão

Ao bravo General Justino Alves, digníssimo comandante do IV Exército, pelo seu grande benefício prestado ao povo pernambucano, quando por ocasião da ultima greve em Pernambuco, soube, prestando as garantias afastar o Estado de um iminente perigo¹⁵⁹.

Esta casa, atenta aos processos que poderiam modificar profundamente a conjuntura política brasileira, montava planos que fossem capazes de responder as realidades que poderiam emergir deste contexto. Esta precaução poderia estava ligada ao que estava sendo publicado pela imprensa pernambucana¹⁶⁰ que por sua vez alardeava a ameaça de uma tomada do poder pelas camadas prejudicadas que cresciam com o avanço das conquistas populares no Brasil e de modo especial com as vitórias das Ligas Camponesas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o Partido Comunista, seja nas capitais ou no interior do território, como foi o caso de Palmares, em Pernambuco.

José Augusto Maciel (Vereador) chamando a atenção do plenário para a reunião que iria ter lugar na noite daquele dia no Estado da Guanabara na qual o Sr. Presidente da República iria assumir compromissos pesados demais para os brasileiros os quais poderiam trazer consequências desastrosas para o seu governo e para a nação brasileira” e mais adiante a vereadora Geny Quirino “ sugere a esta Câmara, que se

¹⁵⁸ Sobre a cassação de Brivaldo Leão de Almeida ver no terceiro capítulo desta dissertação.

¹⁵⁹ PALMARES. *Câmara Municipal de Vereadores*. 13 de março de 1964.

¹⁶⁰ Ver MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 161.

for necessário em função dos acontecimentos que por ventura venham a se desenrolar que a mesma se reúna extraordinariamente e em sessão permanente¹⁶¹.

Além dos acontecimentos do cotidiano, havia relações conturbadas entre a política local e o clube literário, uma vez que ele chegou a servir de fuga para os que não conseguiram se firmar como políticos no município, a tal ponto que foi dito por Ascenso Ferreira, membro deste clube, referindo-se a fatos ocorridos anteriormente:

Perseguições políticas me forçaram a me recolher no Clube Literário, na época local, na época um dos melhores do Estado. Aí tomei gosto pelas letras e digeri a literatura universal, a começar pelos clássicos gregos, romanos, - tradução de Latino Coelho, - passando em seguida ao romantismo, e, depois ao Realismo iniciado por Balzac e coroado por Zola e o nosso grande Eça de Queiroz¹⁶².

Esta casa legislativa Municipal foi o cenário sobre o qual o golpe militar de 1964 iniciou seu movimento de legitimação em nível local. Embora, esta realidade não seja exclusiva de Palmares, ela é importante para esta dissertação porque neste primeiro capítulo foram elencados de maneira sucinta os elementos que irão ser estudados no segundo capítulo que tratará do movimento dos trabalhadores do campo, assessorado pelo Partido Comunista e o terceiro capítulo que terá como objetivo discutir os elementos de reação de uma burguesia conservadora a partir do golpe militar.

O estudo da formação da sociedade que se ergueu em torno da cultura da cana-de-açúcar ao longo dos séculos é de fundamental importância para este capítulo importante e ao mesmo tempo incompleto na história de Pernambuco.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981.

SEGUNDO CAPÍTULO

**COMUNISMO, LIGAS CAMPONESAS E SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE PALMARES**



Ilustração 3. Professor Brivaldo Leão no centro da fotografia.

COMUNISMO, LIGAS CAMPONESAS E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PALMARES

O presente capítulo é dividido em duas grandes partes: a situação do homem do campo e a reação contra esta mesma situação na forma de tentativa de mudança. Na primeira parte será utilizado o conceito de classe desenvolvido por Thompson. Nesta parte será mostrado o índice de inflação que corroeu o minguado salário dos trabalhadores rurais. Além disso, havia os mecanismos que aumentavam ainda mais o processo de empobrecimento: o barracão, pulo da vara e o balanço realizado na usina. Vale salientar que se acontecesse algum prejuízo de qualquer natureza, ele seria repassado para o trabalhador rural.

Na segunda parte serão estudadas as tentativas de mudança contra a situação que se encontravam, desde a década de 40, com a ação do Partido Comunista, passando pelo Congresso Camponês, Liga Camponesa da Água Preta e a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, interrompido em seu poder de reivindicação mais efetivo com o Golpe Militar de 31 de março de 1964. Este movimento histórico abordado neste capítulo está entre duas ditaduras, a de Getúlio Vargas e a de Castelo Branco, com uma diferença, a segunda não possui o caráter personalista que a primeira.

1. SITUAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO EM PERNAMBUCO

Pernambuco foi um dos primeiros estados do Brasil a reduzir consideravelmente o número de escravos na segunda metade do século XIX¹⁶³. O antigo escravo, doravante morador de engenho, trabalhador rural, passou por um processo de proletarização com a implantação das usinas substituindo gradativamente os engenhos banguês¹⁶⁴. Entretanto

O morador fixado em um “sítio” tem uma série de obrigações para com o proprietário, sendo a principal delas dar-lhe certo número de dias de trabalho por semana. Nos demais dias ele pode, com a ajuda da família, cultivar na área em torno da casa qualquer lavoura temporária: as permanentes, como a banana e o cafeeiro, são terminantemente proibidas a fim de que o morador, em caso de mudança, não possa pleitear indenização¹⁶⁵.

O processo de aumento da área cultivada, impulsionada pelo avanço das usinas tornou a vida do morador de sítio mais difícil por duas razões: tomada das melhores terras para o cultivo da cana e a exigência de cinco dias semanais de trabalho nas terras da usina ou do engenho. Manuel Correia de Andrade afirma que

Á proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço pro semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa¹⁶⁶.

As condições alimentares que os trabalhadores da região da canaveira de Pernambuco são submetidos são de precariedade entre as décadas de 50 e 60. A professora Socorro Ferraz, na Cooperativa Tiriri, constatou “crianças apresentando síndrome de Biafra”¹⁶⁷. A situação do campo era precária, segundo dados da Folha de São Paulo, a inflação acumulada entre 1959 e 1960 era de 35,9%, corroendo o minguado salário do campo.

Os trabalhadores do campo vivem submetidos às piores condições de vida, devido aos restos semifeudais de exploração reinantes - a condição, o cambão, a meia, a

¹⁶³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011, p, 111.

¹⁶⁴ Idem, p, 113.

¹⁶⁵ Idem, p, 128.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições rurais na zona canaveira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Universitária da UFPE, 2007, p, 77.

conta, o vale e o barracão - que constituem os meios de exploração usados contra os trabalhadores do campo pelos latifundiários e usineiros¹⁶⁸. ...A população da zona da mata, em sua maioria constituída de camponeses é a maior vítima do analfabetismo, da xistossomose e outras doenças epidêmicas em consequência do abandono a que vive submetida pela exploração de que é vítima, e pelo miserável salário que recebe. A comissão organizadora¹⁶⁹.

Longe de ser exclusivo a cidade de Palmares, o quadro grave porque muitos trabalhadores rurais não compravam seus víveres no comércio, mas compravam no barracão, onde o pulo do lápis¹⁷⁰ era frequente. Gregório Bezerra em entrevista fala de 20% de ágio somado em cima do valor de mercado, que por si só já garantiria uma boa margem de lucro para o vendedor.

O status de morador é quase incompatível com o do cidadão. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a unidade econômico-social que é a plantação da cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência tem de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam grudadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma “propriedade”, razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada¹⁷¹.

Além das dificuldades encontradas pela classe trabalhadora em relação a trabalho e direitos, as estradas dificultavam a comunicação com os centros urbanos e no período da invernia, essas comunidades agrícolas ficavam isoladas. É costume se dizer entre os moradores destas localidades que no inverno “só passa urubu de botas”¹⁷² porque as frágeis pontes feitas pelos habitantes do lugar, não suporte a força dos rios em períodos de mais vazão. Um problema que se repete até a escrita desta dissertação.

A classe trabalhadora não tinha férias, repouso remunerado, assistência, médica hospitalar. Nada. A mulher do camponês dava luz ao filho em casa, sob os cuidados de parteiras curiosas. Quando o parto era difícil, era maior o sofrimento para se deslocar até a cidade mais próxima. A falta de estradas era forte inimiga. Num engenho da Usina Água Branca, a mulher de um trabalhador teve dor e, como não tinha quem fizesse o parto, se tentou levá-la para a maternidade de Quipapá, numa

¹⁶⁸ Folha do Povo 16 de fevereiro de 1950.

¹⁶⁹ Folha do Povo 12 de maio de 1950.

¹⁷⁰ Cálculo realizado no estabelecimento comercial que se localizava no engenho e geralmente realizado de maneira tal que aumentasse a dívida do trabalhador desonestamente.

¹⁷¹ AZVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 39.

¹⁷² Esta expressão foi ouvida pelo autor no ano de 1996.

caminha de cana. Era inverno e pelas estradas não passava nem trator e a coitada teve o menino na beira do riacho. O marido e o motorista foram os parteiros ¹⁷³.

Os trabalhadores formam uma classe. Esta, por sua vez, passa por situações históricas, concretas que a une e a impele¹⁷⁴ ao 'fazer-se' ao longo da história. O conceito de classe desenvolvido por Thompson é um elemento teórico que possibilita uma análise dentro deste movimento, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares. O estudo de classe como algo 'ativo', que não pode ser transformado em uma realidade metafísica que explicaria todos os fenômenos deste tipo e não pode ser utilizada pura e simplesmente como algo a priori das relações históricas.

Thompson, escrevendo sobre classe operária, afirma que: “por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”¹⁷⁵.

Enfim,

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada, mas um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas¹⁷⁶.

Segundo Thompson, “tanto nas comunidades rurais como nas urbanas uma consciência de consumidor precedeu outras formas de antagonismo político ou industrial. O indicador mais sensível do descontentamento popular era, não o salário, mas o preço do pão”¹⁷⁷. Ver-se-á uma relação entre a necessidade de aumento do poder de compra, dos trabalhadores muitos movimentos, inclusive a greve.

No estado de Pernambuco a realidade de pobreza também impelia que trabalhadores rurais agissem de modo mais contundente contra a difícil situação que viviam. E, as reações

¹⁷³MENEZES, Paulo. *Sindicalismo X Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de Camponeses do Brasil!* Recife: Nordestal, 1983, p, 34.

¹⁷⁴Esta palavra não está indicando determinismos, mas condicionamentos sugeridos pelo próprio Thompson. Quer apenas indicar tomadas de posições diante das situações que vão surgindo ao acaso dos acontecimentos.

¹⁷⁵THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p, 9.

¹⁷⁶Ibidem.

¹⁷⁷Idem, p, 66.

eram de diversas maneiras, uma delas era a ação direta contra empregados, que por sua função representavam de certo modo o poder patronal, por este motivo eram os que experimentação o descontentamento.

Sendo assim, as experiências vividas pelos trabalhadores rurais procurando se organizar por diversas maneiras pode ser contemplada como fenômeno histórico de classe. Inicialmente, as relações que se formaram em torno da luta pela sobrevivência, em primeiro lugar e, que no decorrer dos acontecimentos desembocou em debates mais amplos da sociedade¹⁷⁸.

1.1 Inflação e custo de vida¹⁷⁹

O índice de inflação indica que o poder de compra do salário caía a olhos vistos porque os gêneros de primeira necessidade subiam vertiginosamente no período de um ano. Sendo assim,

Em um ano, o arroz subiu 100 por cento, passando de 26 cruzeiros a 52, enquanto o açúcar refinado sofreu 68 por cento, indo de 25,50 para 37,50 cruzeiros... A banha de porco foi o gênero que sofreu majoração mais forte, 210 por cento, de 55 cruzeiros passou a ser vendida a 200 cruzeiros. No princípio do ano de 61, comprava-se o quilo de carne por 140 cruzeiros. Com sucessivos aumentos, em dezembro do mesmo ano já era vendido por 210. Aumento de 66,66 por cento. A farinha de trigo teve o quilo do produto aumentado em 53 por cento, custava 30 e foi para 56 por cento de aumento¹⁸⁰.

O aumento dos gêneros de primeira necessidade tornava a vida do trabalhador urbano e rural quase insustentável, forçando-o a sobreviver com trabalhos adicionais nas suas horas que, em tese, seriam destinadas ao lazer e ao repouso necessários para uma boa qualidade de vida. Na zona rural as famílias se reuniam para aumentar a produção e com isso o rendimento

¹⁷⁸ JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990, p, 113.

¹⁷⁹ As estimativas para a renda per capita do Nordeste variam de US\$ 50 a US\$ 140 por ano . Esses números são falhos para traduzir as enormes disparidades na distribuição de renda entre os setores da população. Cerca de 2,5 por cento das pessoas no Nordeste recebem 40 por cento da renda total da região. PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil: 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972, p, 31.

¹⁸⁰ Diário de Pernambuco, 26 de Janeiro de 1962.

familiar¹⁸¹. Com isto, crianças eram obrigadas a ingressar no mundo do trabalho e perder sua infância por consequência.

Se o sistema produtor era regido pela lógica do capital, a vida dos trabalhadores rurais não seguia rumo diverso porque sua vida, a venda do seu único bem, sua força de trabalho também eram regidos pela lógica do capital. Todos eram envolvidos, “todo mundo trabalhava nos engenhos desde tenra idade”¹⁸². Todos eram explorados, faziam parte do mesmo sistema *plantation* aos olhos do senhor de engenho e do usineiro.

O irônico disto é que mesmo produzindo a mesma quantia que um adulto masculino, mulheres e crianças recebiam a metade do salário, o que exigia da família um esforço ainda maior para alcançar o salário. Na prática uma mulher e um menor equivaleriam um homem adulto, no que tange a relação entre produção e salário. E a justificativa do patrão é que eles não precisavam de tanto dinheiro assim.

lógica dos patrões, mulheres os menores não precisavam de tanto ‘dinheiro’. Como podemos ver esses senhores, além de burlar a lei do salário mínimo, roubavam ainda as pobres operárias e os menores, na metade do minguado salário. Violavam a lei e cometiam uma odiosa discriminação. Ao mesmo tempo que denunciávamos estes fatos, exigíamos que os sindicatos discutissem com o patronato o pagamento de salário mínimo igual para trabalho igual¹⁸³.

Estas reivindicações não eram de maneira alguma exclusivas deste período de redemocratização pós Vargas, mas encontram suas origens no final do século XIX e no decorrer do século XX, inicialmente com os Anarquistas e posteriormente com o Partido Comunista¹⁸⁴ que chamava a atenção para a necessidade do cumprimento da legislação em vigor.

No mesmo ano (1917), em comício realizado na praça da independência, em Recife, o Sindicato dos Vários Ofícios apresentou uma lista com reivindicações quase sempre presentes em todos os protestos operários da época: diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade, jornada de oito horas de trabalho, melhores condições de trabalho, obrigação dos patrões nos acidentes de trabalho e abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas¹⁸⁵.

¹⁸¹ DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editorada UFPE, 2007, p, 448 - 454.

¹⁸² Idem, p, 448.

¹⁸³ BEZERRA, Gregório. *Memórias. Segunda Parte (1946-1969)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p, 175.

¹⁸⁴ Ver em: REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

¹⁸⁵ Idem, p, 19-20.

O Partido Comunista começou a articular os trabalhadores através de organizações de trabalhadores do campo (poderia ser Liga Camponesa ou Sindicato) ligados ao plantio da cana-de-açúcar, para que os mesmos tivessem acesso ao salário mínimo e melhores condições de trabalho.

O objetivo do trabalho do Partido Comunista, em meados do século XX, era o de despertar a classe trabalhadora no sentido de reagir a partir dos processos democráticos, contra a situação que fora criada a favor dos detentores do capital e contra a classe operária de um modo amplo. E, no dia 26 de Novembro de 1945, Prestes veio para a cidade do Recife a fim de consolidar a candidatura de Yedo Fiuza para presidente da república. E, aproveitou a ocasião para fazer uma breve exposição da relação entre salários e inflação da seguinte maneira:

A carestia da vida, companheiros, se agrava de tal maneira que aumentos se salários de 40ª 50% são aumentos fictícios, porque os víveres de primeira necessidade no mesmo período de tempo aumentam de 100 e 200%... A causa fundamental da carestia de vida está na inflação... A própria inflação é consequência da miséria de nosso povo, do atraso de nossa terra¹⁸⁶.

Intelectuais escreveram nesta mesma linha de raciocínio de Prestes ao falarem de atraso, resquícios feudais no Brasil etc. Celso Furtado define o Nordeste “como uma das regiões de mais baixo nível de vida do mundo”¹⁸⁷.

1.2 Barracão, pulo da vara e o peso da balança da Usina

No Barracão onde são vendidos os víveres, o pulo da vara realizado pelo cabo ao medir a tarefa realizada pelo trabalhador rural e o peso da cana-de-açúcar realizada na usina funciona

¹⁸⁶ VINHAS, Moisés. *O Partidão: Luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p, 112.

¹⁸⁷ FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Recife: UFPE, 2009, p, 61. Antônio Callado utiliza a expressão “atraso mental” ao se referir da “inadequação entre essa cultura (Pernambucana) e o que acontece no Estado, na distância entre essas graças e os horrores da realidade social”. CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes: A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p, 47.

como mecanismo de empobrecimento do trabalhador rural. Em seu conjunto aumentam significativamente a acumulação de riqueza para os possuidores do capital.

O barracão, onde acontece o pulo do lápis, ao lado do pulo da vara e a pesagem realizada na usina está inserido em um conjunto de artifícios que aumentam ainda mais a exploração ao trabalhador rural desde o plantio até a produção do açúcar.

Balaceiro da Usina [...] Eu não meu bem [...] É danado pra roubar [...] Eu não meu bem [...] Quando não é na balança [...] Eu não meu bem. Ele rouba no olhar, eu não meu bem ¹⁸⁸.

As relações em torno da remuneração do trabalho no engenho giram em torno da morada. Christine Dabat trata a “morada, como um tipo de relação de trabalho” ¹⁸⁹ porque será em torno dela, dentro de um universo fechado do engenho de açúcar, onde as pessoas vivem, convivem, trabalham e consomem produtos é o cenário sobre o qual veremos algumas formas de exploração como é o caso do barracão e o pulo da vara.

De todas essas burlas, a mais cínica, descarada e imoral era o pagamento em vale para o barracão, que obrigava o trabalhador a comprar gêneros alimentícios de terceira qualidade e a pagar como se fossem de primeira na casa de comércio do patrão, e ele ainda era roubado no peso e no “pulo do lápis”, pois pagava 900g por um Kg – e isso nos barracões mais “honestos”, porque na maioria deles um kg não chegava a pesar 800g... Além disso, o dono do barracão, quando somava as compras, sempre se “enganava” em 10%, 15% e até 20% a mais contra o pobre trabalhador, que, em geral, não sabia fazer contas. Muitos passavam anos sem ir ao comércio, porque não pegavam sequer num tostão em dinheiro. Essas vítimas da burguesia rural não tinham a quem apelar. Estavam amordaçadas e atoladas até a garganta nos feudos dos engenhos, das usinas e do latifúndio. Tinham medo dos capatazes, dos feitores, dos gerentes e dos patrões, dos soldados da polícia, do delegado, do promotor, do juiz etc ¹⁹⁰.

O barracão era uma forma de prender o trabalhador na propriedade, este se encontrava em dívidas frequentes com o proprietário, e só poderia deixar a propriedade para procurar emprego em outra se pagasse o que devia. O que levava este trabalhador a pedir empréstimo ao seu novo patrão para ingressar em um novo ciclo de dependência econômica e de moradia.

¹⁸⁸ Trecho retirado da música de Marinês: *Balaceiro da Usina*, Siriri. Disco: Tempo de Forró.

¹⁸⁹ Ver também as relações entre opressão e morada em AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 37 - 38.

¹⁹⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 515.

A situação de todos era bastante precária [...] Como não podia produzir tudo o que consumia e ganhava muito pouco como assalariado, o trabalhador se abastecia no barracão. Se ficava devendo muito, tomava empréstimo ao patrão. Se o empréstimo ficava muito alto, o patrão o ameaçava de desconto no próprio salário. Sua única possibilidade, então, seria tentar sair e encontrar outro proprietário que lhe desse um adiantamento para sanar o débito, “vendendo-se” ao novo proprietário. Caso isso não acontecesse, teria que tentar fugir. Se preso, ficava na propriedade do credor trabalhando durante o dia e preso a noite, sob vigilância ¹⁹¹.

O modo como era realizado o peso da balança da usina atingia o morador de engenho por tabela porque como foi dito no item anterior, o dono da propriedade repassava para o trabalhador seu custo operacional, reduzindo seu salário em até 60 por cento sob a justificativa de ele possuía um sítio para se manter¹⁹². No fim de contas o lado mais fraco da relação capital trabalho, o trabalhador rural era quem realmente pagava as contas. No entanto, a imagem que o proprietário procurava transmitir era a de um bom patrão que prezava pela moral¹⁹³ e os bons costumes em sua propriedade. No entanto, o salário não era pago.

Em fins de dezembro de 1963, o custo de vida já tinha superado em mais de 30% o aumento salarial obtido em novembro. Para explicar, basta dizer que um quilo de charque custava de oitocentos a novecentos cruzeiros antigos em novembro e Dezembro já chegava a custar 1.100 cruzeiros. O feijão, o arroz, o açúcar e a farinha de mandioca subiam de preço numa disparada maluca. Falo apenas dos produtos básicos indispensáveis à alimentação das pessoas que tinham o privilégio de trabalhar ¹⁹⁴.

Em fim, contra esta situação de extrema pobreza que surgiram diversas iniciativas para tentar ao menos reagir contra tanta desigualdade social, tais como sindicatos de trabalhadores rurais e da indústria, ligas camponesas, engajamento em partidos políticos etc.

¹⁹¹ ABREU E LIMA. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife: UFPE e Oito de Março, 2005, p. 2005, p.24.

¹⁹² *Idem*, p. 24.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 24.

¹⁹⁴ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 519.

2. TENTATIVAS DE MUDANÇA

Se durante a escravidão no Brasil, os negros e os índios conseguiram organizar fugas e revoltas¹⁹⁵ dentro dos engenhos de açúcar, durante as décadas de cinquenta e sessenta do século XX os trabalhadores rurais, herdeiros dos escravos, em sua grande maioria, também se organizaram para tentar sobreviver.

A organização aconteceu em forma de Ligas Camponesas e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e através da inserção em projetos político-partidários que entravam em cena, a favor da luta por sobrevivência e por melhores condições de trabalho até questões mais amplas como as reformas da educação, saúde, moradia e inclusive, a reforma agrária.

... apesar de se afirmar sempre que o negro suportou com paciência, sem reação, o cativo, o fato é que ele sempre estava a fugir para o mato, a organizar quilombos, a suicidar-se, a reagir, enfim, das formas mais diversas contra a prepotência dos senhores¹⁹⁶.

A classe dominante açucareira teve sua importância na elaboração do espaço nordestino, mas o trabalhador seja ele escravo, morador de condição, sob o regime do cambão ou trabalhador rural também deixou suas marcas nesta empresa. Ao lado do sistema da *plantation*, há o que Tadeusz Lepkowski chama de “brecha camponesa”¹⁹⁷. Manuel Correia de Andrade fala em plantação de outras culturas alimentares ao lado da cana de açúcar, que garantia abastecimento às populações rurais e urbanas¹⁹⁸.

A primeira vista parecia uma liberdade de o senhor permitir que seu escravo cultivasse, nos dias livres, um pedaço de terra para si, mas, desde que o senhor os obrigava – como já fazia o famoso João Fernandes Vieira herói da restauração Pernambucana – a trabalhar em ‘suas roças’ nos dias santificados, fazendo-os perder o repouso que a Igreja lhes garantia, e que o produto deste trabalho era empregado na alimentação do próprio negro, vemos que o chamado “sistema do Brasil” era uma

¹⁹⁵ Ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o Homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2011, p, 91.

¹⁹⁶ Idem, p, 91.

¹⁹⁷ Citado por CARDOSO, Ciro Flamarion. “A brecha camponesa no sistema escravista (1979)”. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth (Orgs.). *Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Unesp, 2009, p, 97. Ver também DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Universitária da UFPE, 2007, p, 32.

¹⁹⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o Homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2011, p, 90.

vantagem para o senhor e não para o escravo¹⁹⁹.

A plantação de gêneros alimentícios ganhou várias formas. A primeira esteve ligada aos escravos fugitivos para quilombos que possuíam suas lavouras de pequeno porte²⁰⁰. A segunda é composta por escravos não domésticos que um dia na semana eram liberados pelo seu senhor para poder cultivar sua plantação para se sustentar, chegando até a comercializar seus produtos em feiras locais e lucrar com isso. Manuel Correia de Andrade mostra que a terra também podia ser utilizada tanto para o plantio da cana de açúcar quanto para o cultivo de alimentos para os escravos, como foi o uso do milho.

Assim quando se iniciava a estação chuvosa, geralmente em março, não tinha ainda o engenho concluído a moagem e já era tempo de limpar o mato para a cultura da cana. Essa limpeza requeria sempre grande número de braços, era feita a machado quando se tratava de mata, ou a foice, quando era em área antes explorada, e sempre seguida da 'coivara'. Na época a que nos referimos, esta terra podia ser utilizada na cultura do milho e do feijão, feita em fins de março e começo de abril e colhidos em junho e julho, a fim de ser utilizado na alimentação dos escravos. Em junho e julho era feito o plantio da cana destinada à moagem do ano seguinte²⁰¹.

Não se reduzir o fenômeno da brecha camponesa a estas realidades, a apontamos por ser uma via de reflexão alternativa a história vista apenas do alto dos casarões de engenho de açúcar. Tampouco, queremos negar os crimes contra a humanidade que ocorreram no Brasil escravocrata, durante séculos de espoliação das pessoas e dos recursos naturais.

Dialogando entre a ação do senhor de engenho possuidor de bens e de pessoas e as possibilidades criadas dentro do sistema escravista em uma forma de protocampesinato, podemos perceber a existência de um complexo sistema de mercado mundial. Por este motivo, a unidade de produção, o engenho, não será vista como uma unidade isolada, mas, pelo contrário, interligada e a serviço do capital da metrópole que dirige e extrai dela sua parcela de acumulação de capital.

No Nordeste brasileiro, percebemos que, até o advento dos engenhos centrais, meios aparelhos e as usinas, o engenho do tipo banguê era o cenário sobre o qual atuavam os personagens de um mundo vocacionado para “o dom do açúcar”. E, a morada, traz em seu âmago o contexto da unidade de produção na qual ela está inserida. No período até o fim

¹⁹⁹ Idem, p. 96.

²⁰⁰ Idem, p. 91.

²⁰¹ Idem, p. 91.

da escravidão ela era chamada de senzala, após a libertação dos cativos, passou a ser denominada de casa de engenho. E, quanto aos antigos escravos que permaneceram na propriedade, eram os moradores. Pois bem, o cambão foi utilizado como forma de transição entre o escravo e o proletário. Francisco Julião assim o descreve:

...Cambão, finalmente, é o dia de trabalho que o dono da terra exige do camponês, cada dia da semana, pelo sítio que ocupa, um miserável sítio de dois ou três hectares, quando muito, se é condiceiro, assalariado agrícola, trabalhador braçal, jornaleiro ou eiteiro. Mas se se trata de foreiro, arrendatário ou parceiro, é o que cada um desses entrega ao latifundiário, sem remuneração, durante certa época do ano, além da renda paga em dinheiro ou em produto [...] Muda de nome o patrão, mas o feitor – o latifúndio – permanece, e o regime é o mesmo: a servidão, o saque, o roubo. Numa palavra, o Cambão²⁰²!

As Ligas Camponesas, ligadas a Julião, conseguiram transformar a realidade do cambão em motivação para vencer o latifúndio, embora não tenham logrado êxito. Sua existência indica que não havia uma acomodação das populações rurais quanto a esta realidade perversa.

As classes subordinadas, antepuseram-se várias questões e dilemas durante o processo de enfrentamento com o bloco industrial dominante e no esforço de afirmarem-se como sujeito político, em sentido amplo. De modo geral essas questões convergiam para dois pontos básicos: a direção política e suas contradições sociais, núcleo dos antagonismos com os quais debatiam²⁰³.

O Partido Comunista, ao lado das Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, possui grande importância na luta contra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais no Estado de Pernambuco. Veremos no próximo ponto a ação do Partido Comunista no município de Palmares. A importância deste Partido está em ser uma espécie de órgão aglutinador de tendências a favor dos trabalhadores rurais e nas vitórias do final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta. Em sequência serão estudadas a Liga Camponesa da Água Preta e de Palmares respectivamente.

²⁰² JULIÃO, Francisco. *Cambão, a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009, p, 16 - 18.

²⁰³ JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990, p, 113.

3. COMUNISMO EM PALMARES

Gregório Bezerra se dirigiu ao Recife com o objetivo de receber instruções do Partido diversas vezes²⁰⁴. Isto revelava uma estrutura organizada, que de maneira nenhuma, amputava a contribuição de nenhum membro. Esta hierarquia conseguia vencer a falta de comunicação e o isolamento que as comunidades rurais foram fadadas a viver durante séculos. Longe de enrijecer o partido, a estrutura bem definida da organização, servia para orientar as ações, mesmo enfrentando todo tipo de dificuldade em sua logística.

O trabalho feito pelo partido Comunista, do ponto de vista organizativo e político, continuou sendo o mesmo da década de cinquenta, levando em consideração a variedade da situação daquele momento. Por exemplo, nos anos sessenta e praticamente a partir de Juscelino Kubitschek, houve um certo afrouxamento, isto é, no sentido da reação²⁰⁵.

Neste sentido se entende que no dia 26 de Novembro de 1945, Prestes foi para a cidade do Recife a fim de consolidar a candidatura de Yedo Fiuza para presidente da república. Dirigindo-se a multidão como membro do partido, “o partido do proletariado”, Prestes fez uma breve exposição da relação entre o aumento dos salários insuficientes mediante a uma inflação aumentava muito mais e tornava a vida do trabalhador quase insustentável.

A carestia da vida, companheiros, se agrava de tal maneira que aumentos de salários de 40% 50% são aumentos fictícios, porque os víveres de primeira necessidade no mesmo período de tempo aumentam de 100 e 200%... A causa fundamental da carestia de vida está na inflação... A própria inflação é consequência da miséria de nosso povo, do atraso de nossa terra²⁰⁶.

Prestes chamou a atenção para o poder de compra do salário do trabalhador, ao mesmo tempo em que denuncia uma manobra para ludibriar os trabalhadores. A organização dos trabalhadores pelo Partido Comunista foi de fundamental importância porque graças a sua

²⁰⁴ Ver Gregório Bezerra, *uma entrevista Histórica*. Disponível em www.google.com.br/Youtube.

²⁰⁵ Entrevista realizada com Gregório Bezerra pela pesquisadora: Elaine Moury Fernandes na cidade do Recife, 28 de maio de 1982. Fundação Joaquim Nabuco: CEHIBRA.

²⁰⁶ VINHAS, Moisés. *O Partidão: Luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p,112.

estrutura nacional, foi criada uma rede nacional de trabalhadores, da indústria e do campo, o que tornou o partido cada vez mais forte.

Jaccoud integra o Partido Comunista dentro do que ela chamou de “avanço da mobilização popular em Pernambuco” e será nesta perspectiva de integração com outros movimentos populares que rendeu a Palmares o codinome de Moscousinho.

3.1 Palmares: a Moscousinho da Mata Sul²⁰⁷

Gregório Bezerra sustentava que antes de 45 já havia movimentos a favor dos camponeses. E, o velho, como era chamado carinhosamente pela esquerda estava certo porque em Palmares o PCB iniciou seus trabalhos partir da década de 40 do século XX. Por falta de documentos na sede daquele Município, encontrou-se no Arquivo o Estadual de Pernambuco/ Anexo DOPS, Jordão Emerenciano, investigações de agentes de segurança que atestam esta presença²⁰⁸.

Em 1946 Brivaldo Leão de Almeida, uma das lideranças do Partido Comunista se desligava daquela agremiação partidária através de nota no jornal local A Notícia. Existia a possibilidade de entender a questão a partir de um argumento de foro íntimo. A sua esposa Celeste, filha de Pedro Afonso de Medeiros, conservador reacionário que participou ativamente no golpe de 1964, chegando a depor contra Luiz Portela (o que veremos com mais atenção no terceiro capítulo) talvez o tenha influenciado em sua decisão²⁰⁹. Mas isso não passa de uma possibilidade. Esta pesquisa não conseguiu ir além disto, e, por conseguinte, identificar, outras razões que levaram este comunista ao desligamento.

Cópia de uma nota publicada no Jornal “A Notícia”, órgão editado na Cidade dos Palmares-Pernambuco– 24 de agosto de 1946. Declaro para todos os efeitos que me desliguei irrevogavelmente do PARTIDO

²⁰⁷ Ver o termo em: Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*. Jaboatão também recebe este nome. Ver em ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife: UFPE, 2005, p. 38.

²⁰⁸ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

²⁰⁹ Conversa com Amaury Cavalcante Caminha. Palmares, 15 de Janeiro de 2012.

COMUNISTA DO BRASIL, abjurando, espontânea e definitivamente a sua ideologia e não querendo jamais entendimento ou ligação de qualquer natureza como mesmo partido. Palmares, 22 de agosto de 1946²¹⁰.

O que se sabe é que ele se tornou no início da década de 60 uma ponte entre os estudantes do ginásio municipal e os trabalhadores da zona rural²¹¹. Ou seja, ele estava organizando um grupo de estudantes e de simpatizantes da causa comunista no campo para reuniões periódicas nas casas de moradores dos engenhos da região²¹². E, foi eleito vice-prefeito com a ajuda do Partido Comunista em 1963.

Nos primeiros dias do golpe de 1964 Brivaldo Leão de Almeida não conseguiu se desvencilhar das consequências daqueles últimos eventos e foi destituído do cargo de vice-prefeito, e teve que fugir para não ser preso²¹³. Ou seja, as testemunhas continuavam a acusá-lo de agregador de jovens para o Partido Comunista, na cidade e no campo, apesar daquela nota no jornal, feita em 1946²¹⁴.

Encontram-se nos arquivos do DOPS de Pernambuco os depoimentos de Paulo Siqueira Marques, Pedro Afonso de Medeiros, Elizeu Pereira que podiam ser chamados de verdadeiros exageros porque afirmavam que em Palmares havia mais comunistas do que em Moscou ou em Havana²¹⁵. Mas o que havia de fato era que o partido, embora pequeno, estava espalhado em setores estratégicos da cidade. No dia 23 de Agosto de 1949 foi terminado um relatório a secretaria de segurança Pública com o seguinte conteúdo:

Elízio Pereira de Barros –maquinista – Rua Luiz de França/s/n, Antenor Dionísio dos Santos: rua nova 383, Paulino Sebastião dos Santos – Agricultor – Engenho São Manuel; Joaquim de Souza Melo-alfaiate – Rua vigário Bastos 176, José Figueira da Silva - alfaiate – Rua Coronel Izácio²¹⁷; José Luiz de França – sapateiro –rua das pedreiras, s /n, Antenor de Andrade Lima – comerciante praça Dr. Paulo Paranhos 118, João Curi – comerciante Av. Estácio Coimbra s/n, Eduardo Monteiro – sapateiro – Praça Maciel Pinheiro, Manoel Belo Filho – rua das pedreiras s/n, João Ferreira de Araújo despachante da G.W.B. R, Cícero Luiz da Silva - pedreiro – rua da linha s/n, Oscar Alves Vanderlei – veterinário – Engenho São Manuel, Miguel Arcanjo de Araújo – Jornaleiro - Trav. Maciel Pinheiro, 127, João Dantas – pedreiro

²¹⁰ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

²¹¹ Conversa com Amauri Amaury Cavalcante Caminha. Palmares, 15 de Janeiro de 2012.

²¹² Depoimento de Amauri Amaury Cavalcante Caminha. Palmares, 10 de novembro de 2010.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ Este tema será visto com mais atenção no capítulo terceiro desta dissertação.

²¹⁵ DOPS. Pasta Luiz Portela de Carvalho. Fundo SSP N° 1174.

– residente nesta cidade, José Emídio – guarda – freios da G.W.B. R, Elísio de Souza - comerciante – Rua vigário Bastos. 169 José Pintinho – residente nesta cidade, Antônio Pereira da Silva – maquinista da G.W.B. R, João Boaventura – maquinista da G.W.B.R. Palmares, 23 de Agosto de 1949. Domingos B. de Melo (investigador especial) ²¹⁶.

O investigador identificou, além do endereço, o local em que o membro do partido fazia parte. Este relatório policial fornece informações precisas sobre a movimentação do Partido Comunista em Palmares no ano de 1949, além de suas conexões com a sociedade. Não se sabe se por razões de logística ou por importância deste partido dentro do cenário estadual, mas esta cidade foi o palco de um congresso camponês, destacando-a no cenário estadual, mesmo sendo uma cidade marcada pelo símbolo da cultura canavieira e suas consequências para a vida da cidade.

Do ponto de vista da organização interna em 22 de abril de 1954, o Partido Comunista iniciava os preparativos para o seu IV Congresso que seria realizado entre dezembro de 1954 e fevereiro de 1955. No que se referia às propostas ligadas aos trabalhadores rurais podia-se perceber lutas que seriam concretizadas tanto pelas ligas camponesas como pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Palmares.

As propostas em preparação para o Congresso que tangiam a questão rural foram estas:

Ata do Partido Comunista. Palmares 22/04/1954 (em preparação ao IV congresso do PCB) Resolução 9ª: Trabalhar para criar em Palmares a Delegacia Sindical e alistar elementos para o sindicato. Resolução 12ª: Organizar a juventude por suas reivindicações e criar a UJC²¹⁷.

A ata apontava para a existência do partido comunista em Palmares desde 1941. Início da reunião vinte duas e trinta e terminou as quatro horas e trinta minutos da madrugada, antes que o dia raiasse e pessoas curiosas pudessem ver quem fazia parte daquela reunião. Uma estratégia que não conseguiu se desvencilhar da vigilância estatal, uma vez que seu registro foi realizado por um agente de segurança designado para este fim. Porque desde 1935 com uma insurreição organizada pelo PCB a partir de Natal onde foi instaurado um governo popular revolucionário, com ações similares no Recife e no Rio de Janeiro, os movimentos

²¹⁶ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

²¹⁷ Idem.

que pudessem incluir a presença comunista e operária foram, a partir de então, vigiados e reprimidos com mais ênfase²¹⁸.

²¹⁸ REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994, p. 40.

4. CONGRESSO CAMPONÊS²¹⁹

O Congresso Camponês representou uma etapa importante para uma organização mais consistente que integrou as pessoas ligadas às questões do campo sob a liderança do Partido Comunista. Este possuía quadros presentes no campo, no interior do Estado e na região metropolitana do Recife.

...como preparativo para o grande ato público, as Ligas e Comissões vem realizando Congressos Municipais, durante os quais serão eleitas as delegações ao conclave estadual. No dia 27 último, por exemplo, a Liga Camponesa de Jaboatão reuniu-se e, após debater as reivindicações dos camponeses locais elegeu uma delegação composta de 12 membros ao congresso camponês²²⁰.

O Congresso também foi um espaço de manifestação sobre o tema da reforma agrária, mesmo tendo surgido em torno de si²²¹ opiniões contrárias e até mesmo contraditórias, sua importância não pode ser minimizada, mas pelo contrário, a sua realização logrou angariar a atenção da imprensa pernambucana mesmo antes de sua realização. Vale salientar ainda que este congresso sofreu repressão por parte da polícia do Estado de Pernambuco que, seguindo o costume, tentou anular a realização do congresso²²².

O jornal Folha da Manhã, em 1949, anunciou a prisão de três pessoas suspeitas de estarem articulando o Congresso Camponês. Na notícia publicada no jornal aparece o

²¹⁹ Temário e regimento interno do Congresso Camponês. 1º O Congresso realizar-se-á na cidade de Palmares Estado de Pernambuco em 18 de dezembro de 1949; 2º O Congresso constituir-se-á de: a) delegados das Ligas Camponesas; b) Delegados das comissões camponesas, de assalariados agrícolas das fazendas, engenhos, usinas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais; c) de pequenos proprietários de terras, de rendeiros, meeiros, foreiros e fornecedores de cana. Temário: Exploração feudal e outros tipos de exploração; a) Liquidação do pagamento do salário do barracão; b) Pela cessação de multas; c) pela prorrogação dos contratos e baixa no arrendamento; d) por assistência técnica, recebimento de sementes, ferramentas, adubo e crédito barato dado pelo Estado.; Direitos às leis trabalhistas. a) salário mínimo; b) oito horas de trabalho; c) férias, repouso remunerado e acidente no trabalho; direito à carteira profissional; Abatimento dos impostos e transporte. a) abatimento e 50% no transporte para os produtos agrícolas; b) extinção dos impostos intermunicipais; c) extinção dos impostos de venda e consignações; d) isenção dos impostos das feiras livres; Educação e saúde. a) escolas nos engenhos, fazendas, usinas e Distritos, gratuitamente para os filhos dos camponeses e trabalhadores rurais; b) Assistência médica e dentária; c) construção de Postos médicos nas Usinas. Fundação da Federação dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Camponeses de Pernambuco. Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

²²⁰ Folha do povo: 17 de fevereiro de 1949.

²²¹ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

²²² *Ibidem*.

seguinte: “Vemos no clichê, três vermelhos detidos pela polícia, quando intentavam realizar nos Palmares, o congresso camponês, são eles... Elísio de Barros, Luiz de França e o vereador Pedro Renaux Duarte”²²³. E, mais adiante estava a seguinte afirmação do delegado local:

Prendi o secretário político do comitê Municipal dos Palmares, Elísio Pereira de Barros, perigoso agitador vermelho, prontuariado na delegacia auxiliar desde 1934 e condenado a pena de 7 meses e 15 dias de prisão pelo extinto Tribunal de Segurança. Procedi uma busca em sua resistência apreendendo, então farto material de propaganda comunista²²⁴.

O engajamento na luta, por direitos sociais, era considerado como caso de polícia, exceto “no tempo de Arraes”. Durante a Segunda Guerra mundial a polícia pernambucana procurava a todo custo evitar a realização do Congresso Camponês na cidade de Palmares. Christine Dabat ao analisar a ação da polícia nos diz que “a força policial foi transformada em milícia a serviço dos proprietários de Engenhos, a única face do Estado que os trabalhadores rurais conheceram por muitos séculos”²²⁵.

Cinco anos se passaram entre a prisão de três pessoas supostamente ligadas ao partido comunista que tentaram organizar o congresso e sua realização em dezembro de 1949, mas a ação da polícia continuava praticamente sem alteração apesar deste contexto histórico ser comumente chamado de redemocratização.

A polícia batia nos trabalhadores e a imprensa associada aos latifundiários²²⁶ justificava a ação através de notas de jornal. Se de um lado, os trabalhadores rurais e camponeses não possuíam uma estrutura para se defender das armas da polícia, do outro, o Partido Comunista procurava através da Folha do Povo dar respostas à ação truculenta da polícia e também a partir da ação dos seus deputados que formavam sua base de alianças.

A Folha do Povo publicou informações sobre a preparação do Congresso Camponês em Palmares e em tom professoral procurou informar à população os motivos e os objetivos da realização deste evento na cidade de Palmares.

²²³ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora UFPE, 2007, p. 23.

²²⁶ Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Folha da Manhã. Na cidade dos Palmares, o Jornal A Notícia também estava a serviço dos latifundiários.

Recebemos com pedido de publicação, o seguinte Manifesto do Campo de Pernambuco, que deverá se realizar em dezembro próximo na cidade de Palmares: Povo Pernambucano! Pequenos proprietários de terras! Camponeses e assalariados agrícolas! A população do nosso Estado encontra-se diante de uma situação que imperam a miséria, a fome e a nudez e a mais vasta exploração por parte dos usineiros e fazendeiros quer seja com salários baixos ou com altos foros de arrendamento da terra. De um lado nós temos o sistema de trabalho da “condição” e “cambão”, de outro a falta de garantias, com as expulsões, prisões, espancamentos e morte de camponeses, praticada pelos grandes donos da terra, criando uma situação insuportável para os que labutam no campo, sem nenhum recurso... ainda mais, as usinas ocupam três ou quatro vezes a área de terra necessária para a produção da mesma quantidade de açúcar porque não utilizam os processos modernos da agricultura. Em consequências de necessitar de mais terras, expulsam em massa os camponeses sem nenhuma indenização, fazendo diminuir as plantações, motivo porque importam dos outros estados arroz, batata, feijão, etc ²²⁷.

A nota publicada na Folha do Povo pode se dividida em duas partes, a primeira consistia em identificar os problemas que afligiam a vida do trabalhador rural, morador de condição ou sob o regime do cambão que se encontrava em ‘situação insuportável’, sofrendo todo tipo de perseguição e sem nenhuma garantia de permanência na propriedade. A segunda parte se destina a explicar o que seria a raiz do problema, o latifúndio, motivo da expulsão dos trabalhadores rurais e a falta de alimentos em uma região agrícola²²⁸. Nota-se claramente a fusão de duas tendências na luta no campo, uma por melhores condições de vida e de trabalho e a outra abarcando em seu rol de reivindicações a reforma agrária e o fim do latifúndio.

Às vésperas do Congresso a Folha do Povo realizava uma cobertura sobre a preparação deste em Palmares. Nesta nota aparecia uma crítica ao governador do Estado de Pernambuco, Barbosa Lima, ao associá-lo à perseguição policial²²⁹. O jornal não se esquivou de denúncias como tortura, espancamentos e ameaça de morte realizada por policiais do Estado de Pernambuco. Além de citar o governador, o jornal ainda associou o poder público como sendo submisso e subserviente aos latifundiários. Deste modo, o jornal apresentou, de certo modo, a arquitetura da repressão policial a serviço dos grandes proprietários de terra.

O Congresso, mesmo em meio a tantas dificuldades, é apresentado como um ato de superação a tudo isto porque ele conseguiu ultrapassar as dificuldades, uma vitória contra todas as forças que se organizaram para que ele não viesse a acontecer e lançar sobre a

²²⁷ “Preparam-se para um grande congresso os trabalhadores de campo de Pernambuco”. Folha do povo 19 de outubro de 1949.

²²⁸ Ver: Tabela: Culturas temporárias no município de Palmares.

²²⁹ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

sociedade reflexões sobre a vida das pessoas do campo, esquecidas nos arranjos políticos que contemplavam as realidades urbanas e não as rurais, em um primeiro momento da república pós Vargas.

Instala-se amanhã o primeiro congresso Camponês, que uma série de perseguições policiais, movidas pelo governador Barbosa Lima, foi desencadeada contra seus promotores. Ligas Camponesas legalmente registradas, foram invadidas, tendo sido apreendidos documentos “subversivos”. Dirigentes e líderes camponeses foram presos e perseguidos, espancados e torturados, e até ameaçados de morte, pelos bárbaros espancadores do Sr. João Roma, tudo com propósito de impedir a organização dos trabalhadores no campo, na luta pela solução dos seus angustiosos problemas. [...] A realidade é que apesar da brutalidade policial a mando dos latifundiários, os camponeses vão realizar seu 1º congresso, cujo êxito nós já antevemos, que é a criação da grande e poderosa Federação dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Camponeses de Pernambuco²³⁰.

Mais uma vez foi publicada a manchete: “Hoje, em Palmares, o 1º Congresso Camponês de Pernambuco”, com a Folha do Povo reforçando a importância da discussão sobre os problemas de Pernambuco que não se limitavam mais ao campo, exclusivamente, mas englobava a sociedade de modo amplo.

Pela primeira vez em nosso Estado, os trabalhadores do campo, através de suas organizações, tomam a iniciativa de realizar um Congresso, no qual discutirão, em todos os seus aspectos, os problemas que, por sua importância decisiva nos problemas da vida econômica e social para se tornarem problemas de Pernambuco... Todas as camadas da nossa população, veem no conclave a se instalar hoje na cidade dos Palmares, um acontecimento novo, de grande significação nas lutas que os trabalhadores das cidades e do campo, sustentam contra as forças retrogradadas, que procuram por todos os meios manter esse regime semifeudal, base da reação no interior e do imperialismo no exterior. Apoio dos trabalhadores e dos intelectuais democratas²³¹.

Havia disparidade de opiniões sobre este Congresso, com o Jornal do Comércio e a Folha da Manhã de um lado e a Folha do Povo de outro. Os dois primeiros jornais dão a entender ao leitor que se tratava de um assunto de polícia e não de direitos dos trabalhadores rurais, de se organizar em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

O conflito de informações podia ser considerado mais uma faceta da luta entre aqueles

²³⁰ Folha do Povo: 07 de fevereiro de 1950.

²³¹ Folha do Povo 10 de fevereiro de 1950.

que queriam manter a estrutura de então ou “uma modernização sem mudança” e os grupos que acreditavam que só haverá a modernização satisfatória através de uma mudança social. Ou, parafraseando Celso Furtado, a pré-revolução²³².

O discurso do Jornal do Comércio foi bem objetivo: “caça aos comunistas”. O texto procurava passar informações que davam a entender que o Estado de Pernambuco estava vivendo uma situação em que a sociedade corria riscos com a presença comunista. Antônio Torres Montenegro²³³ aborda a temática do medo como instrumento de justificativa à perseguição às forças que eram consideradas perigosas para as elites que estavam no poder, formadas por latifundiários, usineiros, setores conservadores da Igreja Católica e partidos políticos associados ao capital nacional e internacional.

No período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, a repetição de discursos que tematizavam a insegurança, o desgoverno, a ausência de autoridade produzia efeitos de verdade e, por extensão, influía de maneira muito própria no comportamento de amplos segmentos da população. O sentimento de insegurança e medo passou a ser associado ao cotidiano de vida das pessoas²³⁴.

Dentro deste cenário construído pela imprensa pernambucana conservadora, a Liga de Iputinga²³⁵, aparecia como um centro de irradiação de movimentos de trabalhadores rurais porque foi desta Liga que saíram os primeiros líderes do Engenho Galileia. O município de Palmares também recebeu influência desta Liga a partir dos depoimentos dos investigadores da polícia. Por estas razões é que se leva a crer que Iputinga possuiu grande relevância para o cenário de lutas em torno das questões do campo na década de cinquenta no Estado de Pernambuco.

PRESOS EM PALMARES, ALGUNS COMUNISTAS QUE PRETENDIAM INSTALAR UM CONGRESSO. De acordo com a orientação do Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. João Roma, a delegacia auxiliar, na pessoa do seu titular, o delegado Eudes Costa, não tem dado tréguas aos comunistas. [...] Eles tentam se infiltrar por toda a parte e sob todos os aspectos. [...] O ano passado, através de Ligas Camponesas, os elementos vermelhos tentaram fazer o Congresso Camponês. [...] A polícia entrou em ação e desarticulou tudo o que havia a respeito [...] Decorrido pouco tempo, começaram eles a fazer propaganda de que no período de 10 a 12 do corrente em Palmares, seria instalado o Congresso Camponês [...] Partiu

²³² Ver o termo em FURTADO, Celso. *A Pré-revolução Brasileira*. Recife: UFPE, 2009.

²³³ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Metodologia, Memória*. São Paulo: contexto, 2010, p. 151.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ Sobre a Liga de Iputinga ver em AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 60.

da Liga de Iputinga, que tem como presidente o conhecido agitador José Justino dos Santos e secretário o vereador Pedro Renaux Duarte, também extremista, a ideia da realização do Congresso, contando com a adesão das demais Ligas²³⁶.

A perseguição a qualquer indício de organização dos trabalhadores rurais foi um refrão, somente pausado, para depois ser reeditado pela ditadura de 31 de março de 1964, sobre o governo de Arraes. Entretanto na década de cinquenta, este tipo de organização era um caso de polícia. O *Jornal do Comércio*, servia de caixa de ressonância dos interesses dos grupos que não admitiam que os trabalhadores rurais fossem organizados.

Os adjetivos (agitador, extremista) utilizados indicavam a leitura que a população deveria ter sobre este movimento, ou seja, uma ameaça extremista que poderia irrigar o território pernambucano de sangue. Estes adjetivos contidos na crítica jornalística buscavam, a partir do uso do medo como tática, desacreditar qualquer coisa que pudesse transformar a estrutura política e econômica vigente.

Além da imprensa ligada a setores reacionários da sociedade que tentavam incutir na população a ideia de uma guerra, era também uma guerra em que os comunistas e seus aliados sempre perdiam e os agentes de repressão, representados como pessoas com ares de heróis a lutar de modo obstinado pelo bem do povo. Seguindo esta cartilha, o jornal *Folha da Manhã*:

A Folha da Manhã noticiou, ontem em primeira mão, que o delegado auxiliar Eudes Costa viajara para o interior do Estado importante diligência ligada a campanha obstinada que vem mantendo, vantajosamente, contra as atividades comunistas²³⁷.

Dentro desta lógica obstinada, o jornal *Folha da Manhã* publicou nota contra o Congresso Camponês que seria realizado em Palmares. Segundo ele o Congresso havia sido desbaratado pela polícia que tal maneira que “FRACASSOU o Congresso Camponês [...] Os Vermelhos Insistiram em realizar o conclave, nos Palmares, mas foram impedidos pela ação eficiente da polícia”²³⁸.

²³⁶ Jornal do Comércio 12 de fevereiro de 1950.

²³⁷ Folha da Manhã (vespertino) 11 de fevereiro de 1950.

²³⁸ Ibidem.

Entretanto, a imprensa ligada ao Partido Comunista também assumia sua função na luta contra as forças conservadoras de Pernambuco ao denunciar a violência policial, um mote na história da luta de camponeses e trabalhadores rurais no Brasil. A luta foi dilatada para a Assembleia Legislativa a fim de tentar assegurar as liberdades públicas e a integridade dos participantes do Congresso, ao mesmo tempo em que apontava para a relação entre polícia e repressão aos movimentos populares. Denunciando inclusive o nome do chefe da operação policial.

Denunciadas as violências contra o Congresso Camponês de Pernambuco [...] O deputado popular Nelson Monteiro, ocupou a tribuna, ontem na Assembleia Legislativa, para denunciar os inomináveis atentados da polícia pernambucana, contra as liberdades públicas. Historiou o longo rosário de brutalidades da polícia do Sr. Barbosa Lima, chefiada pelo Sr. João Roma²³⁹.

Em nível internacional, o mundo estava dividido pela Guerra Fria²⁴⁰. E, no Brasil, alinhado aos interesses capitalistas, recebiam influência do FMI que, de certo modo, ditava os rumos da economia brasileira causando um desconforto em grupos nacionalistas, chamado por Skidmore de radicais²⁴¹.

Finalmente, os nacionalistas radicais culpavam o FMI e o Banco Mundial pelo papel que supostamente desempenhavam mantendo países em desenvolvimento como o Brasil, em permanente subordinação econômica. Era verdade que o Banco Mundial havia suspenso por discordar das políticas monetárias e fiscais mais rigorosas, coisa que o Brasil, com outros países em desenvolvimento, rejeitara como inadequada para sua economia. A questão é que o Brasil não podia obter ajuda dos seus credores sem submeter-se à estratégia ortodoxa do FMI²⁴².

O Congresso Camponês também seguiu o viés do combate às forças internacionais que regiam a economia mundial (FMI) e se posicionou abertamente contra estas forças, além de combater a Lei de Segurança nacional, uma das bases ideológicas que sustentavam a justificativa da repressão aos movimentos sociais e, de modo especial, aos trabalhadores rurais. Porque “além das teses de ordem econômica para os trabalhadores do campo, posições de lutas políticas contra o imperialismo, a lei de segurança e a guerra foram assumidas pelos

²³⁹ Folha do povo 12 de maio de 1950.

²⁴⁰ Sobre a Guerra Fria, ver: introdução desta dissertação.

²⁴¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 38.

²⁴² *Ibidem*.

congressistas”²⁴³.

A consciência da necessidade da luta efetiva contra o latifúndio ganhava cada vez mais a adesão dos trabalhadores rurais e camponeses²⁴⁴ organizados neste congresso. Porque a situação da distribuição da terra e a necessidade de uma reforma agrária se tornava a única saída para que o problema agrário fosse resolvido. Além disto, havia críticas ao sistema de espoliação do trabalhador rural, o barracão, o vale e os baixos salários. A Folha do Povo lançava mais uma vez seu apoio às causas operárias, e neste caso, aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários.

Este trecho que a *Folha do Povo* publicou certamente não soou de modo agradável aos ouvidos de setores que não admitiam qualquer mudança na estrutura social vigente porque as lutas desenvolvidas pelas “classes subordinadas”²⁴⁵ que estavam cada vez mais levando suas lutas para patamares cada vez mais amplos na conjuntura política brasileira, juntamente com os movimentos de esquerda.

...três questões básicas foram colocadas para a esquerda e para as classes trabalhadoras e a partir das quais desenvolveu-se todo o debate político do período. São elas: a democracia, o desenvolvimento econômico e as transformações sociais, unificados posteriormente sob o título de revolução brasileira. Na verdade, essas questões mantinham-se em pauta desde a redemocratização, em 1945, até o próprio avanço do desenvolvimento capitalista no País²⁴⁶.

O modelo baseado na grande propriedade garantia vantagens e privilégios seculares, separando quem detinha o capital e quem não o detinha. No entanto, a simples possibilidade de uma organização efetiva dos trabalhadores, seja através de congressos, ligas e sindicatos era uma ameaça a estes setores que eram sustentados em acordos sociais que poderiam se dissolver com a crescente organização dos trabalhadores rurais e urbanos e criar novas possibilidades onde esses grupos não teriam a hegemonia que preservaram por tanto tempo.

Aos congressistas que hoje vão se reunir em Palmares, não tem faltado o apoio da classe operária, da pequena burguesia e dos intelectuais democratas tão interessados

²⁴³ Folha do Povo 16 de fevereiro de 1950.

²⁴⁴ Sobre a discussão do termo camponês em VELHO, Otávio Guilherme A. C. “O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969)”. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth (Orgs.). *Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Unesp, 2009, p, 89.

²⁴⁵ Ver o termo em JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990, p, 113.

²⁴⁶ JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990, p, 115.

quantos os próprios camponeses, na solução dos angustiantes problemas que infelicitam as populações do interior do nosso estado²⁴⁷.

A união entre a pequena burguesia e a classe operária formava com os partidos políticos e outros setores de vanguarda uma frente ampla que pudesse realizar uma revolução nas estruturas do Brasil e implantar as reformas através de métodos democráticos rumo a construção de uma sociedade baseada em princípios mais igualitários. Portanto, convém afirmar que as alianças sociais encabeçadas pelos comunistas faziam parte de um planejamento rumo a uma sociedade comunista, que passava necessariamente pela organização da pequena burguesia.

Apesar de toda truculência exercida pelo aparelho de repressão do Estado, o Congresso Camponês obteve êxito e sua experiência se tornou um divisor de águas na história política de Palmares, cidade polo da Mata Sul pernambucana, conhecida popularmente como a “capital do açúcar”. Mas este ato não era isolado porque

os proprietários, através da Confederação Rural Brasileira, pressionavam o Ministério do Trabalho, no sentido de impedir qualquer iniciativa que possibilitasse estender os direitos trabalhistas já alcançados nos centros urbanos ao meio rural. A sindicalização rural, embora prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho, compatível com os termos da constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário²⁴⁸.

A “Folha do Povo”, no entanto, anunciava o seguinte:

²⁴⁷ Folha do Povo 16 de fevereiro de 1950.

²⁴⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 79.

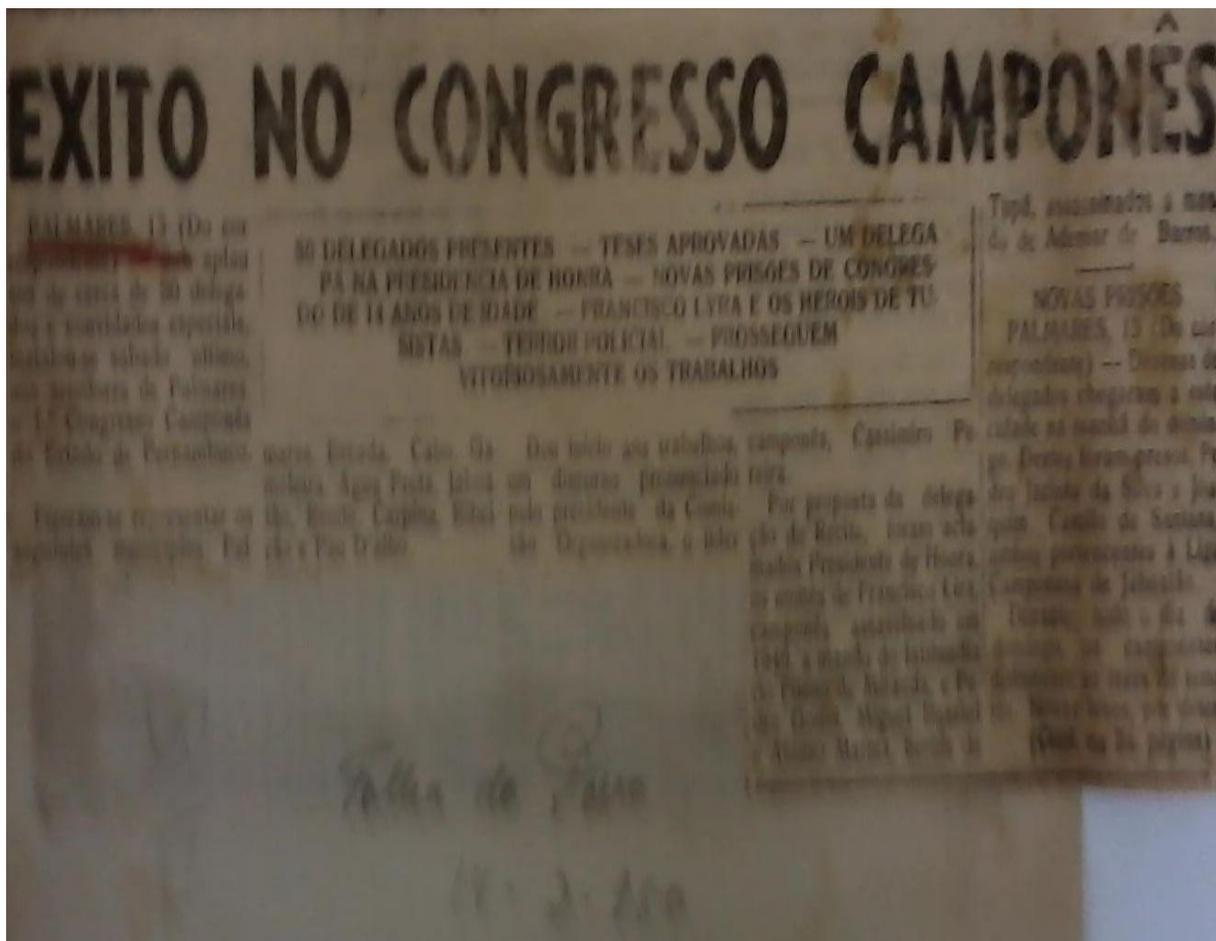


Ilustração 4. Fonte: Jornal a “Folha do Povo”.

Acima de qualquer coisa o Congresso Camponês realizado em Palmares foi um ato que mobilizou diversos setores da sociedade a favor e contra sua realização, o que foi contestada pelo jornal Folha da Manhã e atestado e confirmado pela Folha do Povo.

5. LIGA CAMPONESA

A Liga Camponesa da cidade da Água Preta estava integrada²⁴⁹, de certo modo, em uma série de organizações dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Sete anos depois do Congresso Camponês em Palmares, os trabalhadores rurais que moravam no Engenho Limão ficaram diante de um impasse a partir da tentativa de compra do engenho, de fogo morto, pois o proprietário não queria vendê-lo para os moradores daquele engenho, gerando um impasse entre as partes interessadas. Este embate passou por diversas instâncias desde a justiça comum, passando pela vara criminal e Câmara de Vereadores da Água Preta, mas nada havia sido resolvido, mesmo, sob forte pressão dos trabalhadores.

Segundo Paulo Menezes²⁵⁰, a Liga Camponesa em Água Preta²⁵¹, chegou a contar no fim da década de 50, com aproximadamente 2.600 associados. Situada na Mata Sul pernambucana, fazendo fronteira com Palmares. Ou melhor, na região canavieira²⁵² que começava a dar os primeiros sinais de uma organização de trabalhadores unida à Liga do engenho Galileia fundada poucos anos antes no município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco.

²⁴⁹ As Ligas Camponesas ainda tem a forma de simples agitação instintiva e vaga. O Deputado Francisco Julião deve ter suas diretrizes mas a população rural que ele arregimenta não percebe ainda o alcance desse movimento. É uma gente enteeda da justiça social, ignorante de toda a legislação trabalhista, que se concentrou no operariado urbano, com o peso de alimentar as cidades devoradas sem a participação de nenhum dos benefícios concedidos inicialmente, pelo saudoso Getúlio Vargas às camadas proletárias. Move-se, desse modo, apenas por uma necessidade tão aguda que obedece ao primeiro aceno de proteção. O trabalhador do campo nunca foi olhado e, assim, acode ao primeiro chamado a quem se diz portador de uma esperança. Sem controle, poderá essa onda alastrar-se e avolumar-se até tomar o caráter de rebelião infundindo o pânico entre os proprietários de terras e desorganizando as atividades rurais. BRASIL. *Senado Federal*. 961. Livro 5; página 43. Assunto Ligas Camponesas. Orador: Lima Teixeira (Pernambuco).

²⁵⁰ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo x Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983, p. 10.

²⁵¹ Ver os estudos de Dreifuss que diferencia as Ligas Camponesas fundadas pelo Partido Comunista entre 1945 e 1946 e esta que está ligada a Francisco Julião, recebeu este mesmo nome. Esta disposição está em relação a Liga Camponesa do Engenho Galileia ligada a Francisco Julião. No município de Palmares nós encontramos no ano de 1944 articulações do Partido Comunista. Estas duas correntes vão influenciar diretamente o modos vivendi do sindicato rural de Palmares. DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁵² A priori as cidades que se localizam entre o Agreste e o litoral poderiam ser definidas como Zona da Mata; entretanto, este trabalho utilizará a expressão região canavieira para dar mais ênfase ao caráter econômico, social, político e cultural desta região.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Município dos Palmares

Mapa 2. Centro de Palmares e localização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Zé Eduardo, líder da Liga da Água Preta e primeiro dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares comentou em entrevista concedida a Paulo Menezes falou da grande aceitação à nova proposta apresentada aos trabalhadores rurais o que causou muita curiosidade no distrito de Xexéu, pertencente à Água Preta.

A aceitação do movimento crescia de modo admirável. Na região já não se podia mais reunir com o pessoal às escondidas, dado o número de gente. Arranjamos um local em Xexéu, município de Água Preta, para se fazer as reuniões abertamente. Nisso a repressão cresceu mais ainda²⁵³.

A repressão, como aconteceu em Galileia e no Congresso Camponês em Palmares, também não deixou o incipiente movimento dos trabalhadores do engenho Limão ileso, mas foi intensa. Um exemplo disso foi o assassinato o trabalhador rural Antônio Manoel quando

²⁵³ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo x Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983, p. 28.

estava chupando cana²⁵⁴. Aparentemente um crime passional, mas o crime tinha como objetivo evitar que mais trabalhadores pudessem amenizar sua fome chupando a cana-de-açúcar.

Quando se estudam as condições de alimentação dessa área, o que logo surpreende o investigador é o contraste marcante entre as aparentes possibilidades geográficas e a extrema exigüidade dos recursos alimentares da região. Que a região amazônica seja uma região de fome justifica-se até certo ponto, pela luta desigual entre o homem desarmado e as forças extremamente agressivas do meio geográfico pobre em recursos alimentares. A fome na Amazônia decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos. Já no Nordeste o fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares²⁵⁵.

Também foi assassinado em Limão José Adelino com trinta e dois tiros, o primeiro dirigente da Liga do Engenho Limão que estava ameaçado de morte pelos capangas do proprietário e pela polícia local não conseguiu se desvencilhar dos seus algozes. No sepultamento houve uma tentativa da polícia de dispersar a multidão que se encontrava para o sepultamento e Zé Eduardo fez um discurso improvisado denunciando os assassinos de José Adelino, ao mesmo tempo em que apontava para o pacto entre o Estado e os grandes proprietários de terra.

Estão vendo que tipo de polícia nós temos? Garante os assassinos que matam trabalhadores, pois os culpados pela morte de José Adelino, todos sabem quem são e, a essa altura estão sem ser incomodados nem num fio de cabelo. Enquanto isso, essa mesma polícia persegue os trabalhadores e impede a gente de ir pro enterro de nosso amigo. Sabem por que ela faz isso? É porque agente é pobre, não tem dinheiro. Vejam se os ricos são perseguidos²⁵⁶?

É importante salientar que a repressão acontecia de duas maneiras: a primeira com capangas do proprietário; A segunda, pelo braço armado do Estado, pois a polícia agia em nome dos interesses do capital. Em Vitória de Santo Antão, logo após a desapropriação do Engenho Galiléia, os trabalhadores rurais foram impedidos pela polícia militar de comemorar

²⁵⁴ Idem. p. 20.

²⁵⁵ CASTRO, Josué. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Anatares, 1984, p. 114. Ver ainda ANDRADE, Manuel Correia de. "As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963)". WANDERLEY, Maria de Nazareth (Orgs.). *Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Unesp, 2009, p.74; CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 68.

²⁵⁶ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo x Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983, p. 26.

nas ruas²⁵⁷.

Alarico Bezerra, que em outros tempos foi homem de confiança na Secretaria de Segurança do Estado, é uma espécie de latifundiário de literatura de Cordel. Fez, contra a aplicação no campo da Legislação trabalhista, lock-out rural. Fechou o engenho para que os camponeses partam sem pagar nem indenização e todos os esforços da Assessoria Sindical do Governo Arraes não conseguiram ainda dobrar este velho agarrado a uma civilização da chibata²⁵⁸.

Mas, os problemas não se resumiam a repressão porque além dos agentes externos que procuravam impedir que a Liga da Água Preta fosse consolidada, havia também problemas estruturais, como a falta de experiência em continuar a luta e a dificuldade de organização por conta da baixa escolaridade e a ausência de assessores que pudessem minimizar este problema²⁵⁹.

A necessidade de se organizar para assim reivindicar os direitos com mais firmeza era objetivo primeiro do grupo Frisava Zé Eduardo, dando ênfase a sua palavra: “Mas a turma era composta de gente rude e semianalfabeta. Tínhamos dificuldade de dar nome a um cargo, em dividir uma diretoria. Entretanto, sabíamos uma coisa, da necessidade de nos organizarmos. E fizemos. Em 1957, eu juntamente com os camponeses Amaro Nascimento Torres, Francisco Braz da Silva, Manoel Eduardo, João Atanásio, Manoel José da Silva, Manoel Valentin e outros, fundamos em Água Preta, a segunda Liga Camponesa do Estado de Pernambuco. Essa Liga Camponesa cresceu tanto que atingiu, aproximadamente, dois mil e seiscentos sócios. Como elas reivindicavam mais terra para quem nela plantava, atingiu mais os meeiros, foreiros e os que pagavam cambão. Os trabalhadores solicitavam melhoria salarial, décimo terceiro salário, férias, repouso remunerado. Muito embora as ligas tenham comprado brigas de trabalhadores, esse não era seu objetivo principal²⁶⁰.

O próprio José Eduardo escapou da morte por pouco, mas a recém-criada Liga de Água Preta, já representava uma ameaça para os latifundiários da região.

Com a atuação das ligas na região o pavor pelos movimentos se criou entre os proprietários de terra. Mas nós ganhávamos terreno a toda prova. Os dirigentes das ligas passaram a ser odiados e perseguidos. Eu dei sorte, pois fui condenado à morte

²⁵⁷ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 65.

²⁵⁸ Idem, p. 67.

²⁵⁹ O núcleo político e ideológico das Ligas era o seu Conselho Deliberativo (Conselho Regional), composto por treze membros, que podiam ser sócios efetivo, beneméritos ou honorários. Em regra geral, esse conselho regional, era formado por parlamentares, profissionais liberais, intelectuais e estudantes, além dos líderes camponeses de maior projeção. Em Pernambuco, os seus membros eram vinculados ao Partido Comunista Brasileiro e ao Partido Trabalhista, tendo como presidente de honra Francisco Julião, e a eles cabiam as definições táticas e estratégicas da ação política das Ligas. Em contrapartida, as Delegacias eram compostas exclusivamente por camponeses e dirigidas localmente por uma diretoria e pela Assembleia dos sócios. AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 75 - 76.

²⁶⁰ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo x Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983, p. 28.

por alguns dos proprietários, mas seus capangas mataram outro no meu lugar. O coitado do José Cassiano da Silva, mais conhecido por “Pacinha” foi morto com um tiro na garganta e outro nas costas. Ele não tinha nada a ver com a briga. Vivia no engenho Limão, onde morreu, pacato sem nunca aceitar participar do movimento²⁶¹.

A Liga Camponesa da Água Preta não foi, de maneira nenhuma um fato isolado, fechado em si mesmo, mas procurou integrar-se na luta a favor de outra Liga, a Liga de Galileia, superando suas limitações internas e procurando se integrar em lutas cada vez mais amplas. Os trabalhadores desta liga se reuniram com os trabalhadores de diversas partes de Pernambuco para pressionar a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para a desapropriação do Engenho Galileia em favor dos seus moradores. E a causa foi ganha, mas sua consequência foi de intensificação da vigilância das autoridades e dos senhores de terra em Pernambuco.

5.1. Solidariedade entre a Mata Sul e o Engenho Galiléia

Estes mesmos trabalhadores solidarizavam-se entre si. Sendo frutos de uma política que os deixava de fora da participação, mas agora se encontravam na vanguarda da política pernambucana ao realizarem atos que os tornavam agentes de transformação da paisagem e não mais um elemento desta mesma paisagem. Rompendo assim com a “exclusão do campesinato”²⁶² que apresentava contornos seculares.

A partir do relato de Zé Eduardo, percebe-se que as caravanas de trabalhadores rurais eram formadas por municípios da Mata Norte e Sul, o que representaria uma certa proliferação das Ligas no Estado, sem contar com as do Agreste e Sertão do Estado. Mesmo assim já era um passo significativo nas lutas no campo em Pernambuco.

E todos nós formamos caravanas de caminhões rumo ao Recife. Era impressionante o número de camponeses na Assembleia Legislativa. Cerca de vinte caminhões entupidos de gente pararam o trânsito. Mais parecia as procissões de Juazeiro em devoção ao Padre Cícero. Levamos farinha, banana, pão, rapadura, água e outras comidas porque pretendíamos só retornar depois do resultado final. Estive

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² AZEVEDO, Antônio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.37. Ainda sobre o tema da exclusão das populações rurais da participação política ver em FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano, vol. 10: Sociedade Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p, 147.

perguntando a uns “De onde você é” - “de Vitória de Santo Antão”, a outros - “de Escada”, “de Quipapá”, “de Palmares”, até então mesmo do Grande Recife foram pessoas sensíveis e simpatizantes à causa para nos ajudar. Invadimos a Assembleia e todos ficaram espantados com aquilo tudo. Nunca se viu tanto camponês no Recife. Nosso primeiro objetivo estava alcançado, que era impressionar os deputados²⁶³.

A sessão como era de se esperar foi marcada pela pressão dos trabalhadores que nunca haviam participado da política partidária, mas agora estavam lidando diretamente com os deputados na Assembleia Legislativa do Estado, diretamente, uma vez que o diálogo era mediado por gritos de louvor e vaias aos que discursavam na tribuna²⁶⁴.

A sessão começou às dez horas do dia, num clima de muita confusão. A discussão foi cerrada, porque tinha grande parte dos deputados, também proprietários de terras, como era o caso de Elias Líbano, possuidor de latifúndio em Agrestina. Por isso eles não queriam jamais a desapropriação. Era um precedente perigoso para eles, pois não queriam ver no futuro, suas terras devolutas sendo também desapropriadas e vendidas aos trabalhadores. Os deputados em seus discursos diziam que os donos de “Galileia” gastaram muito dinheiro nas melhorias da propriedade. E que isso era absurdo. Nós respondíamos: Vocês não gastaram nada. Nós fizemos tudo. Ali vocês só tem a terra. Toda benfeitoria foi produto do nosso trabalho. Não queremos a terra de graça. É só dizer quanto é que a gente paga²⁶⁵.

O debate em tom bastante exaltado acontecia em torno da contribuição que o trabalhador dava a propriedade rural, há indícios de uma consciência de classe porque ficou clara a distinção entre aqueles que produzem e os patrões, que exigiam uma indenização pela desapropriação da propriedade. Havia neste embate, dois pontos de vista: patrões de um lado e trabalhadores do outro.

Foi uma loucura. Gritos, protestos, xingamento durante o dia todo. Ninguém comeu nada até as quatro horas da tarde, quando a sessão foi suspensa. Nós não queríamos sair de lá. Só saímos porque fomos informados que a sessão iria recomeçar no

²⁶³ MENEZES, op. cit, p, 29.

²⁶⁴ Os anos entre 60 e 62 marcariam exatamente, a entrada do campesinato na cena política e registrariam a sua presença, cada vez mais constante, nas grandes cidades. Nesse momento as Ligas e o movimento camponês são indissociáveis e aparecem politicamente de forma integrada e sob único comando. Os poucos sindicatos rurais ainda não tinham existência legal nem penetração na massa trabalhadora e apenas estavam começando a se organizar, inclusive por intermédio das Ligas Camponesas que atuavam na área canavieira, na Zona da Mata. As Ligas, no entanto, já tinham acumulado forças suficientes para organizar e arregimentar o campesinato, não só em função das suas lutas específicas, mas, também, para manifestações de caráter político, até mesmo no sentido partidário-eleitoral, como evidencia o deslocamento de 5.000 camponeses até o Recife para participarem de um comício de apoio às candidaturas Lott e Jango, em setembro de 1960. AZEVEDO, Fenando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p, 98.

²⁶⁵ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo x Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983. p, 29.

mesmo dia²⁶⁶.

Diante da pressão realizada pelos trabalhadores rurais, Cid Sampaio aproveitou a ocasião para levar vantagem diante daquela situação, dando a entender aos presentes que se colocava a disposição para a resolução do problema, pediu que os trabalhadores voltassem Assembleia Estadual. E ao mesmo tempo se prontificou a sancionar a lei.

Tenho pena de vocês, pobres trabalhadores, que vivem passando fome. O governo faz de tudo para resolver esta situação. Muito embora a maioria dos políticos esteja jogando contra o governo. Mas o governo sabe como rebater isto. Voltem à Assembleia e exijam daquelas raposas, que esvaziaram os cofres do Estado, que aprovelem o projeto e hoje mesmo eu sanciono a lei²⁶⁷.

Com as palavras do governador do Estado, os trabalhadores voltaram para a Assembleia a fim para alcançar a desapropriação²⁶⁸. Como consequência para a Liga da Água Preta, houve um endurecimento da reação dos senhores de engenho que fizeram verdadeiras caravanas para pressionar o governador a não repetir novas medidas similares à desapropriação em Galileia a fim de não influenciar novas desapropriações.

A desapropriação do Engenho Galileia provocou espanto em todo Estado. O próprio Cid Sampaio, ao ser abordado por comitivas de senhores de Engenho sobre seu ato, declarou que não mais faria outra coisa dessa. Daí porque os proprietários do Engenho Limão resistiram tanto, conta Zé Eduardo. A partir da desapropriação do Engenho Galileia, as Ligas expandiram-se por todo Estado de Pernambuco, chegando a ter, em 1961, 10.000 associados, e no mínimo, 40 sedes municipais. As mais fortes e atuantes eram as de Igarassu, Jaboatão, Cabo, Vitória, Escada, Bom Jardim, Água Preta, Pesqueira, São Bento do Una e Goiana, todas elas localizadas na Zona da Mata ou na região do Agreste. As Ligas também iriam se estender por vários estados do Nordeste e outras regiões do país, tornando-se particularmente

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ Voltamos com a passeata e invadimos novamente a Assembleia gritando: - É hoje. Tem que ser hoje. Eles responderam: - Hoje não é possível. É possível sim. Só sairemos daqui depois de aprovado o projeto. O deputado Antônio Alves, presidente da Assembleia, reabriu a sessão e colocou em votação o projeto. Fulano de tal? Não. Fernando Paraíso? Não. Você é um peste seu desgraçado. A cada “não” a gente xingava. A cada “sim” batia-se palma e gritava. Amanir Sampaio? Não. Você é irmão de Cid Sampaio para não prestar? Eram os poderes do Leão do Norte que estavam sendo testados. A briga feia, de um lado os representantes do povo tentando legislar com cabeça fria, em ar condicionado e sucos gelados; e do outro lado a multidão de camponeses a impressionar, a gritar, a exigir, tentando provocar a aprovação do projeto que lhe beneficiaria. Eles pareciam ter encontrado uma arena propícia. O grande Recife tremeu nas estruturas diante de tal levante. O comércio hesitou em abrir as portas. A polícia na Assembleia suava e se abanava de tanto calor do povo. A catinga de suor do camponês parecia incomodar o plenário. Já tarde da noite, onze horas aproximadamente, todo mundo cansado, uns companheiros já esmorecidos de fome e fadiga, os deputados, que também não cearam, não tomaram nenhum suco, já não aguentavam mais. Não tiveram outro meio senão aprovar o projeto. Idem. p. 30.

fortes nos estados da Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás²⁶⁹.

Houve grande difusão das Ligas Camponesas, apesar da repressão e das ações contra qualquer tipo de desapropriação de terras no Estado de Pernambuco. Há uma relação entre movimentos ligados a setores marginais do campo e a vigilância e a repressão estatal completam o mosaico em que os trabalhadores rurais, pequenos proprietários e partidos de esquerda se movimentam, nas brechas que o sistema permitia ou não possuía a força necessária para exterminar.

²⁶⁹ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 73.

6. VIGILÂNCIA ESTATAL

A vigilância do Estado procurava monitorar tudo o que fosse considerado como subversivo. A Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco vigiava cada movimentação do Partido Comunista, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou qualquer setor da sociedade que inspirasse cuidados. A vigilância era tão intensa que nem as freiras ficaram imunes à investigação policial²⁷⁰.

A rede de informação era eficiente e muitas vezes o sistema de telégrafo existente em Palmares, graças à presença da Great Western (Great Western of Brazil Railway Company Limited), tornava o contato bem mais rápido. Tudo o que o Partido Comunista realizasse de maneira mais expressiva era registrado pelo investigador do DOPS.

Telegramas recebidos, Cópia telegramas. Palmares– PE – 474-8Dt13 - 12-46. Est. Exmo. Sr. Major Secretário Segurança. Pública – Recife. Comunico que partido comunista realizou nesta cidade comício propaganda eleitoral e ocorrendo tudo em perfeita ordem pt. Tenente Leônidas. Delegado Regional²⁷¹.

O telégrafo era um fator que agilizava a ação de investigação e de reação da polícia. Porque o detetive relata o acontecido aos seus superiores enquanto espera por instruções. A repressão se utilizava desses meios, o que a tornava ainda mais eficiente.

Palmares, 22 de Janeiro de 1947 (Domingos Benedito de Melo: investigador). Presos no município do Cabo: Elísio Pereira de Barros, Odilon Ramos, João Dantas e Nilo de Tal. Aviso-lhe também que permaneceu nesta cidade o deputado Amaro de Oliveira, hospedado no hotel Caxias a quem observei de longe, tendo o mesmo falado com vários outros comunistas, regressando ao Recife pelo trem do horário – SM-2, das 5,15 horas da manhã, desta cidade²⁷².

A investigação era sutil de tal maneira que quando alguém ia preso ficava surpreso com a quantidade de informação que possuíam da pessoa investigada. Um exemplo disto, na cidade de Palmares foi Amauri, membro do Partido Comunista em 1964 e simpatizante do professor Brivaldo Leão, a quem acompanhava na zona rural de Palmares para mobilizar os

²⁷⁰ Prontuário Funcional. DOPS. Pasta Colégio de Nossa Senhora de Lourdes Palmares, PE.

²⁷¹ DOPS. Prontuário Funcional. Pasta Palmares.

²⁷² Ibidem.

trabalhadores rurais. Este relatou que quando foi preso, ficou impressionado porque os agentes da polícia sabiam de um Fusca que ele havia vendido e nem se lembrava mais, entretanto a repressão sabia até do valor da negociação²⁷³.

O Diário de Pernambuco lançou uma nota em sua coluna “flashes do interior” que causou certo desconforto na polícia militar, porque dava a entender que as reuniões dos comunistas em Palmares aconteciam sem nenhum tipo de coação ou vigilância. A corporação se sentiu ofendida pela matéria e foi necessária uma intervenção do gabinete do governador para que o autor da reportagem não fosse parar na cadeia.

Assunto: Intimação de jornalista que afirmou em flashes do interior que havia reuniões do partido comunista na cidade de Palmares. Delegado: capitão Inácio Sabino da Silva (delegado especial). Inquiridos: Alfredo Farias e seu irmão Israel de Moura Farias. “Ao se referir à reuniões normais de comunistas no Bairro do Matadouro, o jornalista Alfredo Farias ingressa com maior afinco no inverossímil caminho da mentira. Em Palmares há esses rumores, pois se assim fosse, já esta delegacia teria tomado providências cabíveis, como já o fez em outras ocasiões²⁷⁴.”

A investigação dos agentes de inteligência de segurança como a polícia militar e órgãos afins não se configurou como uma etapa isolada e desconexa da história dos trabalhadores rurais em Palmares, mas uma constante, identificada por esta pesquisa como algo perene e sistemático a tal ponto que, desde as primeiras manifestações dos trabalhadores no Engenho Limão até as prisões, torturas, cassações de mandatos do executivo e legislativo são acompanhadas pela vigilância e, no momento oportuno, minimizadas ou neutralizadas.

²⁷³ Entrevista concedida por Amauri Cavalcante Caminha. Palmares, 07 de dezembro de 2010.

²⁷⁴ DOPS. Prontuário Funcional. Pasta Palmares.

7. GANHOS TRABALHISTAS

Os ganhos trabalhistas foram, neste período, resultado de muitas lutas por parte dos trabalhadores rurais e pequenos produtores em Pernambuco. Foi necessária uma ação de grande amplitude através de greves, fortalecimento de partidos de esquerda para obter vitórias nas urnas. Sobre as eleições, foi realizado um esforço no sentido de alfabetizar as classes trabalhadoras para poder transformar em eleitores seu contingente significativo de membros.

Com a intensificação das lutas, porém muitos proprietários agiam diretamente em defesa de seus interesses usando da violência, que sempre lhes parecera natural, ameaçando, expulsando e assassinando trabalhadores rurais. Foram em muitos, no Nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba, como o assassinato, neste Estado, de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé²⁷⁵.

Gregório Bezerra apontava o crescimento do número de pessoas filiadas ao sindicato rural diretamente ligado as vitórias alcançadas durante aquele período²⁷⁶. Ao mesmo tempo, Gregório tinha consciência de que os latifundiários eram contrários a sindicalização, pois entendiam que ela traria empecilhos para a manutenção da exploração e da espoliação dos camponeses.

²⁷⁵ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife: UFPE e Oito de Março, 200, p. 24.

²⁷⁶ Lentamente o nível de vida dos trabalhadores começou a melhorar; começaram a comer mais e melhor. Passaram a poder vestir melhor. Alguns substituíram suas camas de vara por camas de madeiras com colchões. Compravam mesas de cadeiras, até filtros para água. Multiplicam-se no meio deles, os rádios transmissores. Os mais jovens compravam bicicletas. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Segunda Parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 17.

7.1“Imbruia. Eu agora tenho dinheiro pra comprá carne”: O Partido Comunista e as vitórias parciais de sessenta²⁷⁷

O impacto causado pelo aumento dos salários, segundo Gregório Bezerra foi muito grande. Em suas memórias ele comparava o comércio de Palmares a um formigueiro. Esta região canavieira que possuía milhares de pessoas sob o jugo do barracão podia experimentar o que de fato significava ser consumidor de bens e serviços que o comércio de Palmares oferecia.

O movimento grevista conseguiu que os patrões pagassem o salário mínimo para os trabalhadores rurais. Estes entraram pela primeira vez na história desta região para o patamar de consumidor de bens e de serviços oferecidos fora da propriedade rural. O formigueiro do qual falou Gregório Bezerra foi uma consequência desta nova fase a qual passaram a ter aqueles trabalhadores rurais. Eram tempos de fartura e as famílias do campo começavam a ter uma alimentação mais diversificada, pois poderiam ir a feira e ter mais opção de compra e dinheiro o suficiente para poder comprar.

Certo dia na feira, eu estava conversando com o secretário do sindicato de Palmares, já à porta de um açougue. Entrou um camponês, olhou as peças de carne penduradas pelos ganchos, agradou-se de uma delas e disse ao açougueiro: - Se moço, quanto

²⁷⁷ A cidade de Palmares abatia, antes do governo Arraes, dois bois por feira, durante o governo Arraes, ela passou a abater seis. Vendia-se no comércio local, por feira... o referencial é a feira, porque é a grande concentração da região. O comercio vendai três camas patentes e passou a vender quinze camas; e por aí vai. Quer dizer, é um mecanismo simples: as pessoas passaram a ter renda e automaticamente a gerar renda, viabilizando outras atividades. O povo era muito ordeiro... Um episódio, aqui e acolá não serve para caracterizar a desordem. Havia desordem, mas sem a menor significação estatística. Esse lado econômico é muito mais elucidativo, muito expressivo... Os grandes capitalistas do Estado de Pernambuco faturaram mais, a produção de açúcar foi maior, o Estado Arrecadou mais.. Havia um processo de alfabetização veiculado pelo Movimento de cultura Popular, havia um sistema de extencionismo rural não assistencialista de saúde, eram médicos, estudantes de medicina engajados nos processos, que iam para o interior orientar as populações sobre medidas elementares de saúde e assepsia... Ao lado disso, a Delegacia Assistente, que era uma gota d'água integrada a Secretaria do Estado, simplesmente sentava à mesa de negociação com os patrões e com os trabalhadores. Ninguém perdeu com isso, ao contrário, todos ganharam. Entrevista realizada com Dr. Antônio Falcão pela pesquisadora: Elaine Moury Fernandes na cidade do Recife, 09 de novembro de 1983. Fundação Joaquim Nabuco: CEHIBRA.

custa esse “taco” de carne? - Qual deles? O camponês apontou com o queixo: - Esse que ta pendurado junto da venta de vosmecê. O açougueiro olhou, admirado, para o camponês e disse: - Quer um quilo e meio? - Seu moço, to mandando o sinhô pesá o taco todo! O açougueiro estava abismado. Pesou. - Três quilos e setecentos gramas. Leva? – Imbruia. Eu agora tenho dinheiro, tenho dinheiro pra compra carne, feijão, Arroz, macarrão e inté uma garrafa de vinho pra tomar uma sangria com a muié e os minino. Assim dizendo, meteu a mão no bolso e de lá tirou um maço de notas de mil cruzeiros antigos, pagou ao açougueiro e continuou a explicação: - Eu agora vejo carne, tenho vontade de comê, compro e como com minha famia. Antigamente eu via, juntava água na boca, vontade de comer ela, cadê dinheiro pra comprá? Agora ta tudo desmudado. Meu fio mais piqueno já pode bebê um leite de gado quando aparece de venda e, quando não chega a muié dá leite de lata. Nós inté já combino de compra uma cabrinha de leite prá móde os bichinho tomá leite todos os dias da sumana. Quem quer isso é o nosso sindicato, pai Araia e a lei dos comunista, qui ta chegando para nós tudinho. Qui Deus apresse ela! Eu i a muié já tamu nela e, quando os minino tomá tamanho, também vai tudinho pra ela, qui é a lei do povo trabaidô²⁷⁸.

Neste relato havia ainda uma postura política que se estendeu pelas praças e ruas de Palmares no que se referia à importância do partido comunista e de Miguel Arraes. De fato havia se rompido o bloqueio que tornava a vida do morador de engenho isolado. E, conseqüentemente, mais difícil de controlar. Havia uma compreensão muito clara, para os trabalhadores, entre a permanência de Arraes no governo e a ação do Partido Comunista no campo com as vitórias obtidas no ano de 1963.

Em março de 1963, já tínhamos conseguido fazer com que o salário mínimo de 450 cruzeiros estivesse sendo pago em 97% da zona açucareira do estado de Pernambuco e, em fins de abril, essa situação pode ser consolidada. O patronato rural capitulou diante da lei e da unidade da massa camponesa sindicalizada²⁷⁹.

Gregório Bezerra conseguiu vislumbrar os ganhos obtidos graças ao movimento orquestrado pelo Partido Comunista e materializado por ele, que era de origem camponesa e sabia como ninguém fazer com que o homem do campo se reconhecesse como gente²⁸⁰. A questão do salário ao lado das propostas de organização das massas campesinas para a

²⁷⁸ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p, 518.

²⁷⁹ Idem, p, 516.

²⁸⁰ Expressão muito utilizada por Manoel Carvalho ao se referir a contribuição de Gregório Bezerra junto aos trabalhadores de Palmares. Entrevista com Manoel Antônio da Silva. Palmares 15 de setembro de 2010.

obtenção dos direitos trabalhistas, a reforma agrária apresentava-se como uma das principais reivindicações dos trabalhadores rurais.

A luta que travávamos no campo não objetivava somente a sindicalização, mas incluía salário mínimo, reformas de base (principalmente a reforma agrária radical), aplicação da legislação trabalhista na zona rural e outras reivindicações imediatas que sempre tinham prioridade, tais como salário igual para trabalho igual, pagamento em dinheiro, abolição do vale do barracão, jornada de trabalho de oito horas, pagamento de horas extras, assistência médica, hospitalar e dentária (pois, para esse fim, era descontada uma taxa na folha de pagamento do trabalhador sem que esse usufrísse de tais benefícios), aviso-prévio no caso de despejo, indenização por tempo de serviço prestado ao patrão, pagamento na boca do cofre pelas benfeitorias realizadas pelo trabalhador e por seus familiares nas propriedades patronal²⁸¹.

A Greve “que deixou marcado o movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco, realizou-se em novembro de 1963 e terminou com o acordo do campo, celebrado entre as partes e mediado pelo governador Miguel Arraes”²⁸². O resultado desta demonstração de força viria com a aprovação da tabela que regulou as relações de trabalho no campo a partir de então.

Quando o movimento grevista eclodiu, todos se surpreenderam com a sua extensão: 200 mil trabalhadores rurais paralisaram toda a região açucareira do Estado de Pernambuco. Escolhemos um bom momento para a greve: era a época da moagem, os canaviais estavam cheios de cana cortada, secando no pilhado, sem transporte. Se a greve durasse, a secaria e os usineiros teriam um grande prejuízo... A greve durou quatro dias. Foi a maior greve feita pelo campesinato brasileiro ao longo de sua dolorosa história... As massas trabalhadoras agrícolas estavam radiantes com a conquista do salário mínimo, do repouso semanal, das férias remuneradas e do respeito aos dias santos e dos feriados nacionais. O mais importante foi a compreensão que tiveram de que não deveriam parar naquilo já que tinham conquistado, que deveriam prosseguir com mais empenho²⁸³...

O acordo do campo fora elaborado, mas era preciso que fosse garantido e expandido para o interior do Estado, para isto foram previstas delegacias sindicais em cada engenho que

²⁸¹ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 514.

²⁸² ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora da UFPE, 2005, p. 60.

²⁸³ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 516.

facilitariam seu cumprimento. Também seria garantida uma melhor qualidade de vida. Socorro Abreu afirma que

Um grande passo foi dado ao se estabelecer que, em cada engenho, haveria um delegado sindical eleito por dois anos, criando-se, assim, oficialmente o cumprimento da legislação. Existia, ainda, a proposta de formação de uma comissão para promover a interiorização da Previdência Social, da Assistência Médica e da Assistência Escolar. A tabela de Tarefas já firmada anteriormente foi mantida, e ainda havia cláusulas relativas ao pagamento do 13º salário, bem como dos dias parados²⁸⁴.

O próprio Gregório Bezerra diversas vezes qualifica esta relação anterior a utilização da tabela como algo odioso ou adjetivos afins. Entretanto, vale dizer que estes ganhos não foram totalmente consolidados porque veio o golpe militar que barrou estes pequenos avanços obtidos com muitos sacrifícios, além da inflação também diminuir o poder de compra dos novos salários alcançados com a greve.

Foram alcançadas conquistas importantes. Estabeleceu-se uma tabela reguladora das tarefas correspondentes a jornada de trabalho de oito horas, regulando tanto o corte de cana como a capinagem, o plantio e a roçagem das matas (sem tolher a possibilidade do trabalhador de escolher entre ser diarista ou tarefeiro)²⁸⁵.

O Partido Comunista com sua base parlamentar pressionava para realizar as reformas de base que eram necessárias para haver uma mudança, não só no quadro econômico, mas, sobretudo, no social.

[...] O Partido Comunista do Brasil, no seu programa mínimo de União Nacional, programa que seus deputados e senadores defenderão na próxima Assembleia Constituinte, diz que as terras úteis junto às grandes cidades ou centros de consumo e vias de comunicação já existentes, se continuarem abandonadas, devem passar para às mãos do Estado para serem entregues, às grandes massas camponesas²⁸⁶.

Em Pernambuco, boa parte das ações sindicais e dos ganhos eram resultado das ações que eram executadas entre o PCB e o governo Arraes. O governador havia sido eleito a fim de poder realizar os anseios das classes trabalhadoras de Pernambuco e seus aliados estavam,

²⁸⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora da UFPE, 2005, p. 61.

²⁸⁵ BEZERRA, op. cit, p. 517.

²⁸⁶ VINHAS, Moisés. *O Partido: A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 115.

em sua maioria, em consonância com os interesses que foram despertados pelas organizações dos trabalhadores rurais. Arraes sancionou uma lei que havia sido posta de lado para não ir de encontro com os interesses dos proprietários.

...O governador Miguel Arraes poderá a qualquer momento dar início a uma verdadeira reforma agrária no Estado, contando já, para isso com uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa que autoriza ao poder Executivo a adquirir terras contíguas e paralelas as estradas pavimentadas inicialmente numa largura de 500 metros para cada lado. O projeto de autoria do ex-deputado Luiz Portela de Carvalho foi transformado na lei nº 2.592 em 16 de novembro de 1956, estando atualmente em plena vigência, pois não existe lei ou decreto posterior, revogando suas disposições. O general Cordeiro de Farias, então governador do Estado, não querendo incompatibilizar-se com os proprietários de terras não sancionou e nem vetou a lei, que ficou praticamente esquecida, durante mais de sete anos, surgido governador Miguel Arraes, disposto a fazer cumprir suas determinações²⁸⁷.

A proposta de reforma agrária era contrária aos proprietários de terra, a tal ponto que influenciou diretamente no arquivamento desta lei, que Miguel Arraes sancionou posteriormente. Um fator a ser considerado é Luiz Portela, filiado ao PTB e ao mesmo tempo, aliado ao Partido Comunista de Palmares, ser o autor da lei. E, assim se configura como uma das forças que lutou para a efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais, chegando a vender parte de suas terras para distribuir entre estes²⁸⁸.

A lei procura garantir, além do acesso a terra, suporte técnico necessário para que o empreendimento seja realizado e autossustentável. Outro aspecto importante é a criação de instrumentos legais que impeçam que a propriedade seja transformada novamente em latifúndio.

No que se refere à compra de terras, ela será vendida a preço de custo, com exceção das terras destinadas ao cultivo da cana, ou seja, um claro incentivo à produção de gêneros alimentícios em uma região agrícola, mas que tem na fome seu “mote” e seu “refrão”.

E a seguinte, na íntegra, a lei 2.592: Assembleia Legislativa do Estado” Faço saber que o poder Legislativo decreta eu promulgo a seguinte lei: Art.1 Fica o chefe do poder Executivo autorizado a adquirir terras contíguas e paralelas às estradas pavimentadas da Zona da Mata, inicialmente numa largura de 500 metros para cada lado nos termos do Decreto Lei 3365, de julho de 1941, caso não seja possível efetuar a transação amigavelmente. Parágrafo Único: No critério adotado para a aquisição das referidas terras, dar-se-á preferência: a) Terras pertencentes a grandes proprietários; b) terras férteis; c) áreas que não estejam cultivadas com as lavouras

²⁸⁷ PALMARES, *Câmara Municipal de Vereadores*. Ata de 6 de Março de 1964, p, 114.

²⁸⁸ Entrevista com Amauri Cavalcante Caminha.

referidas nesta lei. Art.2º As terras a que se refere esta presente lei serão revendidas a pequenos colonos agricultores de lavoura alimentares, exceto cana-de-açúcar pelo preço de custo a prazo e a vista, até 5 anos, com entrada inicial de 20% do total, em lotes de 3 a 5 hectares. Parágrafo Único. Não será permitida a alienação do contrato no prazo de cinco anos. Art. 3º A Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio através da diretoria de Produção Vegetal, será o órgão responsável pela execução da presente lei e estabelecerá um plano de assistência técnica completa e gratuita baixando o regulamento necessário à via de execução desta lei no prazo de 30 (trinta) dias depois da sua vigência²⁸⁹.

Foi criado um fundo governamental, a fim de adquirir terras e vendê-las a preço de custo. Esse fundo poderia dar mais possibilidades de compra para quem era de baixa renda.

Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária de cada ano será considerada a verba suficiente para a execução do plano de assistência de que trata esta lei sem prejuízo do critério que atualmente vem sendo adotado nos setores da atividade da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Art. 4º – Não serão adquiridas as terras que estejam cultivadas para o fim previsto nesta lei, ficando o proprietário, entretanto, sujeito às normas do plano pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio inclusive com os direitos aos benefícios de assistência técnica completa e gratuita na área em que se cultivarem lavouras destinadas ao abastecimento da população. Art. 5 – A proporção que for sendo feito o reconhecimento de importâncias decorrentes da aquisição de terras, serão as mesmas escrituradas em Conta de depósito para ulterior aplicação em compras de novas terras com as mesmas finalidades determinadas por esta lei, ficando (ilegível) e não podendo em nenhuma hipótese serem utilizadas para outro fim. Art.6 – Para fazer face as despesas desta Lei, será cobrada uma taxa de 0,2% (dois décimos) sobre Vendas e Consignação que terá a denominação de Fundo Agrícola. Art.7 – A presente Lei entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogando as disposições em contrário. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 16 de novembro de 1956²⁹⁰.

A lei sancionada pelo governador Miguel Arraes garantia o acesso a terra para uma faixa extensa da sociedade que estava excluída dela, além de garantir os meios pelos quais o pequeno proprietário não fosse à falência, graças ao suporte técnico e logístico, garantidos na legislação. Um avanço, no sentido de tentar reformular, mesmo de modo diminuto, a concentração fundiária em Pernambuco. Embora, esta realidade não seja exclusiva deste estado da Federação.

Olhando por este prisma, a ação de Gregório foi substancialmente legalista. Esta pesquisa quis evidenciar este homem que serviu de aglutinador de sentido que se refere às lutas no

²⁸⁹ PALMARES, Câmara Municipal de Vereadores. Ata de 6 de Março de 1964, p.114.

²⁹⁰ Ibidem.

campo na década de 60. Principalmente na Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco. Ainda que em suas memórias pudéssemos encontrar ações que abarcam todo estado de Pernambuco e alguns Estados da Federação.

8. SINDICATO RURAL DOS PALMARES E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

Até o início da década de 60 não havia conflitos significativos entre as Ligas de Julião e os sindicatos rurais do Partido Comunista, mas após 1960 acentuaram-se as divergências entre o PCB e as Ligas Camponesas, tendo início um processo de divisão do movimento camponês, que se materializou após a realização do Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de 1961²⁹¹.

Dessa forma os sindicatos rurais passaram a disputar abertamente com as Ligas Camponesas o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Em vários casos, importantes ligas transformaram-se em sindicatos, como ocorreu em Palmares, cuja liga, fundada em 1957, em Água Preta, chegou a ter 2,600 sócios; em 1962, as lideranças da liga fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, que sob forte influência do PCB, chegou a ter 45.000 sócios antes de março de 1964. Em outros casos, as ligas orientavam as suas delegacias locais a disputarem as eleições para as diretorias dos sindicatos rurais, como ocorreu, sendo vitoriosa em Rio Formoso, Timbaúba, Cabo e Goiânia, formando assim um pequeno grupo de sindicatos que atuavam de acordo com a orientação das ligas²⁹².

As ações que procuravam superar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais era o centro das lutas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, por este motivo Zé Eduardo procurava anunciar isto com muita clareza falando para os trabalhadores rurais, visitando os engenhos a fim de aumentar o número de trabalhadores sindicalizados. Ou seja, mesmo em tempos de cambão e de cabresto, o anúncio de sindicalização era realizado de engenho em engenho.

Eu pegava um autofalante e ia pros engenhos tentar conseguir adesão dos companheiros. Gritava e repetia aos trabalhadores: “Todo trabalhador tem direito as férias. Faça parte do sindicato e tenha assistência médica gratuita”²⁹³.

Há um “relatório do sindicato feito em torno das ligas camponesas” na cidade dos Palmares do ano de 1961 que contém a seguinte informação:

²⁹¹ JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife: Massangana, 1990, p, 43.

²⁹² Idem, p, 44.

²⁹³ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo e Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983, p, 34; ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife: UFPE, 2005, p, 57.

Em Palmares- do mesmo modo. Há, entretanto (ilegível) O prefeito local Luiz Portela, depois que voltou de Cuba, reuniu em praça pública, por 3 vezes os camponeses locais a fim de lhes explicar as vantagens do regime de Fidel Castro. Não satisfeito com isto, costuma-se reunir com estudantes do colégio local explicando-lhes o carinho que o ditador cubano dedica aos estudantes. Em suas palavras com os camponeses estes vibraram de entusiasmo²⁹⁴.

Segundo Manoel Carvalho, membro da FETAPE neste período, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares funcionava de modo itinerante, por este motivo, aonde houvesse trabalhadores, ali também estaria o sindicato; ele ainda afirmou que o sindicato não era uma sede²⁹⁵. Ele disse ainda que “onde estivesse trabalhadores discutindo e se organizando, ali estaria o sindicato”²⁹⁶ Isto tornava o sindicato móvel, segundo o entrevistado, logo após o golpe é que a sede foi construída. E, por conseguinte, melhor vigiada pelo sistema.

Talvez o que Manoel Carvalho queira se referir com a presença do sindicato (organizado pelo Partido Comunista) nos engenhos fossem as delegacias sindicais, que eram adotadas tanto na proposta do Partido Comunista, como nas delegacias das Ligas Camponesas²⁹⁷. No entanto, esta pesquisa não encontrou elementos para afirmar a quem pertenciam essas delegacias, se é que havia em todos os engenhos ou ainda, se existia a possibilidade uma intercessão destas duas instituições (Liga e Partido Comunista) nestas mesmas delegacias.

Se a necessidade movia a luta sindical por melhores dias, elas eram ao mesmo tempo uma fraqueza que poderia dificultar o movimento. Por isso é que a comunidade de trabalhadores pode somar força para combater um inimigo comum: o isolamento político que as populações rurais sofreram até explodir o que aconteceu em Galileia.

Convém, contudo que se faça uma ressalva para que a ação do Partido

²⁹⁴ DOPS. Prontuário funcional; Nome: Liga Agrícola dos Palmares; N° do documento: 27; Data do documento: 1944-1964; Fundo SSP N° 29266.

²⁹⁵ Entrevista concedida por Manoel Antônio Carvalho. Palmares, 04 de dezembro de 2010.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ CALLADO, Antônio. *Os Industriais da Sêca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969, p, 5-31 apud Montenegro, Antônio Torres. AS Ligas Camponesas e os Conflitos no Campo. Saeculum Revista de História. João Pessoa: UFPB, 2008, p, 19. Ver também: AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p, 55-73.

Resistir às balas, às porradas em campo aberto, até que não era tão difícil. Você leva uma paulada perdida e de outras você se livra, pois os companheiros são fiéis e não fogem da parada. Quer ver difícil é em casa. Cada um no seu mundo. Cada companheiro com seus problemas. É difícil o pai ver seus filhos passando fome. Sentir a doença, a nudez, a miséria invadir nossa casa e não poder fazer nada, para isso, teria que resolver a fome de imediato. Essa briga é diferente, desigual. Nem todo mundo estava preparado para essa luta. Quem tinha roçado ajudava aquele que não tinha. Trabalhávamos todos juntos. Era de doer olhar tanta terra em desuso, tanta mata, tanta capoeira. E nós, com muita força, muita necessidade e não podíamos usufruir da terra. Só em algumas propriedades os patrões deixavam os camponeses plantar suas roças. Em outras existiam os meeiros, os rendeiros que pagavam cambão, isto é, os que podiam plantar na terra mas se dessem como pagamento um dia por semana de todo seu trabalho ao dono do engenho. Então o proprietário tinha tudo e não pagava nada²⁹⁸.

Nos anos oitenta²⁹⁹, o sindicalista, vê a gênese do sindicato de Palmares de uma maneira mais tranquila. Entre o surgimento da luta do engenho Limão, passando pela Liga Camponesa ligada a Julião e o Sindicato Rural de Palmares sob os olhares atentos de Gregório Bezerra. Temos, neste percurso, pelos menos três mortes: dois trabalhadores rurais e um capanga do dono do engenho. Mas, em sua exposição podemos encontrar elementos que possibilitam identificar a realidade de Palmares e de Água Preta a realidade da Zona Canavieira pernambucana.

Em nível nacional, o presidente Goulart não conseguia conter a inflação no Brasil. E do ponto de vista político, os arranjos que impediram o golpe militar em 1961 já não apresentavam a mesma coesão. Na cidade de Palmares, como em todo território nacional eclodiam greves de todos os lados. Na cidade e no campo ocorrem greves.

Em consonância com os objetivos de João Goulart de mobilizar os camponeses e apresentar reformas sociais nas áreas rurais, o Ministério do Trabalho estabeleceu a Comissão Nacional para a Sindicalização Rural – CONSIR de três representantes do Ministério, três da Superintendência da Reforma Agrária, e um camponês indicado por cada um dos órgãos³⁰⁰.

A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a desapropriação de terras estavam neste contexto de tentativa de reorganizar a estrutura agrária

²⁹⁸ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo e Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil*. Recife: Nordestal, 1983, p. 26.

²⁹⁹ Idem, p. 12.

³⁰⁰ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 304.

do país, entretanto, o presidente não possuía mais o apoio e a confiança dos partidos e dos movimentos de esquerda para consolidar o empreendimento que desejava³⁰¹.

O Sindicato de Palmares que nasceu da Liga da Água Preta tentava dar suporte aos trabalhadores assalariados³⁰². E assim, este sindicato teve sua gênese sob a forma de uma instituição que pode ser comparada organicamente a um tipo de federação de delegacias sindicais. A opção por uma sede em Palmares aconteceu por motivos bastante práticos: por ser uma cidade polo localizada no entroncamento entre Recife, Maceió, Caruaru e Garanhuns. Sendo assim, eles eram compostos por 21 municípios³⁰³. E, possuía no início da década de 60 quarenta e cinco mil associados³⁰⁴.

Palmares – esta cidade vem servindo ultimamente como “coito” dos homens indicados para espalhar a agitação, terror, medo e desespero pelo interior do Estado. É daqui que Gregório Bezerra vem ‘requisitando’ para substituir nos Sindicatos Rurais aqueles que não vêm nele (Gregório) um êmulo do Padre Cícero³⁰⁵.

O Diário de Pernambuco utilizando termos impróprios (coito, agitação, terror, medo e desespero) para indicar a relação ente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares e Gregório Bezerra, procura incutir mais uma vez um clima de intranquilidade em relação ao Partido Comunista. Ainda foi utilizada uma justificativa religiosa para atacar Gregório, um substituto do maior santo popular nordestino, o Padre Cícero.

No entanto, toda essa efervescência teria seu fim em 31 de março de 1964 com o golpe militar. Goulart foi cassado, em Pernambuco Miguel Arraes também foi cassado, mas ao contrário do chefe do poder executivo, foi preso e os inimigos do novo regime, cassados, presos e perseguidos, com o apoio Norte Americano³⁰⁶.

³⁰¹ A criação da Contag deu um impulso gigantesco ao movimento camponês em todo o país. Foi um dos fatores que encorajaram o presidente da república, Sr. João Goulart, a assinar o decreto de desapropriação das terras de mais de 500 hectares junto das estradas, dos grandes açudes e das concentrações populacionais. Essa medida, embora limitada, abria caminho para a realização de profundas reformas democráticas, capazes de atender a uma aspiração maior das forças progressistas do país: a transformação das vetustas estruturas agrárias do Brasil. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 527.

³⁰² ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife: UFPE, 2005, p. 32.

³⁰³ Idem, p. 40.

³⁰⁴ Idem, p.41.

³⁰⁵ Diário de Pernambuco, 01 de março de 1964.

³⁰⁶ COELHO, Fernando. *1964. Golpe de Estado e Guerra Fria*. Recife, Bagaço, 2010, p. 31.

TERCEIRO CAPÍTULO
O GOLPE MILITAR DE 1964 E A REPRESSÃO
AOS SUBVERSIVOS



Ilustração 5. Presidente Costa e Silva na Câmara de Vereadores de Palmares em 1967.

Este capítulo tem como objetivo estudar as repercussões políticas desenvolvidas pelo golpe militar de 1964 em relação às pessoas e as instituições que eram consideradas potencialmente perigosas para o regime. Ou seja, será estudada a repressão desencadeada contra os subversivos políticos, o que não é um fato exclusivo ou isolado na história do Brasil, mas vem sendo apresentada por esta dissertação a partir dos anos 40.

Os processos judiciais foram escolhidos porque neles estão contidos elementos que possibilitam entender os motivos elencados pelo poder militar para justificar a repressão aos seus oponentes. Além de trazerem informações que foram perdidas com a inundação de 18 de junho de 2010 que destruiu os arquivos em Palmares.

Há diversas razões para conferir importância aos processos por crimes políticos e às diferenças entre os tipos de legalidade autoritária. Primeiro, a decisão de usar os tribunais, e não apenas a força bruta no trato com os oponentes do regime, pode – em determinadas circunstâncias – fazer diferença em termos do padrão geral da repressão praticadas por um regime autoritário. Nas palavras de Otto Kirchheimer, o julgamento por crimes políticos podem ser uma “graça salvadora” em contextos repressivos, uma vez que “a própria natureza e as dificuldades processuais do sistema judiciário, aliada aos limites da capacidade dos detentores do poder de exercer total controle por meio de esquemas informais, muitas vezes fazem com que a aplicação de fato de uma política fique aquém do originalmente planejado³⁰⁷.”

O motivo da condenação foi semelhante ao motivo desta pesquisa, a ligação entre os acusados dos processos judiciais e parlamentares durante os primeiros dias do golpe militar de 1964 e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Palmares. Pois os mesmos faziam parte da direção do Sindicato ou possuíam ligações estreitas com ele. Sendo assim, foram considerados perigosos agitadores, estavam assim, segundo a lógica ditatorial tornando-se incompatíveis para estar em cargo público.

Na segunda parte deste capítulo estudou-se o desdobramento destes acontecimentos até a prisão de Luiz Portela. Estes processos de julgamento de opositores políticos foi uma forma de legitimação da ditadura. Segundo Anthony Pereira, a permanência do poder

³⁰⁷ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: Autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 37.

judiciário civil daria a oportunidade aos advogados de defesa salvar os acusados da prisão através das brechas da liturgia processual da ditadura³⁰⁸, mesmo que de modo limitado.

A questão da repressão pós-golpe militar foi algo comum no que se referem ao cone Sul. No caso do Chile, em 19 de setembro de 1973 Jorge Bolaños e Carlos Peres foram condenados a morte por um tribunal militar por atos anteriores ao golpe, ou seja, em sentido retroativo.

Os advogados que mais tarde analisaram o caso de Bolaños e Perez argumentaram que, como os supostos crimes teriam sido cometidos antes do golpe militar e da declaração de estado de sítio, o tribunal militar estava aplicando retroativamente a pena marcial para crimes cometidos em tempos de paz, violando assim a Constituição de 1925. Isso não foi levado em conta pelo comandante militar da região, que ordenou a execução dos réus por um pelotão de fuzilamento no dia seguinte, no início da manhã de 20 de setembro de 1973³⁰⁹.

Mas, sobre esta questão, é importante ter o olhar atento para um conjunto bem mais amplo de elementos, para os quais Anthony Pereira chamou a atenção, pois “da mesma forma que houve grande continuidade jurídica na passagem da democracia para o autoritarismo, as transições ocorridas na década de 1980 não desmontaram por completo o aparato judicial repressivo constituído sob o regime militar”³¹⁰.

Houve relatos, como o da professora Iolita Domingos³¹¹ que viu desfile de militares em praça pública, como se fosse um desfile festivo. Para a maioria da população que estava à margem do poder não houve mudança significativa, entretanto para os trabalhadores que ocupavam a cúpula do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, a mudança foi radical e dolorosa. Foi trazido para Palmares um verdadeiro aparato de guerra, cujo objetivo era vencer os grupos considerados perigosos pela ditadura.

No entanto, cabe ainda uma consideração que esta dissertação não se ateve como deveria ao tema das táticas desenvolvidas pelas pessoas presas que procuravam despistar o

³⁰⁸ Idem, p.38.

³⁰⁹ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: Autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p, 33.

³¹⁰ Idem, p, 39.

³¹¹ Entrevista concedida pela professora Iolita Domingos Barbosa Santos, professora da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul. Palmares, 02 de abril de 2011.

aparelho de vigilância e repressão do Estado através de informações falsas ou apenas informações de quem já estava preso.

1. O GOLPE MILITAR³¹²

Há várias maneiras de ver o que aconteceu no golpe militar de 1964 no Brasil. Existem tendências historiográficas que apontam para uma contra revolução empreendida pela burguesia conservadora brasileira associada ao capital internacional de caráter preventivo, ou seja, ou a direita tomaria o poder no Brasil ou este país iria se tornar um verdadeiro “Cubão”³¹³.

Entretanto, podem-se encontrar visões diferentes sobre o tema, tais como: Jorge Almeida Ferreira, Caio Navarro de Toledo e Daniel Aarão Rei Filho que viam no golpe civil militar um rompimento com a crescente participação popular nas decisões políticas do Brasil. Neste sentido, o golpe teria a função de reorganizar³¹⁴ o cenário político brasileiro para que acontecesse o almejado processo de adaptação tecnológica, mas sem grandes mudanças no quadro social da classe operária brasileira e sem romper com as oligarquias rural e burguesia industrial.

Ainda é difícil para os historiadores, determinar as relações entre indivíduo e sociedade, entre arbítrio pessoal e determinismo social, sobretudo econômico.

³¹² Tomando como objeto de pesquisa os anos recentes, achamo-nos frente a uma verdadeira proliferação de golpes, embora com características bem diferentes. Na verdade, no início dos anos 70, mais de metade dos países do mundo tinha Governos saídos de Golpes de Estado e o Golpe de Estado, por conseguinte, tornou-se mais habitual como método de sucessão governamental do que as eleições e a sucessão monárquica. Mas os atores do Golpe de Estado mudaram. Na maioria dos casos, quem toma o poder político através de Golpe de Estado são os titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal: os chefes militares. O golpe militar ou *pronunciamento*, segundo palavra cunhada pela tradição espanhola, tornou-se, assim, a forma mais frequente do Golpe de Estado. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p, 545. Com o aguçamento da luta de classe, a burguesia procurou reformular o Estado a partir dos interesses do grande capital nacional, multinacional e associado. O Golpe de 64 foi, portanto, a opção feita pelas classes dominantes no intuito de garantir esse processo, procurando por um fim às mobilizações populares, estreitando o campo de participação democrática e popular e, conseqüentemente, recompondo seu poder através da ditadura milita instaurada em 31 de março. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora da UFPE, 2005, p, 23.

³¹³ GASPARI, Elio. *Ilusões armadas. A ditadura envergonhada*. São Paulo: companhia das Letras, 2002, p, 198.

³¹⁴ *Como se faz um Golpe de Estado? Diferentemente da guerrilha e da guerra revolucionária, cuja primeira finalidade é desgastar até ao aniquilamento ou derrota as forças armadas ou policiais a serviço do Estado, o Golpe de Estado é executado não apenas através de funcionários do Estado... Mas mobiliza até elementos que fazem parte do aparelho estatal. Esta característica diferencia o Golpe de Estado, igualmente, da sublevação entendida como insurreição não organizada, que tem escassa ou nenhuma probabilidade de triunfar na tentativa de derrubar a autoridade política do Estado moderno. Op. cit, 1998, p, 546.*

Sabemos, no entanto, que a problemática que contrapõe o indivíduo e sociedade refere-se a uma falsa questão. Segundo Phillippe Levillain, com o esgotamento das teorias globalizantes, primeiramente o estruturalismo, foi possível avaliar que, embora os indivíduos sejam modelados pela sociedade, eles, por sua vez, manifestam preferências que devem ser explicadas. Apesar de tanto avanço nas reflexões sobre o tema, a historiografia sobre o governo de Goulart, via de regra, ainda tem como referência paradigmas tradicionais, ora culpabilizando um único indivíduo, ora refletindo-se ainda que não explicitamente, a estruturas que determinam, de maneira irreversível e irrefutável, os destinos da coletividade³¹⁵.

A partir de uma abordagem personalista³¹⁶ da história, pode-se afirmar que Jorge Ferreira consegue ver a partir de um mesmo movimento histórico, à direita e a esquerda política da seguinte maneira: a direita via em Goulart um incapaz, que não tinha forças para impedir o golpe militar. Do outro lado, a esquerda também o via sem apoio necessário para articular os movimentos sociais rumo ao caminho da mudança de que o Brasil necessitava³¹⁷. Sendo assim, definiu-se o governo de João Goulart como incapaz de atender os anseios das forças políticas e econômicas do Brasil, principalmente após uma tentativa frustrada de golpe.

Goulart recuperara os poderes presidenciais em janeiro de 1963, depois de um plebiscito, com 9,5 milhões de votos contra 2 milhões dados ao parlamentarismo. Tentara um golpe em outubro, solicitando ao Congresso a decretação do estado de sítio, e vira-se abandonado pela esquerda, que repeliu a manobra. No mínimo, deporia os governadores de São Paulo e da Guanabara. No máximo, deporia também o governador esquerdista Miguel Arraes, de Pernambuco. Seu “dispositivo” fora tão longe que planejara o sequestro, por uma tropa paraquedista, do governador carioca Carlos Lacerda. Por ordem do ministro da Guerra, Lacerda seria capturado por uma patrulha, durante uma visita matutina ao hospital Miguel Couto. Deu tudo errado. O coronel escalado para a ação pediu ordens escritas, O general encarregado da operação procurou dois outros oficiais, mas ambos ficaram na mesma linha. Quando conseguiu um coronel disposto a fazer o serviço, Lacerda já tinha partido. Desamparado, Jango submeteu-se à humilhação de retirar o projeto que remetera à

³¹⁵ FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucila de (Orgs). *O Brasil Republicano*. O Tempo da Ditadura Militar e Movimentos Sociais em fins do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 4. 2007, p, 345.

³¹⁶ No espectro político oposto, ao avanço das ideias socialistas e o crescimento do movimento operário levou, um pouco em toda parte e mais especificamente na Inglaterra, a que se desenvolvesse uma história social do trabalho e do movimento socialista, frequentemente identificada simplesmente como “história social”. Aqui é a oposição entre “individual” e “coletivo” que distingue a história social das abordagens anteriores. A ação política coletiva se constituiria em seu principal objeto. CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p, 81.

³¹⁷ Op. cit, p, 345.

Câmara... Depois de tentar um golpe sem a esquerda, infletiu o governo na sua direção. Acelerara nos primeiros meses de 1964, até que no dia 13 de março, num grande comício na praça em frente à Central do Brasil (ao lado do Ministério da Guerra), anunciou sua disposição de lançar o governo na campanha pelas reformas de base. Assinou dois decretos. Um desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais. Outro encampava as refinarias particulares de petróleo. No palanque, o líder do governo no Senado disse que “se o Congresso Nacional não aprovar as reformas, perderá sua identidade com o povo”. Era um governo em crise, com a bandeira das reformas hasteada no mastro da intimidação. À tensão política somava-se um declínio econômico. O presidente dizia que “o vertiginoso processo inflacionário a que estamos submetidos irá fatalmente arrastar o país à bancarrota, com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas”³¹⁸.

O jornalista Elio Gaspari se alinhou a teoria de que o golpe na realidade foi um contragolpe na possibilidade de João Goulart seguir os passos de Vargas e instaurar uma nova ditadura, a qual os militares não comungavam.

Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no “dispositivo militar” e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. Na segunda semana de março, depois de uma rodada de reuniões no Rio de Janeiro, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, tomou o avião para o Recife avisando a um amigo que o levaria ao aeroporto: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”³¹⁹.

Caio Navarro de Toledo ao analisar as palavras do general Geisel dadas em um depoimento em 1981 que “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina” mais adiante, o autor ainda citou o general deste modo: “o movimento se fez contra Goulart, contra a corrupção, contra a subversão”³²⁰.

Na mesma linha de raciocínio de Caio Navarro acerca do golpe militar de 1964, pode-se destacar a análise de Daniel Aarão a respeito. Ele escreveu que o

“mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as forças sociais e políticas; uma ação expressiva contra a politização das organizações dos

³¹⁸ GASPARI, Elio. *Ilusões armadas. A ditadura envergonhada*. São Paulo: companhia das Letras, 2002, p, 47.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. “Apresentação”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. Bauru: Edusc, 2004, p ,10.

trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no nosso país”³²¹.

No primeiro de abril de 1964,³²² o povo estava vendo o desfile militar passar juntamente com o fim da possibilidade de participação ativa na vida pública do país³²³. O golpe representou a vitória do Capital estrangeiro sobre a ínfima tentativa de aquisição de direitos para os trabalhadores da cidade e do campo³²⁴.

Na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a direção de Boris Fausto, afirmou-se que existia um clima político favorável para a intervenção militar assumida perante boa parte da classe média ('mais arcaica')³²⁵ brasileira, ao escrever que havia um milhão de pessoas no Rio de Janeiro comemorando a chegada dos militares ao poder³²⁶. Ainda segundo o autor, “a média burguesia industrial de raízes nacionais jamais identificou o programa de 'reformas de base' como expressão dos seus verdadeiros interesses, preferindo ver nele o instrumento da revolução social, abolidora da propriedade privada”³²⁷.

³²¹ *Ibidem*.

³²² Abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia que nascera em 1945, com a derrubada do Estado Novo. TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: “O Golpe Contra as Reformas de Base e a Democracia”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.p.67.

³²³ As classes dominantes e seus aparelhos ideológicos e políticos, no pré 64, apenas enxergavam badernas, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. Por vezes expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro. TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p, 68.

³²⁴ Quais as raízes políticas do Golpe de Estado de 1964? Como explicar o relativo sucesso dessa organização contrarrevolucionária? A ascensão do movimento popular no campo e na cidade, iniciada por volta de 1955, ganha expressão política organizada em 1961, através da luta por reformas antifeudais e anti-imperialistas. A posição contemporizadora do Governo Federal, com relação ao movimento popular e ao programa de “reformas de base”, determina a progressiva aglutinação de todas as frações das classes dominantes (proprietários fundiários, média burguesia industrial, grande burguesia monopolista) em torno de um mesmo objetivo político: a deposição do Governo federal pela força, e a repressão ao movimento popular. GOMES, Ângela Maria de Castro... [et al.]. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. “*O Brasil Republicano*”. Sociedade Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p, 594.

³²⁵ Ver o termo sendo utilizado em *Idem*, p, 595. Essa predominância se deve ao fato de a propriedade fundiária ter constituído o algo principal do movimento popular, bem como ter sido, a partir de 1958, o palco de imensas lutas sociais, não só no Nordeste, mas também no centro sul. *Ibidem*.

³²⁶ *Idem*, p, 594.

³²⁷ *Ibidem*.

Diferentemente da versão que a ditadura quis impor, a deposição do Presidente João Goulart não resultou de uma “revolução”, mas de um Golpe de Estado. Semelhante a todos os outros ocorridos em vários países da América Latina, na mesma época e em circunstâncias análogas. Como episódios encadeados da Guerra Fria. Inspirados e viabilizados, na maioria, pelos Estados Unidos, ainda que executado por forças políticas ou militares locais³²⁸.

Se para a classe média 'arcaica' foi uma revolução³²⁹ militar, para os membros do sindicato de Palmares foi uma usurpação violenta do poder com consequências para a piora significativa de suas vidas, pois foram vítimas de prisões, sequestros e cassações.

a) **O medo como tática**³³⁰

O povo realiza insurreições, não golpes. A temática do medo foi utilizada como estratégia de aglutinação de forças para a instauração do golpe militar³³¹. Ele (o discurso do medo) estava presente na imprensa que apoiava a repressão policial e era associado a tudo o que representasse alguma mudança social, ou seja, qualquer arquejo de indicação de mudança seria execrado como algo abominável à paz e a estabilidade social.

O Diário de Pernambuco, aproveitando-se do contexto criado pelo golpe militar, usou de tom irônico para atacar os membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, afirmando que “os bravos sindicalistas desaparecem como por encanto de circulação, abrindo caminho para a gozação. Muitos deles rumaram de imediato para suas casas, a fim de aguardar a reviravolta que não veio”³³². Eles também foram descritos como covardes, reforçando a ideia do medo, ou seja, segundo o jornal, o Brasil estava passando por uma guerra civil.

Com isso, só restaria o silêncio sobre as questões que realmente interessavam, tais

³²⁸ COELHO, Fernando. *1964. Golpe de Estado e Guerra Fria*. Recife, Bagaço, 2010.p.31.

³²⁹ Em 31 de Março de 1964, os militares brasileiros deram início a uma autodenominada revolução que depôs o presidente eleito João Goulart. Nos dias que se seguiram, o novo regime decretou um “ato institucional” que passou por cima da Constituição, expurgou o aparato estatal dos partidários do governo anterior, organizou uma caça às bruxas a supostos comunistas na sociedade e instaurou uma ditadura, que se tornaria cada vez mais repressiva nos cinco anos que se seguiram. O regime milita brasileiro, que terminou em 1985, foi o protótipo de autoritarismo na América Latina. PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: Autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p, 51.

³³⁰ PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução*. Pernambuco (1959-1964). Recife: UFPE, 2009, p, 78.

³³¹ Ver MONTENEGRO, Antônio. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p, 153.

³³² Diário de Pernambuco, 05 de abril de 1964.

como reajuste de salários, fim do ágio nos barracões de engenho, fim do pulo da vara e do pulo do lápis e uma melhor distribuição de terras. Foi um processo de esquecimento deliberado, deste jornal, ou melhor, era aquilo que não era permitido ser dito deste lugar³³³.

Se as pessoas que faziam parte do processo de participação das massas no cenário político eram vigiadas e perseguidas no período de redemocratização pós 1945, foram ainda mais perseguidas, presas e torturadas a partir do golpe militar que se instaurou no Brasil a partir de 31 de março de 1964, representando a vitória do capital internacional no Brasil e de setores da sociedade brasileira beneficiados por este novo regime ditatorial.

A burguesia rural e urbana vinha, havia muito tempo, sonhando com uma ditadura militar que esmagasse os movimentos operário e camponês, ambos em franco desenvolvimento na época. Passaram a agir abertamente, entusiasmados com os conspiradores militares. Em Pernambuco, não era segredo a compra de armamentos por usineiros, senhores de engenhos e fazendeiros. Também não era segredo a complacência - melhor seria dizer a convivência aberta - do IV Exército, cujo comandante não escondia sua posição contrária ao governo estadual³³⁴.

A “burguesia rural e urbana” preparou o golpe, mas a esquerda estava totalmente desprovida de recursos, logística, armas e treinamento militar dos seus quadros para conter o levante militar de março de 64. Chegou-se a cogitar uma resistência, mas devido a falta de estrutura e a possibilidade de um confronto desigual com as tropas do exército, Gregório Bezerra, após ter tido uma conversa com o governador Miguel Arraes que afirmou que não havia armas para resistir ao golpe³³⁵. Gregório volta para o interior do Estado a fim de evitar consequência piores para os trabalhadores rurais.

Dirigi-me aos engenhos de Catende, Palmares, Águas Pretas, Gameleira, Ribeirão e alguns outros, onde havia concentração de massa à minha espera, conforme tínhamos combinado antes. Diante da impossibilidade de conseguir armas, ia desfazendo concentrações. Na sede do sindicato de Ribeirão, encontrei mais de

³³³ Certeau se refere a historiografia e não as fontes em primeiro lugar, mas este termo pode contribuir para uma melhor compreensão das relações entre a imprensa e os arranjos do poder que estão nas entrelinhas do que se escreve. “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la”. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 76.

³³⁴ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 525.

³³⁵ Idem, p. 529.

duzentos trabalhadores esperando as armas que eu tinha ido buscar; não fora possível trazê-las... Falei rapidamente com os trabalhadores reunidos. Recomendei aos casados e aos mais velhos que voltassem para suas casas e, no dia seguinte, se a cidade fosse ocupada pelo Exército retornassem. A massa queria ir para o Recife, mesmo desarmada. É claro que eu não poderia permitir um coisa dessas, seria um assassinato em massa³³⁶.

A imprensa que apoiava o golpe procurava justificar as ações contra políticos considerados de esquerda ou membros do Partido Comunista e ainda membros da diretoria do Sindicato Rural a partir de notícias que davam a entender que aquele tipo de ação era necessária para que a ordem fosse mantida. Porque o conteúdo transmitido pela imprensa era de que a polícia estava prendendo criminosos, pessoas perigosas. Logo, a prisão era algo dentro dos padrões legais e socialmente aceitável.

Entretanto, o novo regime que se autodenominou de revolucionário³³⁷ não pôs um fim às atividades sindicais totalmente, mas ocasionou sua reorientação a partir dos seus interesses. Entretanto, mesmo os sindicatos que eram favoráveis ao regime, não conseguiram ser bem vistos pelas oligarquias rurais.

A ditadura não perdeu tempo em sua repressão ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Quase 80% dos sindicatos recém formados tiveram seus registros cancelados, preservando apenas os sindicatos que estavam vinculados com anticomunistas assumidos, geralmente padres e seus aliados católicos. No entanto, ao contrário das piores expectativas, que previam a extinção do sindicalismo pelo regime, os militares adotaram a perspectiva corporativista, vendo nos sindicatos um braço útil para construir sua hegemonia e organizar a produção do país³³⁸.

Porém, segundo Manuel Carvalho, o Sindicato dos Trabalhadores de Palmares foi fechado com o golpe, mas posteriormente reaberto com uma diretoria favorável aos militares³³⁹.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ O termo é retirado do inquérito policial de Luiz Portela de Carvalho. O termo original é supremo comando da revolução. Ver: Prontuário Funcional DOPS: Luiz Portela de Carvalho.

³³⁸ WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas & Resistências, vol. 1. Londrina: UEL, 2006. p. 61.

³³⁹ Entrevista com Manuel Antônio da Silva. Palmares 15 de Fevereiro de 2011.

b) O Golpe em Palmares

Zé Eduardo relembra os primeiros momentos do golpe em Palmares e conta como foi sua prisão em 1964:

Olha Paulo, quando a revolução chegou foi um corre-corre dos infernos. Gente queimou estantes inteiras de livros. Eu não fui para lugar nenhum. Fiquei aqui mesmo em Palmares, sob protestos de muitos que me aconselhavam a fugir. Mas fugir para onde e por que, se não matei nem roubei? O certo é que ninguém me prendeu em Palmares. Um dia, porém, fui chamado a comparecer ao engenho Gravatá, de José Coutinho, pelo próprio dono: e, como eu confiava muito nele, porque já havia escondido camponeses amigos meus e guardado meu irmão na sua propriedade quando estavam perseguidos pela polícia, não tive dúvidas e prá lá me desloquei. Mas fui chegando a casa e José Coutinho e o Exército já me esperava. Uma tropa toda armada chefiada por um coronel de nome Abidoral, se não me engano. Fui preso, trancafiado e levado para o IV Exército em Recife. No mesmo carro em que fui levado preso e o camponês chamado Agrício Ferreira, fiscal do Sindicato, elemento de minha confiança e muito atuante³⁴⁰.

O sindicalista foi preso pelo IV Exército, como se fosse um homem perigoso. Mas sua função era inversa, porque organizando os trabalhadores rurais, haveria uma luta organizada contra as injustiças e a possibilidade cada vez menor de. Mas não era esta a questão em pauta, era a manutenção dos lucros e privilégios de uma burguesia rural e urbana que se opunha a qualquer melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, da indústria ou do campo.

O Diário de Pernambuco conseguiu expressar a opinião de uma burguesia que se sentia aliviada por um golpe militar que pôs fim a “revolução que nunca houve” no Brasil, ou seja, encerrou uma série de ganhos alcançados pelos trabalhadores urbanos e particularmente rurais desde o movimento iniciado com as Ligas Camponesas em 1957, passando pela ação do Partido Comunista, eleição do Miguel Arraes, mudança da gestão dos problemas sociais que deixaram de serem problemas de polícia e passaram a serem tratados como problemas sociais para serem resolvidos pelas instâncias democráticas.

Enfim, a ameaça comunista ventilada pela imprensa nacional e internacional poderia ser esmagada, os perigosos comunistas serem postos fora do cenário sobre o qual o Brasil

³⁴⁰ MENEZES, Paulo. *Sindicalismo X Repressão*: a história de Eduardo, o líder do maior sindicato de camponeses do Brasil. Recife: Nordestal, 1983, p. 41.

voltaria ao estancamento da participação popular e as greves, reivindicações ou quaisquer tentativas de mudança seriam novamente tratadas como caso de polícia e ainda mais, como crime cometido contra a Lei de Segurança Nacional, que fora outorgada pelo Supremo Comando da Revolução³⁴¹.

Dom Acácio, primeiro bispo da diocese dos Palmares, participante do Concílio Vaticano II, escreveu em seu livro de tombo a sua impressão do que viveu em primeiro de abril de 1964:

01 de Abril. Revolução. Preocupação com as rádios comunitárias. Felizmente a nossa não foi sequestrada. Conseguimos salvar os aparelhos... 02 de Abril. Sábado: às sete horas, celebro no abrigo. Continua o clima de incertezas diante da Revolução militar. O prefeito de Palmares, Luiz Portela foge para a Europa. É nomeado um interventor³⁴².

Neste texto, Dom Acácio apontou fatos precisos tais como o sequestro de rádio comunitárias durante os primeiros dias do golpe e de um 'período de incertezas'. O que significa incertezas para o bispo diocesano não se pode afirmar exatamente. No entanto, o bispo deu a entender que a vida da diocese permaneceu com o mesmo ritmo ditado pelo calendário litúrgico, em nada sendo alterado devido à presença do exército em Palmares.

A narrativa realizada pelo neto do assessor técnico da Câmara Municipal da época foi esclarecedora. Eles falaram que nos primeiros dias do golpe militar, o assessor Oscar de Oliveira estava em casa esperando o que iria acontecer naqueles dias, mas foi visitado por tropas do exército que o convidaram a acompanhá-lo até a Câmara e prestar os devidos esclarecimentos. “Eles simplesmente bateram na porta do meu avô e quando ele abriu perguntaram-lhe se era ele o assessorzinho fraudulento de atas”³⁴³. Para sorte de Oscar, vereadores que apoiaram o golpe se colocaram a favor dele, para que o mesmo não fosse preso. Ele mesmo disse aos filhos que pensou naquela ocasião que não mais voltaria vivo para casa³⁴⁴.

³⁴¹ Termo utilizado no processo militar contra Luiz Portela. Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁴² Diocese dos Palmares. Livro de Tombo, 01, p, 37.

³⁴³ BOANERGES, Paulo. Neto de Oscar Araújo de Oliveira, assessor técnico da Câmara Municipal em 1964 e atual assessor técnico da Câmara.

³⁴⁴ *Ibidem*.

Havia uma verdadeira caça aos comunistas, onde tudo o que pudesse representar ameaça seria averiguado pela polícia ou pelas forças armadas. Gregório Bezerra estava preso, Luiz Portela também fora preso, Brivaldo Leão de Almeida cassado, o prefeito convidado a renunciar e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares fechado. Uma verdadeira operação de “limpeza” foi realizada na cidade de Palmares.

c) Perseguição política em Palmares

A perseguição política na cidade de Palmares fez parte de um conjunto de medidas do novo regime ditatorial que se instaurou no Brasil. O Presidente Goulart saiu do Brasil, Arraes foi preso no dia 1º de abril de 1964³⁴⁵.

Encontra-se em Maia um diálogo entre o presidente Castelo Branco e o General Costa de Silva a respeito das pretensões do ex-presidente Juscelino ao cargo de presidente da república. E a conclusão de Costa e Silva foi a seguinte: “Seu Castelo, temos que cassar Juscelino”³⁴⁶.

Não bastava utilizar as armas, mas a política para manter os adversários fora da disputa pelo centro do poder³⁴⁷. E JK foi cassado, teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos³⁴⁸

³⁴⁵ Arraes foi um dos primeiros a serem punidos pelo regime de exceção instaurado no Brasil em 31 de março de 1964. Já no dia 1º de abril daquele sombrio ano, governando Pernambuco, Arraes foi deposto pelos militares, saindo do Palácio do Governo, no Recife, direto para a prisão. A deposição foi um espetáculo cinematográfico pelo ostensivo poderio bélico em volta do Palácio do Governo. Os militares buscaram inutilmente que o governador renunciasse. Arraes desobedeceu, afirmando que a renúncia seria uma traição ao povo que o elegera, proferindo então sua famosa frase: “Prefiro ir pra cadeia a traír o povo.” O resultado não foi outro e ali mesmo recebeu voz de prisão, sendo cassados todos os seus direitos políticos. MAIA, Agaciel da Silva. Tempo de transformação. Brasília: Senado Federal, 2006, p, 200.

³⁴⁶ Idem, p, 155.

³⁴⁷ O ex-presidente havia sido eleito senador por Goiás, em 4 de junho de 1961, com 146.366 votos contra 26.800 do seu concorrente. Mesmo não tendo apoiado num primeiro momento o golpe militar, acabou por votar em Castelo Branco, na eleição indireta no Congresso Nacional. Poucos dias antes da eleição, Castelo Branco pediu uma reunião com JK, por intermédio do embaixador Negrão de Lima, quando foi firmado um pacto: Juscelino, líder máximo do PSD, comprometia-se com os votos de seu partido na eleição de Castelo Branco, e em contrapartida o marechal-presidente garantia o calendário eleitoral e as eleições presidenciais. É necessário, também, lembrar que o AI-1 (foram 17 durante os governos militares) assegurava as eleições presidenciais para outubro de 1965. Idem, p, 156.

³⁴⁸ Ibidem.

simplesmente porque seria um forte adversário político, mesmo fazendo parte da base que elegeu Castelo presidente da República no Congresso Nacional³⁴⁹ em que o mesmo se comprometia em garantir o calendário eleitoral. O General não cumpriu o acordo e

três meses após o pacto, adveio a cassação do senador. Ressalte-se que Castelo Branco havia sido promovido a general-de-divisão, quando JK era Presidente da República, e que o próprio Castelo, no encontro no Rio de Janeiro, para pedir seu apoio à eleição indireta, fez questão de afirmar ao vê-lo: “Meu presidente, eu lhe devo a promoção para general-de-divisão”³⁵⁰!

A cassação do mandato de senador de JK é uma consequência da política militar que impedia que qualquer civil chegasse ao poder. Na cidade de Palmares também aconteceu algo semelhante, contudo sem a cassação de mandato. Ver-se-á que o vereador Elizeu Pereira foi eleito prefeito de Palmares de modo indireto, mas logo depois o regime colocou um militar como prefeito municipal, mesmo o civil sendo um militante ativo do golpe. Em 9 de outubro. A Câmara Municipal empossa o Cel. Nelson Ambrósio da Silva prefeito dos Palmares³⁵¹.

d) **Justiça civil-militar: um julgamento político**

Nos processos contra os políticos e sindicalistas de Palmares constata-se que não se tratava de uma busca pela verdade dos acontecimentos, mas de uma manobra pela qual os adversários foram afastados do centro de decisões. Mas a justificativa do governo militar se baseava em leis que regiam esta nação pós 31 de março de 1964 e utilizadas de modo retroativo.

O regime militar brasileiro usou os tribunais militares de tempos de paz para processar dissidentes e opositores políticos, sem jamais abolir a Constituição. A tortura era generalizada, mas os desaparecimentos eram raros, e os julgamentos em tribunais militares que tinham a participação de juízes e advogados civis, abrindo espaço para a defesa dos acusados³⁵².

³⁴⁹ Ibidem.

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ Câmara Municipal de Vereadores de Palmares. Arquivo sem catalogação.

³⁵² PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão*. O autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 34. Sobre os mortos e desaparecidos no Brasil. ver: ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida. et al. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

Para que fossem iniciados os processos na justiça criminal contra os acusados em Palmares, foi indicado um 3º sargento para escrivão³⁵³. Havia uma necessidade de dar ares de legalidade, mesmo para um governo que chegou ao poder a partir de um golpe.

Devendo proceder-se a investigação sumária cogitada pelo parágrafo primeiro do artigo sétimo e do artigo décimo, do ato institucional, outorgado pelo comando supremo da revolução, em 09 de abril do corrente ano e decreto estadual nº 941, de 20 de abril de 1964, nomeio escrivão ad-hoc para funcionar neste processo sob compromisso do seu cargo, 3º sargento Exequias Ricardo da Silva, designado pelo Comando do IV Exército, e determino que, autuada esta sejam anexados aos autos dos documentos fornecidos pela Câmara Municipal deste município, ouvindo-se as testemunhas que tenham conhecimento dos fatos juntando-se a qualificação fornecida pelo escrivão do cartório eleitoral... Palmares, em 16 de maio de 1964. Rivaldo Pessoa: Presidente da comissão³⁵⁴.

O processo contra pessoas eleitas, na forma da lei, transcorreu como se os acusados tivessem praticado ações que os impossibilitasse de exercer a função para a qual foram eleitos. Ou seja, “pelo exercício de atividades comunistas e agitadoras que a decisão da mencionada Câmara, por sinal por unanimidade teve absoluta procedência por ser público e notório nesta cidade, as atividades subversivas dos mesmos”³⁵⁵.

O órgão que conduziu o processo de modo majoritário, embora exista a cassação na Câmara Municipal de Palmares, é o IV Exército, que assumiu as vezes do poder Legislativo e Judiciário. Foi formada uma comissão³⁵⁶ para apurar as acusações como se o processo estivesse seguindo as normas de um estado de direito. Mas, o que de fato estava acontecendo era uma manobra em que o governo militar sairia ganhando, pois o julgamento, embora em corte militar, era essencialmente político.

Foram cassados os mandados de suplente de pessoas ligadas ao Partido Comunista, também foram cassados os políticos que possuíssem qualquer aproximação com o Partido Comunista ou que tivessem realizado qualquer ato a favor de alguma transformação social.

³⁵³ Quando não havia escrivão de ofício, indicava-se algum funcionário para executar a função: ad-hoc.

³⁵⁴ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁵⁵ Prontuário Funcional do DOPS. Nº37. Fundo SSP 1225.

³⁵⁶ Comissão: Dr. Rivaldo Cordeiro Pessoa, presidente; José Arylton de Almeida Ramos- 1º Tenente, membro; Exequias Ricardo da Silva, escrivão. Prontuário Funcional do DOPS. Nº37. Fundo SSP 1225.

Na sessão extraordinária de 27 de abril do corrente ano e que cassou o mandato dos referidos Suplentes de Vereadores alguns se foragiram e outros foram presos, por ordem da polícia e do Exército, como comunistas, que os mencionados Suplentes de Vereadores, eram como se diz na gíria de “curriola”, do comunista confesso, Severino Aguiar Pereira³⁵⁷.

Os líderes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares também não foram poupados. O processo não se baseou em crimes ou em atos infracionais simplesmente. Mas, ele possuía uma dupla função: a primeira era a de realizar uma limpeza dos políticos ditos perigosos em Palmares e a segunda era de cunho pedagógico, a fim de ensinar aos futuros adversários políticos que a oposição ao regime não era uma boa opção para quem quer que fosse.

Faziam parte do Sindicato Rural dos Palmares, Sindicato este (aqui) não funcionava como mero órgão de defesa da classe, e sim, de agitação junto aos camponeses. Neste sindicato realizavam-se reuniões nitidamente subversivas, observando-se que da sua diretoria participavam Antônio Teotônio da Silva, José Eduardo de Lima e Manoel Maximino. Por serem elementos assim de notórias características, foi de enorme amplitude a repercussão do seu inquérito em cujas laudas aparece comprometido até o juiz de direito local³⁵⁸.

Assim, a ação dos militares funcionou como um ópio social, um “ópio do povo” a fim sanar as possíveis reinvenções do sindicato em Palmares e colocá-lo a margem da participação política. Não importava muitas vezes se houve ou não a infração ou se houve ou não justiça, o que interessava era a repercussão social do fenômeno. E, quando o processo atingia esse patamar, espalhava-se pelas ruas e praças e se multiplicava indefinidamente. A ditadura possuía então a multiplicação dos discursos ao seu favor.

Ou seja, as testemunhas por sua vez vão se basear no que ouviram dizer quando repetidamente afirmam que o acusado é um conhecido comunista ou coisa do gênero. Deste modo, podia-se ver que não se tratava de uma busca pela veracidade dos acontecimentos, mas os processos da junta militar queriam, acima de qualquer coisa, promover um desmanche das organizações que criaram novas possibilidades de arranjos políticos na região.

³⁵⁷ Prontuário Funcional do DOPS. Nº37. Fundo SSP 1225.

³⁵⁸ Ibidem.

2. O PAPEL DAS TESTEMUNHAS EM UM PROCESSO DE CARTAS MARCADAS: O FIM DA MOSCOUSINHO DA MATA SUL PERNAMBUCANA

As testemunhas possuem um papel fundamental na elaboração das sentenças, nos julgamentos dos acusados por crimes contra a segurança nacional causando intranquilidade nas famílias do Brasil. É importante deixar claro que nesses processos não foram encontradas testemunhas de defesa dos acusados, mas apenas de acusação.

Houve prisões e fugas dos suplentes acima mencionados, ficando constatado estarem eles implicados nos acontecimentos subversivos, deixando a intranquilidade das famílias do nosso Brasil, deste modo ficou comprovado suas participações direta ou indiretamente no movimento subversivo da ordem deste município³⁵⁹.

Anthony W. Pereira elenca três razões para se estudar os processos por crimes políticos. Será elencada a terceira. Nela o autor diz que “eles nos permitem construir um quadro mais detalhado da maneira como a lei era manipulada, distorcida e usada de forma abusiva – ou mantida inalterada – sob o autoritarismo”.

Entre as testemunhas, a figura do vereador Paulo Siqueira Marques merece destaque. Ele elaborou requerimento para a cassação de Brivaldo Leão, Vice-Prefeito e dos demais suplentes de Vereador: Manoel Alves Viana, José Eduardo de Lima Filho, Antônio Teotônio de Alcântara e Manuel Maximino da Silva.

Paulo Siqueira Marques... Que com o movimento militar vitorioso, dos mencionados Suplentes de Vereadores alguns se foragiram e outros foram presos, por ordem da polícia e do Exército, como comunistas, eram como se diz na gíria da ‘curriola’ do comunista confesso Severino Aguiar Pereira que se dizia abertamente comunista e que por sinal se encontra foragido³⁶⁰.

O vereador Paulo Siqueira Marques depôs baseado no censo comum. Convêm ressaltar o nome de Severino Aguiar que apareceu em quase todos os relatos como um dos mentores do projeto de subversão apresentado pelas esquerdas de Palmares. Os termos utilizados por Paulo davam a entender que os acusados eram criminosos foragidos. E, que o caso era de polícia.

³⁵⁹ Prontuário Funcional do DOPS. Fundo SPP N°1225.

³⁶⁰ Ibidem.

Sendo assim, Paulo contrastava com a visão de mundo de Zé Eduardo que afirmou categoricamente que não iria fugir porque não era ladrão ou homicida, ou seja, não havia nenhuma razão para se comportar como um fora da lei, ou como um foragido da justiça.

Mais adiante o vereador Paulo Siqueira Marques acusou Severino Aguiar de corrupção quando afirmava que o mesmo

“estava fazendo cerca de 700, 000,00 (setecentos mil cruzeiros) a 800, 000,00 (oitocentos mil cruzeiros) mensais, o que provocava grita na população local; que na qualidade de Vereador e representante do povo, apresentou um projeto, disciplinando as atribuições de secretário da prefeitura; que em consequência disso, em um comício a que se encontrava presente o comunista Gregório Bezerra, o mesmo Severino Aguiar, indiretamente acusou ele vereador de estar perseguindo a sua pessoa, dele secretário, diretamente aos camponeses que estavam presentes contra ele depoente; que em consequência disso o suplente de vereador Manuel Alves Viana, o advertiu que tomasse cuidado na vida; que os demais suplentes de vereadores eram tidos e havidos neste município, como conhecidos comunistas, e faziam parte do Sindicato Rural, desta cidade dos Palmares, Sindicato este que aqui não funcionava como mero órgão de defesa de classe, e sim, de agitação junto aos camponeses; que as greves ilegais neste município, eram orientadas pelo mencionado sindicato rural, que era dirigido pelos referidos suplentes de Vereadores, que por sua vez, seguiram a orientação do Comunista Severino Aguiar Pereira conhecido agitador neste município; que o mencionado Severino Aguiar era secretário particular do ex-deputado e ex-prefeito Luiz Portela de Carvalho subvencionado pela prefeitura³⁶¹.

As palavras do vereador Paulo Siqueira podiam ser respaldadas em Castelo Branco, que dizia que o golpe veio para acabar com a corrupção do Brasil. E, ainda baseando-se no clamor popular, o depoente afirmava que os vencimentos de Aguiar provocavam “grita” na população. Os depoentes se consideravam defensores do povo. Entretanto, coube a pergunta: que povo?

Os trabalhadores rurais que formavam boa parte da população economicamente ativa de Palmares e viviam em condições subumanas, com salários miseráveis, mas mesmo assim, o vereador depoente considerava que a desarticulação, prisão e cassação de membros desta instituição seria um bem para o povo palmareense. Paulo Siqueira acusou Severino Aguiar de

³⁶¹ Prontuário Funcional do DOPS. Fundo SPP N°1225.

incitar os camponeses contra ele repetindo o sentido do jargão da imagem do comunista agitador.

Ele ainda pôs na ilegalidade as greves realizadas pelo Sindicato Rural, ratificando o olhar da classe conservadora que só via bagunça, agitação e subversão nas ações em prol de melhores condições de vida.

Mais uma vez, o discurso de Paulo Siqueira Marques apresentava uma estratégia de trazer a tona o que seria interessante lembrar ou esquecer: associou a perseguição sofrida por ele à presença de Gregório Bezerra no comício, mas o vereador não quis lembrar no seu depoimento o que motivou a realização do comício, a situação de miséria que os trabalhadores estavam vivendo e a necessidade de mudança social através da política partidária.

O movimento militar de 64 modificou em profundidade o processo político que até então se desenvolvia no País e em Pernambuco. Da agudização dos conflitos sociais e das lutas políticas em curso no período pré-64, decorreu uma forte polarização, seja entre classes sociais, antagonizadas na defesa de seus interesses específicos, seja entre forças controladas naquela conjuntura... Dessa forma, o golpe de 1964 veio responder aos anseios do bloco dominante agrário-industrial que, buscava recuperar seu domínio sobre o aparelho de Estado, ameaçado pelo processo de ascensão dos movimentos populares e de fortalecimento do nacional reformismo como projeto de transformações políticas e sociais e de inserção, sob novas bases, das classes trabalhadoras no modelo de desenvolvimento econômico e político do País³⁶².

O que estava acontecendo era a legitimação do processo desencadeado pelo “bloco dominante agrário-industrial”³⁶³ contra o movimento dos trabalhadores rurais de Palmares e o vereador Paulo Siqueira Marques agiu precisamente contra as lideranças a fim de afastar definitivamente a “intranquilidade das famílias do nosso Brasil”³⁶⁴.

A próxima testemunha a depor foi Jaime de Castro Montenegro, um industrial residente na Rua Letácio Montenegro. Não há informações adicionais sobre ele no processo, mas ele conhecia os acusados e, iniciando seu testemunho, aprovou com veemência a

³⁶² JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990, p. 133.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ Prontuário Funcional do DOPS. Fundo SPP N°1225.

cassação dos mandatos dos suplentes justificado “pelo exercício de atividades comunistas e agitadores”³⁶⁵. Mais adiante o industrial diz que

Os vereadores Antônio Teotônio da Silva, José Eduardo de Lima e Manuel Maximino pertenciam e eram diretores do Sindicato Rural, sindicato este que sob aparência de defender o interesse dos empregados, no entanto agia como instigadores da desordem e agitação provocando greves ilegais, a qualquer protesto; que a vereadora Geni Quirino, obedecia cegamente ao seu mentor e intelectual e político que era o ex-deputado Luiz Portela, principal responsável pela agitação neste município; que a nossa Vereadora era encarregada do controle do serviço eleitoral, e contando com o apoio do Juiz eleitoral, fazia o registros dos mesmos em sua residência, o que era negado pelo mesmo juiz aos adversários políticos; que o Juiz da época é ainda o mesmo de hoje, fato este que é do conhecimento de toda cidade; que a facciosidade do Juiz de Direito Eleitoral, era tão gritante após a vitória que após a vitória, digo tidas como populistas os camponeses desfilavam pela cidade ostentando faixas agradecendo a vitória, ao Juiz de direito, que certa vez o mesmo Juiz, fez um discurso no Sindicato Rural, dizendo que a balança da justiça, tinha que pender para o lado do operário; que certa vez o mesmo Juiz, em conversa com o depoente no Cartório de José Ferreira Gomes, e na presença deste afirmara certa vez, que o comunismo teria que vir para o Brasil, no máximo dentro de dez anos; que os dizeres das faixas na passeata da vitória eleitoral eram: “Agradecemos ao Juiz a Vitória de Oscar”³⁶⁶.

O sindicato dos trabalhadores rurais era uma instituição independente dos partidos políticos da cidade, porém, suas relações com a política partidária o tornavam unido de tal maneira ao Partido Comunista que o processo judicial não conseguiu delimitar esta fronteira. Até mesmo o juiz eleitoral é colocado ao lado do sindicato (aliado) e como comunista confesso. Perdendo nas urnas de Palmares e com possibilidades de perder para Portela nas eleições posteriores, as elites de Palmares via no golpe militar a oportunidade de voltar ao poder de um modo mais rápido.

Foi bastante esclarecedora a indagação feita por Marx quando perguntou assim: “que partido de oposição não foi acusado de comunistas por seus adversários no poder? Que partido de oposição, por sua vez, não lançou contra os elementos mais avançados da oposição e contra os seus adversários reacionários a pecha infamante do comunismo?”³⁶⁷. Sob o pretexto do comunismo, muitas reformas essenciais para a superação do atraso em que o Nordeste de encontrava e conseqüentemente a cidade de Palmares foram estancadas. Ainda sob o simples pretexto de comunismo muitos políticos foram cassados e muitos civis tiveram

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁶⁷ Ver MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 43.

prisões decretadas, suas vidas investigadas ou ainda foram impedidos de conseguirem empregos, mesmo se tratando de grau de parentesco³⁶⁸.

O processo eleitoral do início da década de sessenta possuía um elemento novo no cenário local, porque um juiz eleitoral não comungava com o latifúndio e as forças tradicionais de Palmares, o mesmo tendo sido acusado de visitar o sindicato dos trabalhadores rurais passou a ser considerado um inimigo dos políticos que apoiavam incondicionalmente o latifúndio e o direito a opressão aos trabalhadores urbanos e rurais.

A burguesia açucareira palmarenses, que outrora possuía como paisagem um grupo de trabalhadores rurais marginalizado, iletrado, perigoso, mas sob controle, viu estes aos poucos ganharem força a tal ponto que poderiam ganhar as eleições municipais para Prefeito e Vice-prefeito. Esta mesma burguesia que começava a temer que os comunistas lhes retirassem o privilégio secular de comandar os destinos de Palmares.

O sindicato dos Trabalhadores Rurais através de novos arranjos políticos demonstrou assim seu poder de convencimento junto a população que, a primeira vista não estava tão interessada nos jargões anticomunistas, mas vislumbrava no projeto da esquerda palmarenses uma melhora significativa de sua qualidade de vida.

O contexto existente às vésperas do golpe de 1964 de Jango na presidência, mesmo sem a devida confiança da esquerda, era pelo menos a princípio alguém que não comungava com a direita reacionária brasileira. Miguel Arraes em Pernambuco, que por sua vez procurava desenvolver um trabalho mais próximo das classes trabalhadoras e, em Palmares, o prefeito era Oscar de Bezerra, simpatizante do Partido Comunista, sendo assessorado por Severino Aguiar, segundo depoimentos, um comunista experiente, na zona urbana e Zé Eduardo presidente do sindicato dos trabalhadores atuava mais no campo no campo. Brivaldo Leão fazia a ponte entre cidade e campo.

O sindicato, como instituição foi preservado, de um modo geral, mas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares foi fechado temporariamente, e, depois, segundo Manuel

³⁶⁸ Entrevista concedida por Amauri Cavalcante Caminha. Bairro Santa Rosa. Palmares, 10 de Janeiro de 2012.

Carvalho³⁶⁹, foi reaberto com uma diretoria amiga da ditadura militar. Sua diretoria teve seus membros presos, cassados ou fugitivos da repressão.

A partir do golpe militar de 31 de março de 1964 o sindicato de trabalhadores rurais de Palmares seria transformado em um braço de o governo militar, fato que aconteceu com boa parte dos sindicatos que permaneceram abertos durante o regime militar (ou do regime de exceção, para aqueles que deram ares de legalidade a ditadura). Mesmo assim, o sindicato não foi visto com bons olhos pela burguesia local, uma vez que as questões sociais voltaram a ser consideradas como caso de polícia.

Continuando com as testemunhas de acusação, Antônio Ferreira de Moraes, funcionário público federal, morador na Rua Luzia Pedrosa também denomina os sindicalistas como agitadores. O processo de repetição do conteúdo das testemunhas mais parece um refrão orquestrado do que a escuta das partes do processo que, como foi dito, não havia.

Que a exceção do acusado Manuel Máximo da Silva, conhece os demais acusados e sabe que os mesmos eram tidos e havidos nesta cidade, como elementos agitadores, e que viviam em contato direto como os comunistas vindos da capital do estado, inclusive Gregório Bezerra, que por sinal era amigo íntimo de Manuel Alves Viana; que os três suplentes de vereador, que ele conhece tiveram os seus mandatos cassados por decisão da mesma Câmara Municipal³⁷⁰ ...

O Partido Comunista, como foi visto no capítulo anterior, estava atuando na cidade de Palmares desde os anos quarenta e havia membros que trabalhavam na Great West, empresa de trens que servira de meio para escoar a produção de açúcar na cidade de Palmares³⁷¹. Sendo assim, esta foi apontada, como ponto de ligação comunista, entre o interior e a capital do Estado de Pernambuco. E de certo modo, havia motivos para preocupação porque muitos maquinistas apoiavam o Partido comunista, chegando a eleger um vereador no município de Palmares.

³⁶⁹ Entrevista com Manuel Antônio da Silva. Palmares, novembro de 2010.

³⁷⁰ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁷¹ Sobre a importância da ferrovia para o escoamento da produção ver o primeiro capítulo desta dissertação.

Os mesmos pertenciam ao Sindicato Regional, e era nosso Sindicato, que se realizavam reuniões nitidamente subversiva; que o Vereador Milton Demery, era o representante do ex-deputado Cláudio Braga, neste Município, e representando os mesmos ferroviários indicado por aquele deputado, e apoiado por este; que o mesmo vereador Milton Demery, é funcionário da rede ferroviária do Nordeste e acumula o cargo de vereador; que conhece a Vereadora Geni Quirino Tavares, e que a mesma era muito ligada ao ex-prefeito, Luiz Portela, que a mesma vereadora andou movimentando a fundação um digo de uma espécie de sindicato das empregadas domésticas, deste município, provocando “confusões” entre patrões e empregados, que durante a campanha eleitoral, a mesma vereadora, acompanhava os conhecidos agitadores, taxados de comunistas, ex-deputado Luiz Portela, preso atualmente no Recife, Brivaldo Leão de Almeida, que se encontra foragido, Severino Aguiar, ex-secretário da prefeitura deste município, que também se encontra foragido e com o ex-suplente de vereador Manuel Viana³⁷²...

Além do relato das testemunhas, também havia o relatório que era formulado pela comissão baseada na investigação realizada pelos detetives da inteligência da polícia. Existia, segundo os agentes de segurança, um número considerável de elementos para indiciar os réus por crimes contra a democracia.

Colhidas as provas, em perfeita harmonia com a decisão unânime da Câmara Municipal, ficaram suficiente e robustamente provadas as atividades subversivas dos acusados, atividades essas, atentatórias ao regime democrático e a segurança do País. Deixaram de ser tomadas as declarações dos acusados em virtude dos mesmos sem encontrarem foragidos, a exceção do nome José Eduardo de Lima Filho, que se encontra preso, á disposição do IV, 1º/7º. E o sediado na cidade de Olinda, o que ainda mais veio robustecer as provas contra os mesmo arguidos³⁷³.

A temporada de caça aos comunistas estava aberta. Qualquer pessoa suspeita de envolvimento com o Partido Comunista ou simpatizante deveria prestar esclarecimentos perante a justiça. E o desmanche começou pela parte mais proeminente, os que foram eleitos para o poder legislativo e executivo.

Tendo chegado ao conhecimento deste poder Legislativo de que com a chegada das forças militares a esta cidade houve prisões e fugas dos suplentes acima mencionados, ficando contatado estavam eles implicados nos acontecimentos

³⁷² Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁷³ Palmares, de maio 1964. Rivaldo Pessoa (Presidente da comissão). Justificação: Projeto N° 55 de Resolução Câmara dos Vereadores de Palmares. Aprovada por unanimidade no dia 27 de abril de 1964. DOPS. Pasta Palmares.

subversivos que ferem a Constituição Brasileira, deixando a intranquilidade das famílias do nosso Brasil, deste modo como ficou comprovado suas participações diretas ou indiretamente no movimento subversivo da ordem deste município. (carimbo Câmara Municipal dos Palmares, 16 de maio de 1964: Oscar Oliveira, assessor Técnico)³⁷⁴.

A participação dos mesmos na diretoria do sindicato foi a causa da cassação seguida de inquérito policial. Houve um silêncio sobre como estes feriram a Constituição Federal porque não havia nada a respeito, então a lei foi utilizada em sentido analógico ou retroativo. Também há um óbvio silêncio sobre a própria usurpação do poder. Se existe algum ato anticonstitucional foi realizado pelos militares ao rasgar a constituição, depor um presidente e instaurar o maior tempo ditatorial da história do Brasil.

Os vereadores indiciados e cassados em Palmares com ligação direta ou indireta no sindicato rural eram os seguintes.

Manoel Alves Viana, solteiro, nascido em 3 de março de 1927... marceneiro, residente a rua benigno de Barros, 442 nesta cidade... José Eduardo de Lima Filho, pernambucano, solteiro nascido em 12 de março de 1930, operário, residente em Santo Antônio das Trempes, deste município. Antônio Teotônio de Alcântara, pernambucano solteiro, nascido em 30 de dezembro de 1916... Pedreiro, residente a rua Afonso Marinho nº 247, nesta cidade. Manoel Maximino da Silva, nascido em 4 de março de 1912... Comerciante, residente no Engenho Bom Destino, neste município. TRINUNAL REGIONAL ELEITORAL PERNAMBUCO. 37ª Zona Eleitoral – Palmares -PE. Ofício nº129. 16 de maio de 1964³⁷⁵.

Os processos de cassação ofereceram o ponto de vista do vencedor, de um lado, mas por outro proporcionaram uma chave de leitura que possibilitou entender boa parte do processo de consolidação da tomada do poder pelos militares. Na cidade dos Palmares, foi empossado inicialmente Eliseu Pereira como prefeito eleito pelo voto indireto da Câmara de

³⁷⁴ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁷⁵ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

Vereadores, mas logo depois, um militar tornava-se prefeito sem precisar de qualquer justificativa³⁷⁶.

A prisão do ex-prefeito e ex-deputado Luiz Portela possui seu significado no município de Palmares. Segundo Amauri Cavalcante Caminha, membro do Partidão³⁷⁷, Portela era um político de muito prestígio em Palmares, segundo seu relato ele não era comunista, mas soube se aproximar do partido porque entendia que era o melhor caminho para implantar as reformas de que a cidade necessitava. Presbítero da Igreja Presbiteriana e senhor de terras, quando regressou de Cuba, ainda segundo Amauri Cavalcante, fez repartição de parte de suas terras e doou a seus trabalhadores, além disso, realizava encontro com os camponeses em praça pública, para horror de Monsenhor Abílio.

³⁷⁶ Oscar Bezerra e o Vice-prefeito Brivaldo Leão de Almeida, tiveram seus mandatos revogados em 14 de abril de 1964 por conta da Revolução, e em 09 de outubro de 1964 assume a prefeitura o Cel. Nelson Ambrósio da Silva, até 17 de junho de 1965, quando foram empossados o Prefeito Manoel Paulino dos Santos e seu Vice Elizeu Pereira de Melo em 17 de junho de 1965 até 31 de janeiro de 1969.

³⁷⁷ Ver o termo em VINHAS, Moisés. *O Partidão: Luta por um partido de massas (1922 -1974)*. São Paulo: Hucitec, 1992.

3. A DISPUTA DISFARÇADA OU UM JOGO DE CARTAS MARCADAS

Houve uma tentativa de salvar o mandato de Brivaldo Leão nos primeiros dias de abril de 1964, por não se ter provas suficientes de sua ligação com o Partido Comunista. Mas, o processo legislativo estava na esfera política e não na jurídica, portanto, o que estava em jogo eram as consequências locais. Não se pode esquecer que na década de 40 o mesmo Brivaldo Leão se colocava ao largo do Partido Comunista e em nota oficial lançada em jornal que além de sair do Partido, renegava sua ideologia. Mas mesmo assim ele não conseguiu se desvencilhar das atividades do Partido e atuava ao lado de Gregório Bezerra no campo e na formação de novos quadros com os estudantes no Ginásio Municipal de Palmares³⁷⁸.

“ O Vereador José da Paz Monteiro começando por afirmar que não era defensor e nem acusador do Vice-prefeito, Sr. Brivaldo Leão de Almeida, mas que ali se encontrava para apreciar a matéria que ora estava sendo discutida, concluir pela sua substância ou não e votar, e dentro do princípio de justiça e da democracia. Prosseguindo na sua apreciação ao projeto em tela afirmou que em tempos passados votou para a cassação de um colega por haver provado sua incompatibilidade com a função eletiva que estava exercendo, mas no caso presente em que a cassação de Mandato do vice-prefeito, não encontrava razão de ser na matéria em apreço por julgá-la sem substância em face da falta de documentos que provasse a participação do acusado no movimento subversivo e consequentemente incompatibilizado para a função eletiva. Disse ainda o vereador José da Paz Monteiro que se o autor do projeto de resolução não apresentasse um documento por escrito anexado a matéria que comprovasse a culpabilidade do acusado e justificasse o pedido de cassação do mandato do mesmo³⁷⁹.

O Vereador José da Paz utilizava de palavras como tais como: “justiça” e “democracia” para dar razão ao seu apelo. Porém, não se atingia o cerne da questão, ou seja, o Vice-prefeito estava sendo cassado porque esteve envolvido nos movimentos por reformas de base e, assim infringindo a Constituição e tornando-se incompatível com o cargo que ocupava. A questão é: que Constituição? A anterior ou a posterior ao golpe de 1964?

A argumentação era ao mesmo tempo de defesa e de neutralidade porque buscava subterfúgios para garantir o mandato do possível prefeito dos Palmares. Mas desta vez não iria acontecer na cidade de Palmares o que houve com a posse de Jango para a presidência

³⁷⁸Entrevista concedida por Amauri Cavalcante Caminha. Bairro Santa Rosa. Palmares, janeiro de 2012.

³⁷⁹Palmares. Ata da primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 06 de abril de 1964. Livro 08, p, 22.

anos antes.

O novo regime jamais iria admitir que alguém tido por comunista fosse empossado como novo prefeito da “Moscouzinho” da Mata Sul de Pernambuco porque não adiantava de nada trocar um comunista por outro. Então, o presidente da Câmara Municipal, Elizeu Pereira, um conservador que participou ativamente na elaboração do golpe em nível local, teria como prêmio a nomeação de prefeito daquele município.

“... afirma o vereador José Augusto Maciel que era o próprio acusado quem afirma nos palanques em praça pública pertencer ao partido comunista, não havendo, portanto, necessidade de outro qualquer documento... Procedida a votação e feita a apuração dos votos, verificando-se o seguinte resultado: Seis (6) respondendo SIM; e um (1) voto, respondendo Não. Com este resultado e por força da lei eleitoral, o Sr. Presidente declarou legalmente cassado o mandato do Vice-Prefeito, Sr. Brivaldo Leão de Almeida, a partir daquele momento³⁸⁰.”

Estava dado o primeiro ato do plano que faria do então vereador Elizeu Pereira de Melo o chefe do poder Executivo Municipal. E o segundo viria logo em seguida, com a eleição de uma nova Mesa diretora.



Ilustração 6. Prefeitura dos Palmares em 1964. No centro, Elizeu Pereira e a sua direita Paulo Siqueira Marques.

“Tendo em vista a renúncia da Mesa eleita e empossada no dia dez de fevereiro do ano em curso, por circunstância dos últimos acontecimentos desenrolados na Nação, nos princípios do mês em curso, assumiu a presidência dos trabalhos, por ser o titular

³⁸⁰ Palmares. Ata da primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 06 de abril de 1964. Livro 08, p.123.

mais velho, o Vereador José da Paz Monteiro... para Presidente, Elizeu Pereira de Melo, 6 votos, Manoel Gomes da Cunha, 1 voto, José Prestado de Santana, 2 votos, para 1º Secretário José Pretestado de Santana, 6 votos e 1 voto em branco. Com este resultado, ficou a nova Mesa composta da seguinte maneira: Presidente, Elizeu Pereira de Melo; Vice-Presidente, Manoel Gomes da Cunha; 1º Secretário, Paulo Siqueira Marques; 2º Secretário, José Pretestado de Santana³⁸¹.

Os novos arranjos foram sendo formados tendo em vista o contexto em que o Brasil se encontrava, por isso não bastava que a mesa diretora fosse formada por “não subversivos”, era de importância capital que os mesmos fossem pró-regime ditatorial. Por isso, “devido aos últimos acontecimentos” foi formada uma nova mesa, bem mais aprazível à ditadura militar.

A ditadura, finalmente, colocou um homem de confiança como prefeito de Palmares, através da Câmara de Vereadores, Elizeu Pereira de Melo. Uma vez que se encontrava vacante a sede do município, o então presidente do Poder Legislativo municipal tornava-se o sucessor. Era mais uma vez dada legitimidade a um governo que chegou ao poder pelas armas, mas procurava dar a entender que o processo caminhava segundo a legislação.

“O vereador José Carneiro de Siqueira apelando para o presidente no sentido de transmitir o seu cargo ao seu imediato: o Vice-Presidente, para que este lhe dê posse no Cargo de Prefeito... ocupando a presidência o Vereador Manoel Gomes da Cunha, passa sua excelência convidar o Vereador Elizeu Pereira de Melo para tomar posse no cargo de Prefeito. Este depois de haver tomado posse sob o juramento constitucional dirigindo-se com a Câmara para a Prefeitura onde vai se investir no cargo recebendo das mãos do Vereador depositário, as chaves da prefeitura³⁸² .

O golpe ganhava cores locais na luta pelo poder, diante de uma esquerda desarticulada e despreparada para fazer frente a esta nova realidade. Esta por sua vez teve que fugir apressadamente, mas muitos foram presos, torturados, mortos ou ainda, vítimas de algum desaparecimento muito oportuno para os militares.

Além de tudo isso, havia uma louvação em torno da cassação de Brivaldo Leão, considerada um ato de heroísmo frente a alguém que se tornou incompatível para o cargo público ao qual havia sido eleito em 1963. Existia uma inversão total de valores, o golpe havia se tornado, no novo contexto político, a mais perfeita expressão daquilo que significa

³⁸¹ Palmares. Ata da primeira reunião da quarta sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 14 de abril de 1964. Livro 08, p.126.

³⁸² Palmares. Ata da primeira reunião da quarta sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 14 de abril de 1964. Livro 08, p.126.

democracia e representação popular, mesmo sem sê-lo³⁸³.

A cassação de Brivaldo Leão fez parte do movimento de desarticulação dos movimentos de operários urbanos e rurais por melhores condições de vida e de trabalho, mas também representa um golpe duríssimo contra as instituições democráticas.

³⁸³ PALMARES. Ata da primeira reunião da terceira sessão extraordinária da Câmara de Vereadores realizada no dia 06 de abril de 1964. Livro 08, p.122.

3.1 Processo judicial de Luiz Portela de Carvalho.



Ilustração 7. Quadro do Artista Plástico Abelardo da Hora, companheiro de cela de Portela no quartel da cidade de Olinda - Pernambuco em 1964.

Anteriormente foi estudado sobre o processo parlamentar que resultou na cassação dos suplentes de vereador e do vice-prefeito Brivaldo Leão, mesmo realizado sob a batuta das forças armadas, seguia de certa maneira a lógica do poder legislativo, um dos três poderes da República Federativa do Brasil. Pressionado, pela ditadura militar.

Luiz Portela conseguiu aglutinar em torno de si as forças de esquerda de Palmares e, ao mesmo tempo, uma expressiva quantidade de votos que o fez prefeito de Palmares e deputado estadual. O prefeito Oscar Bezerra e o vice-prefeito Brivaldo Leão, seus sucessores, também foram apoiados por ele nas eleições municipais de 63, mas não conseguiu lograr a maioria na Câmara Municipal, fato que tornou possível a reviravolta dentro dos padrões concebidos pela legalidade pós-golpe. O que não significava que o resultado final fosse outro do que aconteceu naquele município. Ainda tendo participado ativamente da eleição de Arraes, Portela se tornou quase imbatível nas urnas de Palmares.

Portela nunca perdeu uma eleição em Palmares porque foi apoiado pelos comunistas, trabalhadores rurais, operários da Great Western, a esquerda de maneira geral e estudantes, formando em torno de si uma frente ampla. Só foi vencido pelo golpe ou pela morte devido a idade avançada.



Ilustração 8. Luiz Portela ao lado do senador Ermírio de Moraes durante a candidatura de Miguel Arraes.

Se os pequenos ou grandes conflitos entre proprietários e operários rurais eram resolvidos pela polícia, antes da posse de Arraes para o Governo do Estado de Pernambuco, agora, pós-março de 64, esses problemas seriam resolvidos em Palmares pelo IV Exército.

O regime militar não só se investiu das atribuições do poder executivo quando chegou à presidência da república, nomeando governadores e prefeito biônicos ou ainda, empossando os respectivos vices conforma seu interesse.

O presidente pode apresentar emendas constitucionais ao congresso, que terá apenas 30 dias para examiná-las, sendo necessário para sua aprovação apenas o voto da maioria (ao contrário dos dois terços requeridos pela Constituição de 1946); O presidente tem o poder exclusivo de apresentar projetos de lei envolvendo despesas ao Congresso, o qual fica impedido de alterar para mais qualquer artigo referente a gastos do governo; O presidente tem o poder de declarar estado de sítio por 30 dias ou prorrogá-lo por mais 30 dias no máximo (com a exigência de um relatório ao Congresso dentro de 48 horas). O presidente, “no interesse da paz e da honra nacional”. Tem amplos poderes para suspender por 10 anos os direitos políticos de

qualquer cidadão e cancelar os mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais; Suspensão das atividades dos servidores públicos por seis meses³⁸⁴.

Além disto, o regime autoritário também passou a legislar a seu favor. O Ato institucional “outorgado pelo comando supremo da revolução” representava um novo quadro que se armava e, mais uma vez dava ares de legalidade ao fim da incipiente democracia brasileira.

Secretaria de Segurança Pública. Pernambuco. Portaria N° 100. Devendo proceder a investigação sumária cogitada pelo §1° do artigo 7° do ato institucional, outorgado pelo comando supremo da revolução, em 09 de abril do corrente – ano e decreto Estadual n° 941, de 20 de abril de 1964, Escrivão ad-hoc para funcionar neste processo, o Sr. - LIVINGSTONE DE OLIVEIRA CUNHA- o determino – que, autuada esta faça-se dos seguintes documentos, a) Capa do protocolo b) Portaria a/n° datada de 20 de maio 64 do Presidente Dr. Rival Pessoa; c) Termo de compromisso datado de 20 de maio 64; d) Três (3) Termos de assentada das seguintes testemunhas: Dr. Pedro Afonso de Medeiros; Eliseu Pereira de Melo, Gildázio Araújo Santana; e) um panfleto; f) termo de Assentada da Testemunha José Augusto Queiroga Maciel; g) Um boletim individual do indiciado fornecido pela Delegacia de Polícia de Palmares; h) auto de qualificação e termo de declarações que presta Luiz Portela de Carvalho; i) Relatório datado de 23 de maio de 1964 do Presidente da Comissão Dr. Rivaldo Pessoa. Satisfeitas essas formalidades, venha-se os autos conclusos. Cumpra-se: Recife 17 de julho de 1964. Ananias Tavares de Souza Campos³⁸⁵.

Os presos políticos foram acusados de banditismo e processados como criminosos pelo regime de 31 de março de 1964. Neste sentido é esclarecedora a assertiva de Hobsbawm que afirma que “a história do banditismo, inclusive do banditismo social, não pode ser entendida nem adequadamente estudada exceto como parte da história do poder político, o qual em seus níveis mais altos é o poder dos impérios e dos Estados”³⁸⁶. Hobsbawm prossegue dizendo que “Ainda que na prática o banditismo social sem sempre possa ser separado nitidamente de outros tipos de banditismo, isto não afeta a análise fundamental do bandido social como um tipo especial de protesto e rebelião camponesa”³⁸⁷.

³⁸⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 49.

³⁸⁵

³⁸⁶ HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.p.27.

³⁸⁷ Idem, p. 65.

Os estudos de Hobsbawm ajudam a entender a amplitude do banditismo social. Os presos e foragidos de Palmares, mesmo não sendo bandidos, foram tratados como se fossem. Só que no lugar de gerar louvações e cantares em torno do bandido social³⁸⁸, aconteceu o inverso e, sendo assim, em torno destes ditos que se propagam e muitas vezes de forma indiscriminada foram criadas provas a partir de conversas ditas à boca pequena e que foram utilizadas para justificar processos contra os mesmos.

A professora Iolita Domingos Barbosa Santos contou que em 1964 seu noivo foi preso, seus livros apreendidos e, na ocasião, ela recebeu um conselho da polícia para que não fosse mais enganada pelas palavras de um bandido, como era o caso do noivo dela³⁸⁹. Muitos acusados políticos só conseguiram fugir do exército graças aos amigos, familiares e simpatizantes do sindicato dos trabalhadores rurais e dos comunistas.

As testemunhas estavam ligadas a ditadura militar. Estas se utilizaram desses ditos à boca pequena e nas ações do acusado ao lado da organização dos trabalhadores rurais, inclusive em praça pública, o que chocava os corações mais conservadores e perturbava as famílias mais abastadas daquele município.

Anthony W. Pereira ao estudar os processos judiciais no Cone Sul escreveu que

Os julgamentos por crimes políticos sob os regimes militares do Brasil e do Cone Sul tiveram lugar dentro de sistemas Judiciários em que as regras e os argumentos tinham peso, embora o ideal do Estado de direito estivesse longe da realização plena. No interior dessa área cinzenta, a lei nem sempre era o que parecia ser. Às vezes, não tinha qualquer efeito coibitivo sobre os detentores do poder, sendo aplicada apenas a inimigos do Estado selecionados e, mesmo assim, de forma arbitrária e intermitente. Os processos judiciais eram no regimes militares coerentes com o estado de direito em aparência, embora nem sempre em substância³⁹⁰.

Não é para espanto que Anthony W. Pereira afirmou que “as leis eram vagas, a ponto de permitir a punição de praticamente qualquer tipo de comportamento; as leis eram

³⁸⁸ Jurou vingar-se de todos, dizendo “Neste mundo só respeito, o Padim Ciço e mais ninguém”. Idem, p. 49. Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁸⁹ Entrevista com Iolita Domingos Barbosa Santos, concedida em 20 de março de 2011.

³⁹⁰ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: O autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 54.

aprovadas e, então aplicadas de maneira retroativa aos acusados³⁹¹. Sendo assim, os processos judiciais tinham uma função bem terminada de punir os adversários a tal ponto que impedisse sua ação e inibisse as possíveis ações futuras.

Os militares travavam uma verdadeira guerra interna em defesa da “civilização cristã”³⁹² contra um inimigo infiltrado. O aparelho de vigilância do estatal trabalhava a toda força, vigiando todos os passos de seus inimigos. A repressão também conseguiu prender Luiz Portela de Carvalho ex-prefeito de Palmares, considerado como o maior responsável pelo clima de intranquilidade no município de Palmares e nos municípios vizinhos, no entanto o grande perigo que Portela representava era nas urnas.

O relatório elaborado pela Secretaria de Segurança do Estado de Pernambuco descreve abaixo a situação de Luiz Portela:

Dando cumprimento à determinação da portaria nº 351, 06 do corrente, do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, esta comissão instalada nesta cidade dos Palmares, iniciou o seu trabalho. No andamento das diligências procedidas surgiram elementos suficientes e referências veementes, que implicavam o ex-prefeito deste município e ex-deputado Luiz Portela de Carvalho, como o maior responsável pelo clima de intranquilidade dominante, não só neste município como nos municípios vizinhos desta Zona Canavieira. Essa intranquilidade era consequência das atividades subversivas e nitidamente comunista do indiciado Luiz Portela de Carvalho, nome de amplo prestígio e de penetração na massa operária e camponesa, contando com o benefício oficial do ex-governador Miguel Arraes [...] ³⁹³.

Há aqui uma clara referência ao motivo da condenação: crimes contra a Lei de Segurança Nacional, mas o que isso queria dizer de concreto era muito simples e até certo ponto óbvio: o afastamento legal de um adversário que poderia atrapalhar os acordos refeitos com o golpe, por este motivo ele foi preso.

Pela prática dessas atividades emergiram elementos suficientes da prática de crimes definidos na Lei de Segurança do Estado Nº182, de 05 de Janeiro de 1.953, que “Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social o dá outras providências”. Em vista desses elementos surgidos, foi determinada a abertura de

³⁹¹ Ibidem.

³⁹² Ver o termo em: MARTINS FILHO. “Tortura e Ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959- 1974)”. In: TELES, Janaína de Almeida; TELES, Edson; SANTOS, Cecília Macdowell (Orgs). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Hucitec, 2009, p, 179.

³⁹³ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

inquérito, foi feita a autuação o nomeado escrivão da-hoc, tomando os depoimentos das pessoas que tiveram conhecimento dos fatos e declarações do acusado, depois de devidamente qualificado³⁹⁴.

Mesmo que Anthony W. Pereira apontou para o julgamento como punição dos inimigos, esta é uma maneira acertada de ver, não só o julgamento de Luiz Portela, mas de todos os punidos nos processos expostos por esta dissertação. O papel das testemunhas foi o de protocolar, ou melhor, dar caráter de legitimidade aos processos dirigidos pelos militares.

Com o depoimento das testemunhas, as referências se positivaram, as provas tomaram forma e conteúdo, formando um todo harmonioso, uniforme e coerente, que evidenciou a prática por parte do acusado em crimes previstos na pré-falada Lei específica, estando, portanto indiciado Luiz Portela de Carvalho, incurso em vários artigos da mesma lei, cabendo à autoridade judiciária competente, fazer o necessário enquadramento. Pelo exposto sugerimos sejam as presentes diligências encaminhadas à autoridade judiciária, para proceder a formação da culpa do acusado como incurso nos crimes definidos na Lei de Segurança Nacional, seguindo-se os demais atos os termos processuais. Palmares, em 23 de maio de 1.964. Rivaldo Pessoa, Presidente da comissão³⁹⁵.

As testemunhas que se seguiam formavam um “todo harmonioso”, ou melhor, um cantochão³⁹⁶ articulado em torno de um único interesse, ver Portela atrás das grades e longe da vida pública de Palmares e da Mata Sul de Pernambuco.

O relatório supracitado sobre Luiz Portela fez uma análise política da região de modo mais amplo, ao identificar a articulação existente entre o governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes e as lideranças políticas e sindicais da Mata Sul pernambucana, inclusive Palmares. Esta parceria já dera o resultado através da lei de terras estudada por esta dissertação no final do segundo capítulo.

O advogado Dr. Pedro Afonso de Medeiros, quando testemunhava³⁹⁷ sobre Luiz Portela em Palmares, afirmou o seguinte:

³⁹⁴ Ibidem.

³⁹⁵ Relatório. Pasta Palmares. Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁹⁶ Canto baseado em uma só voz (monofônico) aplicado na liturgia gregoriana. O termo está sendo utilizado para indicar que os testemunhos estavam articulados em “uma só voz” contra o acusado.

³⁹⁷ Ver também o depoimento de José Queiroga Maciel, com 35 anos de idade, casado, residente no Engenho Milão Palmares, neste município, profissão agricultor... Prestado o compromisso legal e inquirido a respeito do fato de que se refere este inquérito respondeu que conhece o acusado Luiz Portela de Carvalho e sabe informar

O mesmo com palavras e atitudes incidiu em vários artigos da Lei de Segurança Nacional; que o mencionado acusado financiado por potências estrangeiras, uma vez que foi conduzido em avião, posto a disposição pelo governo de Cuba, e conduzindo em sua companhia, vários trabalhadores rurais, funcionários do Sindicato e da prefeitura do Município, que seguiam cegamente a orientação política neste município (*também acompanhava o grupo Severino Aguiar que permaneceu por mais um tempo*) Permaneceu mais um tempo depois da caravana, no que se diz, tirando curso de aprendizado; que também acompanhou o mesmo, o conhecido Comunista José Eduardo de Lima Filho, que era presidente do Sindicato Rural desta cidade... Que essa propaganda era feita em palanques em praça pública, perante multidão de camponeses e de escolares previamente convocados e também na Cátedra no Ginásio Municipal Agamenon Magalhães; que o chavão da propaganda era mostrar como a terra cubana... que fazia menção a tomada de fábricas, especialmente usinas de açúcar, pelo interior do país, instituindo um regime que obedecia exatamente a orientação dada pelos trabalhadores, dentro da técnica adotada pelo Premier Fidel Castro, cuja apologia era feita sem restrições[...]que neste município paralisava a cada hora, usinas de açúcar, fábricas de outras propriedades rurais, aos acenos dos acusados; que mantinha influência direta sobre as massas trabalhadora, influenciada pela sua propaganda insistente; que estas predicções eram sempre feitas na companhia de Gregório Bezerra, ex-sargento do exército, de Severino Aguiar, comunista confesso³⁹⁸.

A primeira argumentação de Pedro Afonso foi jurídica porque o acusou Portela de violar a Lei de Segurança Nacional. Além disso, a testemunha produziu com muita inteligência um argumento político internacional ao associar a conduta do acusado em questão e do Presidente do Sindicato Rural, José Eduardo à Revolução Cubana e de comungar com a ideia de que a esquerda estava preparando uma revolução no Brasil. A cátedra no ginásio municipal de Palmares é uma referência a Brivaldo Leão, professor e vice-prefeito cassado pelo golpe militar de 64. Por este motivo, eles foram acusados do planejamento de uma revolução que de fato nunca houve³⁹⁹, a não ser embrionariamente.

que o mesmo donde muito tempo vinha conspirando contra o regime democrático e a segurança do país, criando neste município, um clima de intranquilidade e insegurança; que sabe que o nosso acusado financiado pelo regime cubano, que lhe forneceu inclusive condução, o chefiando uma caravana, em que tomava parte além do seu secretário Severino de Aguiar Pereira, conhecido comunista o como tal declarado, além do diretor Presidente do sindicato Rural deste município José Eduardo de Lima Filho, e de alguns camponeses; que apesar do regresso da caravana, Severino de Aguiar, e José Eduardo de Lima Filho, e de alguns camponeses, ainda permaneceram meses naquela ilha comunista se especializando na doutrina comunista; que com o regresso do acusado Sobe em praça pública promoveu numerosos comícios em que exaltava o regime Cubano, e depreciava o regime democrático, que considerava ultrapassado; que também o mesmo acusado proferiu conferência no Ginásio Municipal Agamenon Magalhães, onde se dirigiu a juventude fazendo a pregação vermelha, e procurando atraí-los para conspirarem dos mesmos ideais. Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁹⁸ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

³⁹⁹ Ver a tese de PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve*. O Nordeste do Brasil: 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

Havia nesta cidade uma associação de Estudantes que foi posteriormente convertida em fonte de propaganda subversiva, procurando contaminar toda classe estudantil... promovendo palestras na praça pública e até na “Rádio cultura dos Palmares”, em que anunciou digo, em que as insinuações eram frequentes no sentido de convencimento de que precisávamos sair do regime por eles chamado de caduco e retrógrado em que vivíamos; que as classes que não rezavam pela cartilha... viviam como que ...em pânico, pois tudo isto contava com o apoio, e prestígio do governado Miguel Arraes de Alencar, o qual por uma ou duas vezes tomou parte pessoalmente nesses famosos comícios de propaganda...fazendo de Palmares um bastião da ideia comunista do País, e se chegando a dizer que Palmares era mais comunista do que Moscou, Havana ou Pequim, insistindo até em chamar a nossa cidade de “Moscouzinho”⁴⁰⁰.

O depoente não informa o nome de quem está por traz do movimento estudantil, mas as fontes nos apontam para o vice-prefeito Brivaldo Leão. Amauri Cavalcante, lembrando-se de seu contato com o seu professor do Ginásio Municipal dos Palmares, falou sobre suas idas para a zona rural dos Palmares acompanhando-o. Ele parava seu jipe no meio do canavial, e dizia para que ele não saísse do carro, mas logo depois aparecia alguém para buscá-lo, era o dono da casa onde ia haver a reunião de trabalhadores rurais. Com isso Brivaldo Leão formava quadros do Partido desde a escola.

O testemunho apontou para a ação do sindicato rural, interferindo na rotina das usinas, no campo de maneira geral e nas fábricas. Era uma organização que ganhava força a cada dia, fruto de suas vitórias. Manuel Carvalho em entrevista afirmou que os trabalhadores começaram a se sentir gente, ter direito e não só deveres a cumprir⁴⁰¹. Contudo, é de suspeitar que houvesse um exagero no testemunho de Pedro Afonso quando disse que a cada hora havia uma parada nas usinas, um recurso retórico que a formação acadêmica e a prática de advogado o permitiram.

Tudo isto sob a moldura do governo do Estado através do seu governador, apoiado na nova postura da polícia militar que não era mais um braço armado do Estado, a partir de Arraes, que acompanhava de perto o movimento de organização dos trabalhadores rurais. Entretanto, havia um exagero sem precedentes ao colocar Palmares com mais comunistas do que Havana ou Pequim.

⁴⁰⁰ Prontuário Funcional. DOPS, *Pasta Palmares*.

⁴⁰¹ Entrevista com Manuel Antônio da Silva. Bairro Santa Rosa. Palmares 25 de Fevereiro de 2011.

4. A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE

Em 1967 Costa e Silva visitou a uma Palmares pacificada. Observou a Câmara de Vereadores, palco de antigas disputas entre “comunistas” e defensores da ordem e das famílias do Brasil, sendo acompanhado por civis que viam no regime a oportunidade de manter a ordem na Moscouzinho da Mata Sul.



Ilustração 8. Visita do Presidente Costa e Silva à Câmara de Vereadores de Palmares em 1967.

Sendo assim, foi visto que a repressão em Palmares alcançou seu objetivo em expurgar todas as forças contrárias e danosas a si. O movimento sindical promovido pelos trabalhadores rurais de Palmares e auxiliado pelo Partido Comunista no fim da década de 40 logrou se integrar na série de processos que culminou em uma luta ampla a favor da reformas de base, as quais compreendiam ser o caminho para a superação das desigualdades sociais e o avanço tecnológico e industrial que o Brasil tanto necessitava.

A partir do fim da década de 40 até a eclosão do golpe militar de 1964, as disputas foram se acirrando até gerar uma situação de instabilidade nacional, a qual o presidente João Goulart não teve forças políticas o suficiente para suportar. Como afirmou Elio Gaspari, o exército dormiu legalista e acordou revolucionário.

Mesmo que o termo revolução não seja o mais preciso para definir o golpe militar de 1964, cabendo mais acertadamente o termo revanche ou golpe, não resta dúvida que ele derrubou um presidente, a constituinte e os movimentos populares e partidos políticos que tentaram tornar a nação brasileira mais inclusiva. Foi uma vitória da ala conservadora, em uma atitude de reação de parte da sociedade, um grupo ligado ao capital nacional e associado que em parceria com o dispositivo militar deu o golpe de Estado que breiou todo esse movimento em nome da família e contra o perigo do comunismo no Brasil.

Entretanto chegou-se a conclusão de que isso não passou de uma justificativa para manter os arranjos sociais baseados no poder da antigas oligarquias agrárias que se reinventaram na figura de usineiros, fornecedores de cana, donos de destilarias e ou formas de organização fundiária que utilizaram a lavoura de extensão como modo de ser da propriedade. E, assim plasmando um tipo de sociedade que vivia como ilhas urbanas, cercadas de canaviais por todos os lados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou estudar as relações históricas, sociais e de trabalho em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares. O estudo sobre a cana-de-açúcar e a sociedade que se formou ao seu redor configurou-se com o primeiro esforço para levantar elementos de análise que teve como pano de fundo a temática do açúcar.

Delimitou-se esta pesquisa dentro de um processo histórico de 24 anos (1940 a 1964). Ou seja, o período considerado como de redemocratização pós-Vargas e o golpe militar de 1964, um período que pôde ser considerado um hiato entre golpes. Viu-se que a repressão policial e política também estiveram presentes nesta época democrática. Mesmo sendo descrito como um momento histórico em que prevaleceu o Estado de direito, a violência contra pessoas e instituições foi algo perene neste período.

O primeiro capítulo teve como ponto central a sociedade que se formou em torno da cana-de-açúcar. A compreensão do mundo açúcar, para esta dissertação, foi de fundamental importância, uma vez que foi contra este mundo criado pelo Estado Português e perpetuado por brasílicos e brasileiros, associado ao capital nacional e associado, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares se levantou em várias frentes para lutar por melhores condições de vida, salário, acesso à saúde pública etc. Mas essas reivindicações alcançaram patamares mais amplos até se unir com os movimentos e partidos de esquerda, e por fim se tornar uma força política temida por políticos tradicionais e ligados ao latifúndio de Palmares e região.

Pode-se dizer que a história dos movimentos sociais da Zona da Mata Sul de Pernambuco se confundiu muitas vezes com a atuação do Partido Comunista. Desde a década de 40 até o golpe militar de 1964, o Partido Comunista pôde ser considerado, sem nenhum prejuízo à contribuição dos trabalhadores rurais gerirem seu próprio destino.

O Partido comunista Brasileiro é a expressão do anseio do operariado brasileiro. Houve uma atuação muito marcante, uma vocação de produzir bastantes líderes comunistas e com grande afeição popular: é o caso de Gregório, recém falecido. A presença histórica do PC... Aqui... Há um fato histórico muito que deu até o

codinome de uma cidade: Jaboatão foi a cidade que elegeu um prefeito comunista, o Calheiros, dizem que está vivo até hoje; daí a cidade foi cognominada de Moscouzinho. Era um reduto operário, sobretudo de ferroviários. A presença dos comunistas era muito marcante em Pernambuco, ela se imbrica no movimento rural e urbano, na formação dos intelectuais e estudantes. Porque havia o seguinte: quem não era membro do Partido, eram pessoas próximas; pessoas ligadas⁴⁰².

Dentro deste cenário, o Congresso Camponês realizado em Palmares em 1950 ocupou um lugar de destaque nesta dissertação, porque apontou para as reivindicações entre a luta pela reforma agrária com tendências em nível nacional trazidas pelo Partido Comunista. A luta pela terra foi herdada pela Liga de Água Preta e continuada pelo sindicato dos trabalhadores em Palmares.

Mesmo com o golpe militar e a violência, intensa e sistemática realizada pela repressão, o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Palmares conseguiu ser um marco na história da Mata Sul de Pernambuco, onde trabalhadores rurais passaram a ser protagonistas, e mais do que isto, decisivos no processo de eleição municipal para o horror de políticos acostumados com a vitória certa nas eleições municipais. A “Moscouzinho” estava cada vez mais repleta de trabalhadores rurais que iam aos poucos tendo a oportunidade de viver melhor e de consumir bens fora do engenho, o que motivava mais trabalhadores a ingressar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares.

Diante de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais organizado e com influência na região, forçou que as elites tradicionais dessem uma resposta. E, mais uma vez, o poder se reorganizou para aniquilar os movimentos de reivindicações rurais, e a reação do poder na história desta região e do Brasil foi sempre armada. De certa forma foi repetido um refrão de que os conflitos e reivindicações rurais não foram resolvidos de maneira democrática, mas através da força. Foi assim com o Quilombo dos Palmares, na Praieira, nos Marimbondos, no movimento messiânico da pedra do Rodeador, com as Ligas Camponesas inicialmente do Partido Comunista e posteriormente de Francisco Julião etc.

⁴⁰² Entrevista realizada com Dr. Antônio Falcão pela pesquisadora: Elaine Moury Fernandes na cidade do Recife, 09 de novembro de 1983. Fundação Joaquim Nabuco: CEHIBRA.

Que esta luta não seja esquecida pelo povo e pelos responsáveis por escrever a história, de modo especial dos trabalhadores rurais da palha da cana. Espera-se que esta dissertação tenha contribuído de alguma forma para o debate sobre este tema, nem que seja pela via de como não se produzir um texto historiográfico sobre os trabalhadores rurais organizados em sindicatos de trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partido, projetos*. Recife, Editora da UFPE, 2005.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição para o estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco*. Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, 2001.

_____. “As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963)”. *Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. v1. In: Clifford Andrew Welch... [ET al.]. Brasília: UNESP, 2009.

IBGE *Anuário Estatístico*, 1972.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Élcia de Torres. *Os Usineiros Pernambucanos e a Intervenção Estatal na Agroindústria Canavieira (1889-1933)*. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, nº13. Recife: UFPE, 1990.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.p, 546.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, Vilmar Antônio. *Letrados e Ufanos: História do Clube Literário de Palmares (1882-1910)*. Recife: Bagaço, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1982.

CHERIÑO, Antônio Siqueira. *Gregório Bezerra: toda a história*. CEPE. Recife, 1996.

COHH, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. O processo de criação da SUDENE. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CARDOSO, Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campos, 1987.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Anatares, 1984.

COELHO, Fernando. *1964. O golpe de Estado, Ditadura e Guerra Fria*. Recife: Bagaço, 2010.

COHH, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. O processo de criação da SUDENE. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Universitária da UFPE, 2007.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Ascenso. *Trem de Alagoas*. Ascenso Ferreira. Recife: Nordestal, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural do College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. Graal, 22 ed. São Paulo: 2006.

_____. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2009.

FURTADO, Celso. *A Pré-revolução Brasileira*. Recife: UFPE, 2009.

GASPARI, Hélio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras 4ª ed., 2002.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GILENO, De Carli. *O Açúcar na Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1937.

GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Massangana, 2006./ Documentário anexo: Cultura do Açúcar. Recife: Massangana, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro et al. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano, vol. 10: "*Sociedade Política (1930-1964)*". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. *A população brasileira de 1872 a 1970: Crescimento e composição por idade e sexo*. CEBRAP, São Paulo. (não há menção de ano).

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990.

JULIÃO, Francisco. *Cambão: A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Unicamp. Campinas: 1990.

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

LINHARTE, Roberto. *O Açúcar e a Fome*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LOPES, José Sérgio. *O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. *Para a Crítica de Economia Política, do Capital, O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MENEZES, Paulo. *Sindicalismo X Repressão: A história de Zé Eduardo, o líder do maior sindicato de Camponeses do Brasil!* Recife: Nordestal, 1983.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral de Memória. A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____ *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MINTZ, Sidney W. *O poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora da UFPE, 2010.

MAIA, Agaciel da Silva. *Tempo de transformação*. Brasília: Senado Federal, 2006.

PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Record:

1972.

PERES, Gaspar e PERES, Apollonio. *A indústria Assucareira em Pernambuco*. Recife: CEPE, Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. *Palmares*. Recife: – FIDEPE, 1981.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: Autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução*. Pernambuco (1959-1964). Recife: UFPE, 2009.

REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário do Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

ROGERS, Thomas. *Imaginário paisagístico em conflito na zona da Mata Pernambucana; Cadernos de História N °6*. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____ *A Formação da Classe Operária Inglesa: A maldição de Adão*. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. “Apresentação”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). *Camponeses brasileiros: literaturas e interpretações clássicas*. V1. Clifford Andrew Welch... [ETal.]. Brasília: Unesp, 2009.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: Luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC.

WELCH, Clifford Andrew. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*. Lutas & Resistências, vol. 1. Londrina: UEL, 2006.

Jornal

Jornal do Comércio

Diário de Pernambuco

Estado de São Paulo

Folha da Manhã

Folha do Povo

Folha de São Paulo

Folha Socialista

Ultima Hora (Jornal do Estado do Rio de Janeiro).

Revista

Caros Amigos: Gregório Bezerra, Carlos Lamarca e Carlos Mariguella. Caros amigos. São Paulo, 2008.

Arquivos

Arquivo do Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano

_____ . Anexo DOPS.

Diocese dos Palmares

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

Fundação Joaquim Nabuco/CEHIBRA

PALMARES, Câmara de Vereadores

Poder Judiciário. CASA DA JUSTIÇA. Vara criminal. Palmares

JUSTIÇA DO TRABALHO. Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares. Arquivo do

TRT – UFPE, Centro de Filosofia e de Ciências Humanas, UFPE. Pasta Palmares

Entrevistados

Amaro Juvino da Silva
Amauri Cavalcante Caminha
José Leandro da Silva
Iolita Domingos Barbosa Santos
Lindacy de Lima Silva
Manoel Antônio da Silva

Entrevista realizada pelo CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco, com o senhor Gregório Bezerra, em sua residência à Rua Metódio Maranhão, 416, no Jardim São Paulo, no Recife, em 28 de maio de 1982. Depoimento colhido pela pesquisadora Elaine Moury Fernandes.

Entrevista realizada pelo CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco com o Dr. Antônio Falcão em sua residência, na Rua da Aurora 295, apto 501 – Recife. No dia 09 de novembro de 1983. Depoimento colhido pela pesquisadora Eliane Moury Fernandes.